



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Engenharia

# Proposta de valorização do Parque da Trincheira em Pinhel

**Tânia Isabel Paulino Hermenegildo**

Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em

**Arquitetura**

(ciclo de estudos integrado)

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Lúcia Virtudes

Covilhã, Fevereiro de 2018



# Dedicatória

À minha Mãe (*in memoriam*). Se tivesse aqui seria a primeira da fila;  
Ao meu marido Sebastião Oliveira, pelo apoio incondicional, pela paciência sem limite e força  
transmitida para a conclusão desta etapa;  
Às minhas Filhas Maria, Constança e Camila;  
Dedico com Amor.



# Agradecimentos

Mediante a conclusão do meu percurso académico, não poderei de deixar de agradecer a todos aqueles que direta ou indiretamente me ajudaram e apoiaram à realização do presente trabalho.

Para a minha orientadora professora Ana Virtudes, um agradecimento pela disponibilidade comprometida ao longo deste trabalho, pela sua compreensão que auxiliou a torná-lo exequível.

Ao André Martins o meu profundo obrigado e o mais sincero desejo de um dia poder retribuir toda a ajuda que me prestastes.

À minha prima Cristiana Martins, pelo carinho e incentivo.

À minha irmã Renata Hermenegildo, ao meu Cunhado Frederico Sil, ao meu pai, Abel Hermenegildo, à Ana Ramalho (a avó das minhas meninas), e às minha tias Ilda Paulino e Clementina Oliveira por todas as horas que disponibilizaram a cuidar das minhas princesas para eu poder finalizar esta etapa.



# Resumo

Os espaços verdes urbanos revelam-se cada vez mais importantes na melhoria da qualidade de vida, promovendo estilos de vida saudáveis e contatos sociais com impactes positivos na saúde física e mental das populações. Há, pois, uma relação inequívoca entre a qualidade de vida, o bem-estar das populações e a qualidade ambiental. Neste contexto, os espaços verdes urbanos são hoje considerados como elementos fundamentais à saúde e bem-estar das populações citadinas.

Esta dissertação tem como objetivo, propor um conjunto de recomendações e boas práticas, com vista à requalificação urbanística do Parque da Trincheira na cidade de Pinhel. Estas propostas visam apresentar diversas sugestões para os distintos espaços degradados e expectantes existentes no parque, dando primazia às necessidades da cidade e das várias faixas etárias da sua população. Uma cidade pequena como Pinhel, de forte envolvente rural onde faltam espaços verdes de lazer, convívio, zonas de recreio para as crianças e para a prática de atividades físicas ao ar livre, zona de descanso e de piqueniques, que o parque atualmente não permite desenvolver. Consequentemente, estas sugestões terão impactos na melhoria do parque a nível social, económico e cultural, como resposta ao levantamento dos aspetos negativos diagnosticados, aliados às carências e exigências da população.

Assim sendo é apresentado uma proposta urbanística como um manual de boas práticas de melhoramento de toda a zona de estudo, de modo a cumprir com as exigências populacionais e turísticas, na valorização e divulgação da imagem da cidade.

Entre as principais conclusões refira-se a diversidade funcional proposta para o Parque da Trincheira, com espaços destinados às crianças, a zonas para os mais atléticos e outros para os mais idosos ou contemplativos, interligados pela harmonia da rede pedonal e das ciclovias. Espera-se que estas propostas possam vir a inspirar um sistema de gestão territorial a nível municipal rico em medidas e conteúdos centrados nos espaços verdes e nos ecossistemas, mas até ao momento incapaz de agir neste parque.

## Palavras-chave

Espaços Verdes; Qualidade de Vida e bem-Estar; Requalificação Urbana; Parque da Trincheira; Pinhel.



# Abstract

The urban green spaces are increasingly important in improving the quality of life, promoting healthy lifestyles and social contacts, with positive impacts on the physical and mental health of populations. Therefore, there is a relationship between the quality of life, the well-being of the population and the environmental quality of the spaces. In this context, urban green spaces are nowadays fundamental elements in the health and well-being of urban populations.

This dissertation aims to propose a set of recommendations and good practices, with a view to the urban requalification of the Trincheira Park in the city of Pinhel. These proposals aim to present different suggestions for this place, with degraded and expectant spaces, giving priority to the needs of the city and the different age groups of its population. A small town such as Pinhel, with a strong rural environment where there is a lack of green spaces for recreation, socializing, children's playgrounds and a practice of outdoor activities, places to rest and picnic areas, where nowadays the park doesn't allow to develop. Consequently, these suggestions will have impacts on the better life of the population in social, economic and cultural terms, as a response to the negative identified aspects, together with the needs and demands of the population.

Thus, this dissertation presents an urbanistic proposal such as a good practices book in order to improve all the case study area, answering to the demands of the population and tourists, enhancing and disseminating the image of the city.

Among the main conclusions there is the functional diversity proposed to the Trincheira Park, with spaces for children, spaces for the most athletic people e other spaces for the elderly people, connected by tan harmonious net of pedestrian paths and cycling ways. There is the hope that these proposals could be an inspiration to the spatial planning system at the municipal level, rich in proposals and contents focused on green spaces and ecosystems, but unable until now to act on this park.

# Keywords

Green spaces; Quality of life and well-being; Urban renewal; Trincheira Park; Pinhel.



# Índice

Capítulo 1 - Introdução .....	1
1.1 - Relevância e oportunidades da temática.....	2
1.2 - Objetivos .....	3
1.3 - Metodologia .....	4
1.4 - Estrutura .....	4
1.5 - Breve Estado da arte .....	5
I Enquadramento Teórico - Os espaços verdes e a cidade .....	7
Capítulo 2 - Breve enquadramento histórico .....	7
2.1 - Evolução e principais características dos espaços verdes urbanos .....	9
2.2 - Os espaços verdes e a cidade .....	19
2.3 - Os espaços verdes e a Cidade Linear.....	21
2.4 - Os espaços verdes e a Cidade Jardim .....	24
Capítulo 3 - Espaços verdes e as cidades saudáveis .....	27
3.1 - Influências dos espaços verdes no novo urbanismo .....	29
3.2 - Importância dos espaços verdes no novo urbanismo .....	33
3.3 - O ambiente urbano e a função do ordenamento do território .....	35
3.4 - Desenvolvimento sustentável e espaços verdes .....	37
3.5 - Principais tipologias de espaços verdes urbanos .....	39
3.5.1 - Parque Urbano .....	39
3.5.2 - Jardim Público .....	42
3.5.3 - Espaços verdes de enquadramento .....	44
3.6- Principais função dos espaços verdes urbanos .....	46
3.6.1 - Função ambiental .....	46
3.6.2 - Função social .....	47
3.6.3 - Função económica .....	47
3.7 - Espaços verdes urbanos e ambiente saudável .....	48
3.8 - Planeamento urbano em prol da cidade saudável .....	49
3.9 - Qualidade de vida urbana .....	52

Capítulo 4 - Estrutura Verde e Estrutura Ecológica .....	53
4.1 - Estrutura Verde .....	54
4.2 - Estrutura Verde no sistema de gestão territorial .....	56
A - Nível Nacional .....	56
B - Nível Regional .....	59
C - Nível Local .....	59
4.3 - Estrutura Ecológica no sistema de planeamento.....	60
4.4 - Estrutura Ecológica Urbana .....	62
 II Enquadramento Prático - Parque da Trincheira de Pinhel .....	 63
 Capítulo 5 - A cidade de Pinhel e o Parque da Trincheira .....	 63
5.1 - O Concelho de Pinhel: Contexto Geográfico e Histórico .....	64
5.1.1 - Apontamento histórico .....	64
5.1.2 - Enquadramento territorial .....	69
5.2 - Características da Cidade e do território envolvente .....	71
5.3 - Origens do Parque da Trincheira de Pinhel .....	81
5.4 - Situação atual .....	83
5.4.1 - Caracterização da área de estudo .....	83
A - Análise da envolvente próxima .....	86
B - Análise da área de estudo .....	90
5.4.2 - Diagnóstico urbanístico .....	99
A - Aspetos Positivos .....	106
B - Aspetos Negativos .....	108
5.4.3 - Enquadramento no Plano Diretor Municipal de Pinhel .....	111
A - Usos do solo .....	111
B - Condicionantes aos usos do solo .....	112
 Capítulo 6 - Estratégias de valorização e requalificação urbana.....	 113
6.1 - Descrição geral das recomendações de requalificação urbana .....	114
 Capítulo 7 - Conclusão .....	 155
 Bibliografia .....	 160
Webgrafia .....	165

# Lista de Figuras

- Fig. 1: Stourhead (1743) jardim inglês que foi desenhado por Henry Hoare. ....8  
Fonte: <https://www.girassolviagens.com/beleza-dos-jardins-do-sul-da-inglaterra/>
- Fig. 2: Castelo Windsor, fica na cidade Windsor, sudeste da Inglaterra. ....8  
Fonte: <https://weheartit.com/entry/65947025>
- Fig. 3: Palácio Hampton Court, Inglaterra. ....8  
Fonte: <https://londrescommarilia.com/2014/09/24/hampton-court-o-palacio-mal-assombrado-da-inglaterra/>
- Fig. 4: Labirinto do palácio Hampton Court, construído em 1690. ....8  
Fonte: <https://londrescommarilia.com/2014/09/24/hampton-court-o-palacio-mal-assombrado-da-inglaterra/>
- Fig. 5: Castelos do Vale do Loire, Chambord, França. Arquitetura em estilo renascentista francês combina formas medievais com estruturas clássicas italianas. ....8  
Fonte: [http://www.mariandthecity.com/um-guia-pelos-castelos-do-vale-do-loire/;](http://www.mariandthecity.com/um-guia-pelos-castelos-do-vale-do-loire/)
- Fig. 6: Birkenhead Park é um parque público em Merseyside , Inglaterra . Foi projetado por Joseph Paxton e aberto em 5 de abril de 1847. ....8  
Fonte: <http://www.telegraph.co.uk/lifestyle/wellbeing/outdoors/11908169/Britains-public-parks-175-years-old-but-will-they-survive.html>
- Fig. 7: Central Park, em Nova Iorque de Frederick Law Olmsted. ....8  
Fonte: <https://pripelomundo.com.br/2013/09/24/nyc-central-park/>
- Fig. 8: Passeio Público em Lisboa de Marquês de Pombal, construído em 1764. ....8  
Fonte: <http://lisboahojeontem.blogspot.pt/2012/11/passeio-publico-avenida-da-liberdade.html>
- Fig. 9: Le Corbusier publicou em 1942, os princípios do urbanismo, a Carta de Atenas, um manifesto urbano elaborado no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). ....15  
Fonte: <http://www.patrimoniointeligente.com/patrimonio-urbano/>
- Fig. 10: Bairro de Olivais-Norte, aplicação dos conceitos da Carta de Atenas, início do processo de urbanização dos Olivais Norte .....16  
Fonte: <https://bairrojardim.weebly.com/ceacutelula-a---olivais-norte.html>
- Fig. 11 a e b: Representam os grandes blocos de oito pisos, assentes em Pilotis e com galerias exterior de distribuição. ....17  
Fonte: <https://bairrojardim.weebly.com/ceacutelula-a---olivais-norte.html>
- Fig. 12: Cidade Linera, Madrid de Arturo Soria (1884). ....22  
Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/Linear\\_city](https://en.wikipedia.org/wiki/Linear_city)
- Fig. 13: Perfil transversal de Cidade Linera, Madrid de Arturo Soria (1884). ....22  
Fonte: <https://cityeu.wordpress.com/urbastructure/>
- Fig. 14: Cidade soviética de Magnitogorsk de Ernst May. ....22  
Fonte: <http://ernst-may-gesellschaft.de/en/ernst-may/catalogue-raisonne/soviet-union-1930-1933.html>
- Fig. 15: Projeto de Lucio Costa para Brasília. ....22  
Fonte: <http://mbqnews.com.br/60-anos-de-um-projeto-lucio-costa-idealizou-a-forma-de-um-aviao-para-brasilia/>
- Fig. 16: Plano para a baía de Tóquio de Kenzo Tange. ....22  
Fonte: <http://arquiscopio.com/archivo/2012/07/14/plan-para-la-bahia-de-tokio/?lang=pt>
- Fig. 17: Projeto para Barra da Tijuca no Rio de Janeiro de Lucio Costa. ....22  
Fonte: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1475>
- Fig. 18: Diagrama dos 3 imãs, de Ebenezer Howard, que abordava a questão 'Pessoas: para onde elas irão?', sendo que as escolhas eram 'Cidade', 'Campo' ou 'Campo-cidade'. ....25  
Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade-jardim\\_\(teoria\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade-jardim_(teoria))
- Fig. 19: Diagrama das cidades jardim, de Ebenezer Howard. ....26  
Fonte: <http://urbanidades.arq.br/2008/10/ebenezer-howard-e-a-cidade-jardim/>
- Fig. 20: Diagrama para o centro da cidade jardim, de Ebenezer Howard. ....26  
Fonte: <http://urbanidades.arq.br/2008/10/ebenezer-howard-e-a-cidade-jardim/>
- Fig. 21: Novo Urbanismo. Plano viário e parcelamento do solo. Observar, ao norte e a leste, duas possibilidades de articular o sistema viário com o das propriedades vizinhas. Do lado oeste, um parque com acesso de pedestres.

Ao sul, os acessos para a praia cruzando a Cou. ....	32
Fonte: <a href="http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.118/3373">http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.118/3373</a>	
Fig.22: Diagrama elaborado por E. Howard, mostrando “os corretos princípios para o crescimento de uma cidade (livro Garden Cities of To-Morrow, MIT, 1965). ....	32
Fonte: <a href="http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/262">http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/262</a>	
Fig.23: Diagrama elaborado por Andrés Duany e Elizabeth Plater-Zyberk mostrando na parte superior do desenho o caso da ocupação dispersa e na parte inferior o modelo do desenvolvimento tradicional retomado pelo Novo Urbanismo (P. Katz, Livro The New Urbanism, 1994). ....	32
Fonte: <a href="http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/262">http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/262</a>	
Fig.24: Plano de Greenbelt, 1935, estrutura urbana. ....	34
Fonte: <a href="http://abeiradourbanismo.blogspot.pt/2017/11/as-sete-vidas-da-cidade-jardim-iii.html">http://abeiradourbanismo.blogspot.pt/2017/11/as-sete-vidas-da-cidade-jardim-iii.html</a>	
Fig.25: Parque urbano do rio Diz, Guarda. ....	41
Fonte: <a href="https://www.flickr.com/photos/vitor107/16577983008">https://www.flickr.com/photos/vitor107/16577983008</a>	
Fig.26: Parque da Vila - Parque Urbano de Ponte de Lima. ....	41
Fonte: <a href="http://www.visitepontedelima.pt/pt/turismo/parque-da-vila-parque-urbano-de-ponte-de-lima/">http://www.visitepontedelima.pt/pt/turismo/parque-da-vila-parque-urbano-de-ponte-de-lima/</a>	
Fig.27: Jardim Público. Covilhã. ....	43
Fonte: <a href="http://patrician.blogs.sapo.pt/17856.html">http://patrician.blogs.sapo.pt/17856.html</a>	
Fig.28: Jardim Público de Évora. ....	43
Fonte: <a href="http://www.visitevora.net/jardim-publico-evora/">http://www.visitevora.net/jardim-publico-evora/</a>	
Fig.29: Espaços de Enquadramento. Santo Tirso. ....	45
Fonte: <a href="http://www.atlanticurbangardens.com/pages/49/?geo_article_id=879">http://www.atlanticurbangardens.com/pages/49/?geo_article_id=879</a>	
Fig.30: Espaço de enquadramento, acesso viário. Av. Jundiaí, Brasil.....	45
Fonte: <a href="https://saladeimprensa.jundiai.sp.gov.br/2011/01/25/operacao-trevo-da-avenida-jundiai-sera-reiniciada-no-dia-31-de-janeiro/">https://saladeimprensa.jundiai.sp.gov.br/2011/01/25/operacao-trevo-da-avenida-jundiai-sera-reiniciada-no-dia-31-de-janeiro/</a>	
Fig.31: Complexo Viário Gilberto Mestrinho, em Manaus. ....	45
Fonte: <a href="http://g1.globo.com/am/amazonas/transito/noticia/2015/08/complexo-viario-gilberto-mestrinho-ganhara-alcas-de-retorno-em-manaus.html">http://g1.globo.com/am/amazonas/transito/noticia/2015/08/complexo-viario-gilberto-mestrinho-ganhara-alcas-de-retorno-em-manaus.html</a>	
Fig. 32: Determinantes sociais da saúde, Modelo de Dahlgren e Whitehead. ....	50
Fonte: <a href="http://www.enfermagemesquematzada.com.br/determinantes-sociais-da-saude/">http://www.enfermagemesquematzada.com.br/determinantes-sociais-da-saude/</a>	
Fig.33: Zona histórica, Torre Sul do Castelo de Pinhel. ....	65
Fig.34: Zona histórica, Torre Norte ou Torre de Menagem do Castelo de Pinhel. ....	65
Fig.35 e 36: Zona histórica, rua Fonte do Bispo, subida para os Castelos, rua da Vila, Pinhel. ....	65
Fig.37: Entrada da zona histórica, rua da Vila, Pinhel.....	65
Fig.38: Zona histórica, Porta de Alvacar, Pinhel. ....	66
Fig.39: Zona histórica, Porta de Marialva na rua dos Tiros, Pinhel. ....	66
Fig.40: Zona histórica, Porta de São Santiago, Pinhel. ....	66
Fig.41: Zona histórica, acesso aos Castelos pela Porta de Marrocos, Pinhel. ....	66
Fig.42 e 43: Zona histórica, escadas em redor do Castelo, Pinhel. ....	67
Fig.44: Varanda dos Paços do Concelho. Loja de produtos Endógenos, Pinhel. ....	68
Fig.45: Praça do Pelourinho, Pinhel. ....	68
Fonte: <a href="http://gloriaqishizaka.blogspot.pt/2012/05/portugal-pinhel.html">http://gloriaqishizaka.blogspot.pt/2012/05/portugal-pinhel.html</a>	
Fig.46: Rua Direita, nos dias de hoje a Rua da República, Pinhel. ....	68
Fig.46.1: Início da Rua Direita, nos dias de hoje Largo da Câmara, Pinhel. ....	68
Fig.47: Estação ferroviária de Pinhel, situa-se a 20 Km da cidade. ....	68
Fonte: <a href="http://trajinha-sempre-no-coracao.blogspot.pt/2009/07/">http://trajinha-sempre-no-coracao.blogspot.pt/2009/07/</a>	
Fig.48: Símbolo de Pinhel. ....	68
Fonte: <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Pinhel">https://pt.wikipedia.org/wiki/Pinhel</a>	
Fig.49: Mapa de Portugal com divisões por distrito. ....	69
Fonte: <a href="https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&amp;ccid=qwxu6lGR&amp;id=3FBF683511FDC8C21D4C8F9EA49A3C6FA4ECA4E8&amp;thid=OIP.qwxu6lGR1VZVqCbSdfLEtgD6Fm&amp;q=mapa+pinhel&amp;simid=608043461216241345&amp;selectedindex=9&amp;mode=overlay&amp;first=1">https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&amp;ccid=qwxu6lGR&amp;id=3FBF683511FDC8C21D4C8F9EA49A3C6FA4ECA4E8&amp;thid=OIP.qwxu6lGR1VZVqCbSdfLEtgD6Fm&amp;q=mapa+pinhel&amp;simid=608043461216241345&amp;selectedindex=9&amp;mode=overlay&amp;first=1</a>	
Fig.50: Mapa com distrito da Guarda. ....	69
Fonte: <a href="https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&amp;ccid=Wtp5J8V8&amp;id=38A6B5D6232420EA3AAEBE63C5D217EEA94BA092&amp;thid=OIP.Wtp5J8V8jMMcdNosW0VJtwEAEs&amp;q=mapa+de+pinhel&amp;simid=608031985083222651&amp;selectedindex=53&amp;ajaxhist=0">https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&amp;ccid=Wtp5J8V8&amp;id=38A6B5D6232420EA3AAEBE63C5D217EEA94BA092&amp;thid=OIP.Wtp5J8V8jMMcdNosW0VJtwEAEs&amp;q=mapa+de+pinhel&amp;simid=608031985083222651&amp;selectedindex=53&amp;ajaxhist=0</a>	
Fig.51: Mapa com Conselho de Pinhel. ....	69

Fonte: <https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&ccid=dJegvOg1&id=A7D391306D99EB3ABCAA80D4FE2EC7AE3BEA820B&thid=OIP.dJegvOg1UmqMv1tqLuHj6QDQEr&q=mapa+de+pinhel&simid=608008706341996548&selectedIndex=2&ajaxhist=0>

Fig.52: Mapa do Concelho de Pinhel com rede hidrográfica. .... 71  
Fonte: Plano Diretor Municipal da Camara Municipal de Pinhel

Fig.53: Rio Côa. .... 71  
Fonte: <https://www.google.pt/maps/place/Pinhel/@40.7796152,-7.3883262,10z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0xd3c604e3e112dd5:0xe07f2da4bb9fe753!8m2!3d40.778586!4d-7.1359377>

Fig.54: Ribeira das Cabras. .... 71  
Fonte: <https://www.google.pt/maps/place/Pinhel/@40.7796152,-7.3883262,10z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0xd3c604e3e112dd5:0xe07f2da4bb9fe753!8m2!3d40.778586!4d-7.1359377>

Fig.55: Ribeira da Pêga. .... 71  
Fonte: <https://www.google.pt/maps/place/Pinhel/@40.7796152,-7.3883262,10z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0xd3c604e3e112dd5:0xe07f2da4bb9fe753!8m2!3d40.778586!4d-7.1359377>

Fig.56: Paisagem em redor da Cidade de Pinhel, mais precisamente do Bairro do Outeiro, com vista sobre a Marofa. .... 71

Fig.57: Vista aérea do Parque Municipal da Trincheira. .... 72  
Fonte: <https://www.google.pt/maps/place/Parque+Municipal+da+Trincheira,+Pinhel/@40.77442,7.063835,671m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0xd3c604f62f9ddaf:0xa684a45f074f60db!8m2!3d40.7732351!4d-7.0642975>

Fig.58: Igreja de Santa Maria, Pinhel. .... 73

Fig.59: Igreja da Trindade, Pinhel. .... 73

Fig.60: Igreja da Misericórdia, Pinhel..... 73

Fig.61: Pelourinho, Pinhel. .... 74  
Fonte: <https://beira.pt/portal/noticias/pinhel-acolhe-hoje-p-us-opera-no-patrimonio/>

Fig.62: Igreja de São Luís, Pinhel..... 74

Fig.63: Antigo Hospital, Pinhel..... 75

Fig.64: Fonte Nova, Pinhel..... 75  
Fonte: <http://kliqueseolhares.blogspot.pt/2011/04/fonte-nova.html>

Fig.65: Capela de Santa Rita, Pinhel..... 75

Fig.66: Casa dos Correia Azevedo, Pinhel..... 76

Fig.67: Solar dos Mena Falcão, Pinhel..... 76

Fig.68: Palácio dos Metelos, Pinhel..... 76

Fig.69: Solar Silva Ramos, Pinhel..... 76

Fig.70: Solar Mendes Pereira, Pinhel..... 77

Fig.71: Convento de Santo António ou Igreja dos Frades, Pinhel..... 77

Fig.72: Paço Episcopal, Pinhel..... 78  
Fonte: <http://portugalemfotos.com.pt/pt/foto/antigo-paco-episcopal-553/>

Fig.73: Casa do Conde ou Casa Grande, o povo diz que "tem tantas portas e janelas como dias tem o ano, Pinhel..... 78

Fig.74: Convento de Santa Clara, Pinhel..... 79

Fig.75: Torre do Relógio ou Igreja do Galo, Pinhel..... 79

Fig.76: Clube dos Caçadores, Pinhel..... 80

Fig.77: Monumento aos Mortos da Grande Guerra, Pinhel..... 80  
Fonte: <http://mapio.net/s/31142178/?page=2>

Fig.78: Localização geográfica da área de estudo, Pinhel. Delimitação do perímetro da proposta. [s/ escala]. .... 83  
Fonte: Imagem captada através da plataforma Google Earth, acedido a 3 de Janeiro de 2018).

Fig.79: Entrada Principal do Parque da Trincheira, a Norte de Pinhel..... 83

Fig.80: 2ª Entrada, perto da entrada principal a Nordeste de Pinhel ..... 83

Fig.81: Entrada inferior do Parque da Trincheira, a Sudoeste de Pinhel. .... 83

Fig.82: Piscina Municipal descoberta de Pinhel..... 84

Fig.83: Piscina Municipal descoberta de Pinhel..... 84  
Fonte: <http://cm-pinhel.pt/wp-content/uploads/2017/08/piscinasdescobertas-960x619.png>

Fig.84: Canhão no Parque da Trincheira, Pinhel..... 84

Fig.85: Fonte dos Namorados no Parque da Trincheira, Pinhel..... 84

Fig.86:a,b,c e d Fotografias de vários pontos com diversos desníveis, para uma melhor compreensão da área de estudo, Pinhel.....	85
Fig.87: Planta de Caracterização: Envolvente Próxima. Identificação do edificado envolvente, Pinhel [s/escala] .....	86
Fig.88: Quartel do Bombeiros, Pinhel.....	87
Fig.89: Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia, Pinhel.....	87
Fig.90: Casa da Cultura, antigo Paço Episcopal, Pinhel.....	87
Fig.91: Academia de Música, Pinhel.....	87
Fig.92: Adegas Cooperativas, Pinhel.....	87
Fig.93: Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia, Pinhel.....	87
Fig.94: Planta de Caracterização: Identificação das vias e serviços de transporte coletivo. [s/escala] .....	88
Fig.95: Paragens de autocarros a 100 metros de distância da entrada principal, a Norte do Parque da Trincheira, Pinhel.....	89
Fig.96: Paragens de autocarros a 100 metros de distância da entrada inferior, a Sudoeste do Parque da Trincheira, Pinhel.....	89
Fig.97: Praça de táxis a 150 metros de distância da entrada principal, a Norte do Parque da Trincheira, Pinhel.....	89
Fig.98: Planta de Caracterização da área de estudo: Identificação das zonas de circulação, zonas amplas e zonas propostas a intervenção, Pinhel. [s/escala] .....	90
Fig.99: Levantamento fotográfico Zona 1. 1,2 e 3 - Perspetiva da zona em análise, Pinhel....	91
Fig.100: Levantamento fotográfico Zona 2. 1,2 e 3 - Perspetiva da zona em análise, Pinhel.....	91
Fig.101: Levantamento fotográfico Zona 3. 1,2 e 3 - Perspetiva da zona em análise. 3 - Zona específica, Pinhel.....	92
Fig.102: Levantamento fotográfico Zona 4. 1- Vista panorâmica. 2, 3 e 4 - Perspetiva da zona em análise, Pinhel.....	92
Fig.103: Levantamento fotográfico Zona 5. 1- Vista panorâmica. 2, 3 e 4 - Perspetiva da zona em análise, Pinhel.....	93
Fig.104: Levantamento fotográfico Zona 6. 1- Vista panorâmica. 2, 3 e 4 - Perspetiva da zona em análise, Pinhel.....	93
Fig.105: Levantamento fotográfico Zona 7. 1- Vista panorâmica. 2, 3 e 4 - Perspetiva da zona em análise, Pinhel.....	94
Fig.106: Levantamento fotográfico Zona 8. 1- Vista panorâmica. 2, 3 e 4 - Perspetiva da zona em análise, Pinhel.....	94
Fig.107: Levantamento fotográfico Zona 9. 1- Vista panorâmica. 2, 3 e 4 - Perspetiva da zona em análise, Pinhel.....	95
Fig.108: Levantamento fotográfico Zona 10. 1- Vista panorâmica. 2, 3 e 4 - Perspetiva da zona em análise, Pinhel.....	95
Fig.109: Levantamento fotográfico Zona 11. 1- Vista panorâmica. 2, 3 e 4 - Perspetiva da zona em análise, Pinhel.....	96
Fig.110: Levantamento fotográfico Zona 12. 1- Vista panorâmica. 2, 3 e 4 - Perspetiva da zona em análise, Pinhel.....	97
Fig.111: Levantamento fotográfico Zona 13. 1, 2 e 3 - Perspetiva da zona em análise, Pinhel.....	97
Fig.112: Levantamento fotográfico. 1, 2 e 3 - Várias vistas panorâmicas da área de estudo, em três zonas distintas, para mostrar a dimensão do Parque e como este se encontra elaborado, Pinhel.....	106
Fig.113: Levantamento fotográfico, Pinhel. 1 - Apontamento histórico, caracterizante da área de estudo. Canhão encontra-se num local erguido. 2 - Apontamento histórico. Um banco no Parque com a oitava rima «Pinhel Cidade Nova, Vila Antiga» do Padre Nascimento da Silveira, em azulejo. 3 - Piscina Municipal descoberta remodelada e inaugurada em Agosto de 2017. 4 - A Pérgola, mais um apontamento histórico do Parque. Pode-se observar na imagem o arvoredo em redor e o pavimento em gravilha até ao local; 5 - Apontamento histórico, caracterizante da área de estudo. Monumento erguido em 1940, pelo nome Monumento do Duplo Centenário da Independência e Restauração de Portugal. O pavimento do espaço é em cimento e em terra batida. 6 - Apontamento histórico, Fonte dos Namorados. A fonte é constituída por uma bica com água corrente, sobre esta um azulejo artístico com uma quadra. 7 - Espaço destinado à organização de eventos ao ar livre e com o piso pavimentado, sendo um em calçada e outro mosaico. ....	107

Fig.114: Levantamento fotográfico. Vista panorâmica em zona distinta da área de estudo, expondo as zonas de circulação pedonal degradadas e em terra batida, Pinhel.....	108
Fig.115: Levantamento fotográfico. Vista panorâmica em zona distinta da área de estudo, expondo as zonas de circulação pedonal degradadas e em terra batida, Pinhel.....	109
Fig.116: Levantamento fotográfico, Pinhel. 1 - Perspetiva do espaço que se encontra constituído por diversos equipamentos urbanos muito degradado e sem manutenção, bem como as casas de banho. Espaço amplo em gravilha e terra batida, pouco cuidado. 2 - Um banco no Parque com a oitava rima «Pinhel Cidade Nova, Vila Antiga» do Padre Nascimento da Silveira, em azulejo. O banco encontra-se degradado, sem leitura correta da rima, sem manutenção e o piso é em terra batida. 3 - Perspetiva de uma zona vazia junto ao Monumento do Duplo Centenário da Independência e Restauração de Portugal, em terra batida e sem manutenção. 4 - Perspetiva do espaço à entrada da área de estudo, com colocação desordenada dos caixotes do lixo, sem manutenção. 5 e 6 - Perspetiva de espaços com pontos de água corrente com estruturas não próprias e sem manutenção. ....	109
Fig.117: Levantamento fotográfico, Pinhel. 1 - Zona destinada à prática de atividade física ao ar livre, sem grandes estruturas para tal e com barras em madeira degradadas, zona sem manutenção. 2 - Área degradada, sem arranjo, sem manutenção e sem gradeamento para segurança do local devido ao desnível. 3 e 4 - Perspetivas de dois espaços deixados ao abandono devido à restauração da Piscina Municipal, piso em terra batida, sem manutenção e em plena degradação. 5 - Perspetiva de um tubo de escoamento saído da Piscina Municipal ao descoberto, zona sem manutenção e degradada. 6 - Perspetiva de um tronco de uma das árvores que constituem o Parque com um quadro elétrico improvisado e deixado ao esquecido. Este quadro deveria ter sido utilizado para algum evento feito ali ao ar livre. ....	110
Fig.118: Extrato da Carta de Ordenamento da Cidade de Pinhel - PDM 1995 Escala 1:5.000. ....	112
Fonte: Dr. Pedro Venâncio, Cartografo da Câmara Municipal de Pinhel.	
Fig.119: Planta de identificação das Zonas de intervenção. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]. ....	115
Fig.120: Planta atual do Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	116
Fig.121: Planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, com as alterações sugeridas. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	117
Fig.122: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, com representação das ciclovias e respetiva arrumação ou estacionamento das bicicletas. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	118
Fig.123: Extrato da planta com espaço e possível equipamento para suporte das bicicletas. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	119
Fig.124: Reading do espaço e possível equipamento para suporte das bicicletas. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	119
Fig.125: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 1. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	120
Fig.126: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 1. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 1. Parque da Trincheira de Pinhel. ....	121
Fig.127: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 2. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	122
Fig.128: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 2. Fonte: Autora da Dissertação. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 2. Parque da Trincheira de Pinhel. ....	123
Fig.129: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 3. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	124
Fig.130: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 3. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 3. Parque da Trincheira de Pinhel. ....	125
Fig.131: Placa interativa e explicativa com referências ao Canhão - Placa da Rota Cultural e Ambiental. ....	124
Fig.132: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 4. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	126

Fig.133: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 4. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 4. Parque da Trincheira de Pinhel. ....	127
Fig.134: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 5. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	128
Fig.135: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 5. Fonte: Autora da Dissertação. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 5. Parque da Trincheira de Pinhel. ....	129
Fig.136: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 6. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	130
Fig.137: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 6. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 6. Parque da Trincheira de Pinhel. ....	131
Fig.138: Placa interativa e explicativa com referências à Pérgola - Placa da Rota Cultural e Ambiental. ....	130
Fig.139: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 7. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	132
Fig.140: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 7. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 7. Parque da Trincheira de Pinhel. ....	133
Fig.141: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 8. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	134
Fig.142: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 8. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 8. Parque da Trincheira de Pinhel. ....	135
Fig.143: Placa interativa e explicativa com referências ao Iglu - Placa da Rota Cultural e Ambiental. ....	134
Fig.144: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 9. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	136
Fig.145: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 9. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 9. Parque da Trincheira de Pinhel. ....	137
Fig.146: Placa interativa e explicativa com referências ao Pelourinho - Placa da Rota Cultural e Ambiental. ....	136
Fig.147: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona Infantil. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	138
Fig.148: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona Infantil. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona Infantil. Parque da Trincheira de Pinhel. ....	139
Fig.149: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 10. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	140
Fig.150: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 10. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 10. Parque da Trincheira de Pinhel. ....	141
Fig.151: Placa interativa e explicativa com referências ao Banco - Placa da Rota Cultural e Ambiental. ....	140
Fig.152: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona Infantil. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	142
Fig.153: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona Infantil. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona Infantil. Parque da Trincheira de Pinhel. ....	143
Fig.154: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 11. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	144
Fig.155: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 11. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 11. Parque da Trincheira de Pinhel. ....	145
Fig.156: Placa interativa e explicativa com referências à Fonte dos Namorados - Placa da Rota Cultural e Ambiental. ....	144
Fig.157: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona do Pio. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	146

Fig.158: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona do Pio. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona do Pio. Parque da Trincheira de Pinhel. ....	147
Fig.159: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona Infantil. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	148
Fig.160: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona Infantil. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona Infantil. Parque da Trincheira de Pinhel. ....	149
Fig.161: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 12. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	150
Fig.162: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 12. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 12. Parque da Trincheira de Pinhel. ....	151
Fig.163: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 13. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala] .....	152
Fig.164: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 13. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 13. Parque da Trincheira de Pinhel.....	153
Fig.165: Placa interativa e explicativa com referências ao Banco - Placa da Rota Cultural e Ambiental. ....	152

# Lista de Tabelas

Tabela 1 - Aspectos positivos, negativos e proposta da área de estudo. ....109 a 114

# Capítulo 1 - Introdução

## 1.1 - Relevância e oportunidades da temática

Os espaços verdes urbanos são pontos de grande importância tanto para as cidades como para a população que nelas habitam. São espaços com diversas tipologias e com funções variadas que ajudam à melhoria da qualidade de vida em geral, proporcionando aos cidadãos espaços de lazer, convívio, zonas para a prática da atividade física ao ar livre, um pouco de ar puro, entre outros benefícios para a saúde e bem-estar.

Na cidade de Pinhel, no Interior do país, o Parque da Trincheira é considerado o pulmão da cidade, como José Carneiro de Gusmão, seu fundador em 1936 quis que fosse, no qual são notáveis os esforços e inúmeras obras levadas a efeito para que este local se vá mantendo fiel às aspirações do seu fundador. Por outro lado, pretende-se que não fique esquecido face às necessidades atuais da sociedade. Contudo, encontra-se com diversas carências a nível social e a nível urbano que importa repensar.

A escolha deste local como objeto de estudo desta dissertação baseia-se no facto de se revestir de especial importância à escala da cidade onde se insere, pois a sua ligação com a envolvente urbana, representa nos dias atuais uma função de destaque. Entre outros fatores, este destaque deve-se à particularidade de permitir que a população residente e utente encontre neste parque, um local de decompressão e relaxamento face aos afazeres quotidianos, o que aliado à vertente educacional e ambiental que se pode desenvolver em um parque urbano bem cuidado e dotado de infraestruturas, permite o desenvolvimento social e comunitário das gentes de Pinhel. Consequentemente, contribui para garantir às pessoas uma maior qualidade de vida, num espaço de encontro com a sociedade onde se inserem. Em locais como este, pretende-se promover a prática de ações de natureza pedagógica necessárias para que aqueles que agora nascem compreendam o meio ambiente que os rodeia através da preservação dos espaços verdes e encontrem neste parque, um local que efetive a sua ligação com a cidade através da natureza.

Ora, o interesse de estudar este assunto, advém ainda da tentativa de refletir sobre o parque urbano da cidade de Pinhel, com o intuito de apresentar estratégias e algumas propostas de intervenção que contribuam para tornar este um espaço ainda mais agradável e chamativo para toda a população, quer para os residentes quer para os visitantes.

É neste contexto, que surge a perspectiva de análise desta dissertação, que se espera possa vir a servir de inspiração para solucionar alguns dos problemas contemporâneos que a área de estudo apresenta. Há muito que a requalificação do parque da Trincheira constitui uma aspiração quer da população local, quer das entidades autárquicas. Em síntese, esta dissertação pretende ser um contributo para que este espaço verde central, se torne num parque ainda mais útil e vivo, com zonas de convívio, lazer, atividades ao ar livre, e sobretudo um elemento marcante na morfologia urbana da cidade e no imaginário coletivo dos pinhelenses.

## 1.2 - Objetivos

O objetivo principal desta dissertação é expor um conjunto de estratégias que possam vir a contribuir para a elaboração de uma proposta para a requalificação do Parque da Trincheira em Pinhel, tendo como elemento marcante a organização deste espaço exterior urbano, sob a égide da Câmara Municipal, proprietária do local. Estas estratégias visam apresentar diversas sugestões para os distintos espaços pouco qualificados atualmente existentes dentro do parque, dando primazia às necessidades da cidade e da sua população, nomeadamente a escassez de espaços públicos de lazer e de convívio, de zonas de recreio para as crianças e para a prática de atividades físicas ao ar livre, zona de descanso ou de piqueniques, para que o parque se possa desenvolver. Este desenvolvimento visa tornar o local um elemento marcante na malha urbana de Pinhel, e um ponto de referência quer para a população residente quer para os visitantes, a nível social, económico ou cultural.

Para tal, foi necessário recorrer a uma pesquisa exaustiva, com vista à revisão da literatura centrada na temática dos espaços verdes urbanos, a sua evolução e influência no meio ambiente e nas populações citadinas.

Assim sendo, pretende-se com esta dissertação indicar algumas linhas de ação consideradas essenciais, que conduzam à requalificação do parque urbano da Trincheira, reunindo os aspetos necessários à sua adequação às características locais, de forma a proporcionar à população residente e visitante, oportunidades de plena fruição do local.

É de salientar que a apresentação para o local de uma solução formal de desenho urbano, à escala 1/1000 ou 1/2000 extravasa o âmbito definido nos objetivos traçados. Não porque tal não seja necessário para a qualificação do local, mas, por que se entende que tal propósito carece de uma participação ativa quer da Câmara Municipal, quer da população local, de modo a que tal proposta possa plasmar e reunir os interesses de ambos, quer em termos urbanísticos quer em termos de disponibilidade financeira. Assim, entende-se mais oportuno nesta fase, apresentar um conjunto de sugestões que poderão informar as decisões a tomar e a desenvolver posteriormente à escala formal do desenho urbano. Poder-se-á entender em síntese, ser o conteúdo desta dissertação, o primeiro passo necessário à requalificação do Parque da Trincheira, o difícil pontapé de saída, testemunhado por anos e anos de inércia, declínio e abandono. Consequentemente, este conjunto de soluções traduzir-se-á numa série de propostas, estratégias ou simplesmente recomendações a seguir, que contribuam para melhorar a fruição deste espaço marcante de Pinhel ao nível da sua fruição por residentes e utentes, colocando-o definitivamente na rota turística desta cidade.

Em síntese, esta dissertação pretende-se contribuir para uma melhoria na qualidade de vida nas áreas urbanas de Pinhel, onde o trabalho de campo será desenvolvido, centrado no Parque da Trincheira, sendo este um Parque Municipal pouco aproveitado pela população devido à falta de infraestruturas, de espaços de lazer, de convívio e recreio. Posto isto, surge a necessidade de uma requalificação e valorização deste espaço para que se verifique a sua contribuição para a melhoria dos serviços ambientais, económicas e sociais, trazendo à cidade

oportunidades de mais empregos, mais turismo e melhor qualidade de vida para a sua população.

### **1.3 - Metodologias**

A metodologia desta dissertação distribui-se nas três seguintes fases:

- 1.<sup>a</sup> - Pesquisa bibliográfica;
- 2.<sup>a</sup> - Recolha documental relativa ao estudo de caso - Parque da Trincheira;
- 3.<sup>a</sup> - Proposta de recomendações

A primeira fase consiste na pesquisa bibliográfica, recorre-se a bibliotecas, arquivos documentais, a livros e a artigos disponíveis online para melhor compreender a origem e evolução dos espaços verdes, as suas diversas tipologias e funções, assim como a necessidade que as cidades têm destes espaços tanto a nível ambiental como social. Inclui uma pesquisa e análise de diversos parques urbanos existentes, para uma reflexão sobre o que se pode requalificar no parque em estudo.

A segunda fase consistirá na recolha documental relativa ao estudo do caso, o Parque da Trincheira em Pinhel, de modo a proceder à caracterização deste espaço, ao seu enquadramento territorial e à sua história. Nesta fase será realizado um diagnóstico urbanístico dos problemas existentes, assim como levantamento fotográfico *in loco*, de modo a apresentar uma reflexão para a compreensão da problemática existente.

Na terceira e última fase, será constituída pela apresentação de propostas e recomendações técnicas com vista à requalificação do parque urbano com o objetivo de apresentar ideias para uma melhoria deste espaço verde público. Pretende-se com estas medidas contribuir para informar as futuras propostas de qualificação urbanística do local dotando quer a autarquia Pinhelense, quer os cidadãos da cidade, de um documento de referência acerca deste parque, tornando-o num espaço mais apelativo e convidativo para residentes e turistas.

### **1.4 - Estrutura**

Esta dissertação será organizada em duas partes fundamentais: a Parte I - Reúne o enquadramento teórico acerca dos espaços verdes e a cidade; e a Parte II - Visa o estudo da requalificação e valorização do Parque da Trincheira.

A Parte I - Espaços verdes e a cidade: está dividida em três capítulos. O Capítulo 2 - consiste num breve enquadramento histórico. Este capítulo abrange a história dos espaços verdes, a sua primeira existência, assim como o intuito de serem construídos. Contém ainda o caos gerado pela industrialização e as medidas tomadas para a existência de uma melhoria a nível urbanístico, destacando as primeiras cidades modelo, cidade linear e cidade jardim. No

Capítulo 3 - espaços verdes em meio urbano e cidades saudáveis. Neste capítulo pretende-se entender a necessidade de um novo urbanismo para uma melhoria entre o homem e a cidade, os benefícios que os espaços verdes urbanos trazem às cidades, determinando diversas funções, as diferentes tipologias existentes destes espaços e ainda a qualidade de vida e bem-estar que proporcionam à população. Por último o Capítulo 4 - consiste em definir estrutura verde e a estrutura ecológica. Estas estruturas foram criadas para suportar a proteção e manutenção dos sistemas ecológicos da paisagem, cooperando na qualidade do meio ambiente urbano e da vida humana, sendo parte integrante dos problemas da sociedade.

A Parte II - O Parque da Trincheira de Pinhel: está organizada em dois capítulos. O Capítulo 5 - consiste no contexto geográfico e histórico do concelho de Pinhel, onde se pode ver as suas características envolventes, assim como da cidade, dando relevância a diversas zonas históricas. Na caracterização da área de estudo e a análise à envolvente. O diagnóstico urbanístico no qual se determinam os problemas existentes, os pontos favoráveis e onde se propõe uma mudança. Apresenta-se ainda o enquadramento no Plano Diretor Municipal de Pinhel da zona em questão. E ainda o Capítulo 6 - consiste na apresenta-se da proposta de requalificação e valorização do Parque da Trincheira.

## 1.5 - Breve estado da Arte

Os espaços verdes são hoje vistos nas cidades como elementos essenciais na promoção de atividades relativas ao recreio e ao lazer. Incluem diversas tipologias e permitem uma elevada diversidade de práticas sociais, associadas aos jogos, ao desporto, à interação social, à permanência e estadia, onde dominam percepções como o prazer ou a segurança. São elementos urbanos que permitem a realização de uma multiplicidade de funções interligadas entre si, que têm em comum satisfazer as necessidades da sociedade humana, proporcionando momentos de decompressão face ao agitado quotidiano citadino.

Leonel Fadigas (1993) refere a propósito que os espaços verdes incluem os jardins, os parques urbanos e todas as demais áreas livres que estão revestidas por vegetação à escala dos meios urbanos<sup>1</sup>. Ora, um clássico da literatura como Odum (1971) considera que a presença do ecossistema natural dentro dos limites das cidades, contribui de modo decisivo para a melhoria da saúde pública das populações urbanas e promove um aumento da qualidade de vida dos cidadãos. Tal qualidade de vida refere estar ligada a indicadores como a qualidade do ar ou a redução de ruídos<sup>2</sup>.

Na opinião de Fischer (1989) os ambientes saudáveis contribuem para amenizar a carga do *stress* mental e auxiliam na capacidade de concentração das populações. Consequentemente, a necessidade da existência de espaços verdes à escala das cidades, é um requisito da evolução dos espaços urbanos ao longo do tempo. Verifica-se que os espaços verdes urbanos têm vindo a assumir cada vez mais importância quer ao nível das políticas regionais, quer considerando as estratégias municipais<sup>3</sup>.

Um outro aspeto a considerar é o facto de os espaços verdes contribuírem para caracterizar a imagem da cidade, pelo que, também em termos estéticos desempenham um papel essencial no meio urbano, entre outros benefícios tais como ecológicos, sociais ou económicos.

Assim, nos dias de hoje, devido à instabilidade ambiental em que vivem os cidadãos, dada a escassez e degradação dos recursos naturais é fundamental que os espaços verdes sejam elementos centrais da cidade, promovendo a qualidade do ar e do solo, a diversidade biológica (de fauna e flora) e sensorial, e em suma um ambiente mais sustentável.

Os espaços verdes urbanos assumem, portanto, características e dimensões variadas, revestindo-se de uma oferta muito diversa de usos e funções. Para que todo o seu potencial ecológico, social, estético e económico seja colocado ao serviço das populações, urge que proporcionem funções diversificadas. É, pois, essencial, estabelecer tipologias que permitam caracterizar os vários espaços verdes urbanos através de pontos de vista diferentes, a fim de conseguir a sua correta planificação e gestão, servindo populações e necessidades diversas.

Outro aspeto de interesse respeita ao facto de a saúde individual dos seres humanos ser influenciada não apenas pelas características intrínsecas de cada indivíduo, mas também pelo meio em que se insere, tendo em conta as características do seu local de residência, das suas condições de trabalho, ou conferidas pelos ambientes natural, social e económico com os quais tem contacto, ou ainda pela qualidade e acessibilidade aos serviços públicos, incluindo a parques e jardins. A saúde não resulta pois apenas de aspetos biológicos ou da qualidade dos serviços médicos prestados, mas também de todo um conjunto de fatores sociais, económicos e culturais que constituem e fundamentam cada lugar, no qual os espaços verdes se inserem. Consequentemente, as características da paisagem envolvente são um elemento cada vez mais importante, na qualidade de vida do cidadão, contribuindo para minorar ou agudizar os problemas de saúde. Entenda-se a paisagem como estando associada a uma determinada porção da superfície terrestre (ou neste caso, da escala da cidade), que é heterogénea e constituída por ecossistemas que se repetem<sup>4</sup>. A sua valorização é vista como um recurso que permite avaliar a qualidade visual de uma região ou cidade, informando o quadro de tomadas de decisão associado às questões urbanísticas, e paralelamente capaz de promover a qualidade de vida<sup>5</sup>.

---

<sup>1,2,3</sup>Fonseca, et al. (2010). Comportamentos e perceções sobre os espaços verdes da cidade de Bragança, pág. 120

<sup>4</sup>Forman e Gordon. (1986). Horta, et al. (2010). Usos de indicadores na avaliação dos efeitos da expansão urbana sobre a estrutura da paisagem, pág. 45.

<sup>5</sup>Landovsky (2006). Horta, et al. (2010). Usos de indicadores na avaliação dos efeitos da expansão urbana sobre a estrutura da paisagem, pág. 68.

# **I ENQUADRAMENTO TEÓRICO:**

**Os espaços verdes e a cidade**

## **Capítulo 2 - Breve enquadramento histórico**



Fig. 1: Stourhead (1743) jardim inglês que foi desenhado por Henry Hoare; Fig. 2: Castelo Windsor, fica na cidade Windsor, sudeste da Inglaterra; Fig. 3: Palácio Hampton Court, Inglaterra; Fig. 4: Labirinto do palácio Hampton Court, construído em 1690; Fig. 5: Castelos do Vale do Loire, Chambord, França. Arquitetura em estilo renascentista francês combina formas medievais com estruturas clássicas italianas; Fig. 6: Birkenhead Park é um parque público em Merseyside, Inglaterra. Foi projetado por Joseph Paxton e aberto em 5 de abril de 1847; Fig. 7: Central Park, em Nova Iorque de Frederick Law Olmsted; Fig. 8: Passeio Público em Lisboa de Marquês de Pombal, construído em 1764

Neste capítulo será apresentada uma abordagem sobre os espaços verdes urbanos desde as suas origens à contemporaneidade. Não se trata de uma análise exaustiva, mas dos momentos que se consideram mais marcantes da sua ligação à cidade. Tem início com o que historicamente se conhece, como os primeiros jardins que terão sido os jardins dos Deuses na Antiga Grécia.

No que concerne à época contemporânea, com o processo de industrialização e de todo o caos, mudança, necessidade de repensar que esta trouxe às cidades, houve a necessidade de agir ativa e urgentemente através de intervenções urbanísticas capazes de as qualificarem. Um momento marcante considera-se ter sido a *Carta de Atenas* que a partir da década de 1930 veio introduzir um conjunto de ideias modernistas nas quais os espaços verdes desempenham um papel fulcral, que mais tarde despoletaram o conceito *Continuum Naturale*.

A análise termina, abordando de forma sistemática algumas das características dos espaços verdes na sua relação com as cidades, destacando-se os primeiros modelos de cidade planeada, nomeadamente a Cidade Linear de Arturo Soria y Mata e a Cidade Jardim de Ebenezer Howard. Tais modelos ainda hoje inspiram as ações de intervenção urbana.

## **2.1 - Evolução e principais características dos espaços verdes urbanos**

A origem dos espaços verdes urbanos é ainda hoje um tema científico incerto, havendo por isso a dúvida em que civilizações ou períodos conquistaram a sua importância. Poder-se-á referir que a origem dos jardins é indissociável da origem da cidade.

A jardinagem egípcia do século XVIII foi considerada um dos berços dos jardins ocidentais, atribuindo-se-lhe como principal utilidade a sua capacidade para amenizar o calor excessivo que atingia as habitações.

Os designados jardins naturalistas surgem, por sua vez, na China com um carácter religioso, que incluía elementos de cariz natural, onde os espaços verdes eram reservados às habitações e ao consumo familiar.

Existem vários relatos e estudos que afirmam que os primeiros espaços verdes apareceram como importantes estruturas para a sociedade na Antiga Grécia, sendo estes encarados como estando associados a um mundo paradisíaco, conhecido como os jardins dos deuses. Apareciam também com ligações de carácter mítico-religioso e eram vistos como espaços de descanso. Foi sem dúvida na Grécia clássica que apareceram os primeiros espaços verdes livres, porque livres eram também os cidadãos que os fruía. Estes espaços eram considerados livres também devido à adoção de uma função pública, coletiva, frequentados por toda a população como locais de passeio, conversa e lazer.

Também no Império Romano, a implementação das áreas verdes nos espaços urbanos, foi um aspeto determinante na cidade de Roma.

Já os jardins árabes ergueram-se na Idade Média como novas formas de jardinagem, integrados como espaços internos da casa, constituídos por plantas frutíferas e aromáticas, que mais tarde inspiraram os jardins botânicos onde se cultivavam espécies medicinais.

Leonel Fadigas<sup>6</sup> menciona que os espaços verdes compreendem não só os jardins e os parques urbanos, mas também as restantes áreas livres revestidas de vegetação existente nos meios urbanos. Apresentam-se como fatores determinantes para o bem-estar da população residente nas áreas urbanas, e afirmam-se como objeto de preocupação, quer ao nível legislativo pelos países e suas entidades públicas (nacionais, regionais ou locais), quer pelo setor privado responsável pelas ações de urbanização, que cada vez mais os contemplam. Tendem, portanto, a ser uma constante na generalidade das áreas urbanas, e em maior ou menor escala fazem parte indiscutíveis da vida quotidiana dos cidadãos que as habitam.

Silva<sup>7</sup> defende que os espaços verdes como os jardins deverão ser lugares de sossego, promovendo a qualidade de vida e o contato com a natureza no centro da cidade.

Poder-se-á referir que em todas as épocas da sua história, devido aos problemas do crescimento excessivo das cidades compactas, os espaços verdes foram entendidos como veículos para atenuar os efeitos de urbanização, conferindo aos seus residentes melhores condições de habitabilidade.

No Renascimento nascem os jardins franceses e italianos, nos quais prevalecia a subtileza do estético, onde a jardinagem era assinalada pela arquitetura, com elementos de ornamentais bem marcados e de grande valor artístico. Os jardins italianos adaptam um estilo ajustado à topografia do terreno, enquanto os jardins franceses têm a sua ascendência no surgimento de áreas verdes, praças e parques abertos à população<sup>8</sup>.

No século XVI, os espaços verdes são assumidos como jardins e parques públicos onde se visualizam as transformações da natureza, envolvendo-a no meio urbano. Tornam-se espaços de espetáculo, devaneio e de manifestações artísticas. Nesta época emergem nas cidades europeias os jardins públicos como impulsionadores do equilíbrio da urbanização, tornando os ambientes mais atrativos e saudáveis.

---

<sup>6</sup> Fadigas, L. d. (1993). A Natureza na Cidade - Uma perspetiva para a sua integração no tecido, pág.52.

<sup>7</sup> Silva (2007), Espaços verdes urbanos: ordenamento, ambiente e implementação, Faculdade de ciências e tecnologia, Universidade de Lisboa, pág.56.

<sup>8</sup> Loboda, C.; de Angelis, B. (2005), áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções, revista ambiência, nº1, volume 1, Brasil, pág. 125-139.

Em Inglaterra no século XVII, surgem os jardins paisagísticos abertos à população. Os parques públicos são criados no intuito de permitirem uma observação mais destacada sobre a natureza, num momento em que as ideias românticas em volta da natureza dão origem a jardins envolvendo os palácios e embutidos nas cidades como forma de suavizar os problemas sociais e ambientais urbanos de insalubridade e escassez de infraestruturas. Também neste país, emergem no século XVIII os primeiros sinais da revolução industrial com repercussões no resto do mundo. Com eles surge o rápido crescimento das cidades, para o qual contribuem ainda aspetos como a revolução na agricultura, nos meios de transporte, nas comunicações ou em novas ideias de organização económica e social<sup>9</sup>. Nesta fase dá-se uma melhoria da capacidade de produção e um avanço tecnológico que gera grandes movimentos populacionais, dos espaços rurais para os espaços urbanos. Consequentemente, o crescimento das cidades faz-se sobretudo pela deslocação das atividades económicas e das populações<sup>10</sup> que a ela acorrem. Verifica-se ainda que os fatores económicos da época suportaram o fluxo de população rural para o meio urbano, num declínio de territórios baseados na agricultura, o que provocou uma redução da capacidade de produção dos agentes de produção alimentar, refletindo-se, ainda que temporariamente numa diminuição da produtividade agrícola, que as revoluções mecânica e mais tarde tecnológica viriam a debelar.

O crescimento económico das sociedades desenvolvidas foi evoluindo, como aconteceu em Portugal, onde a população foi extraída do meio rural para diversos sectores da economia existentes nas cidades, à custa da mão-de-obra agrícola. Como era de prever, as cidades tiveram um crescimento muito rápido, por força da intensidade e rapidez da fixação da população, o que originou graves problemas de salubridade decorrentes da grande concentração humana<sup>11</sup> e da falta de infraestruturas.

Surge assim um crescimento também rápido das periferias, nem sempre capazes de dar resposta às necessidades dos novos habitantes, forçando as cidades a densificarem a sua malha urbana, multiplicando os seus bairros habitacionais que se localizavam perto das indústrias. Tal localização justificava-se na necessidade de minimizar o tempo e o custo despendidos nas deslocações, em face de uma oferta do transporte público, nem sempre satisfatória.

---

<sup>9</sup> Goitia, F. (2003). Breve história do urbanismo. Editorial Presença, pág.144.

<sup>10</sup> Polése, M. (1998). Economia urbana e regional. Coimbra: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, pág.32 e 38.

<sup>11</sup> Carvalho, J. (2003). Ordenar a cidade. Coimbra: Quarteto, pág. 217.

Os subúrbios foram crescendo com uma construção dispersa, a qual absorveu muitos solos classificados com uma boa aptidão agrícola. Neste sentido, a interligação entre cidade e campo foi sendo alterada, com ganhos populacionais para as grandes concentrações urbanas<sup>12</sup>. Foi-se criando uma dicotomia entre uma paisagem rural em regressão e degradação e a paisagem urbana em crescimento acelerado e nem sempre sustentável.

Esta fase industrial foi ultrapassada mais tarde, por um período de crescimento económico que veio a florescer a expansão do sector terciário, assim como o enfraquecimento do ramo industrial. Este fenómeno manifestou-se em diversos territórios, em particular nas urbes, incutido pelo consumo e desenvolvimento tecnológico. Deu-se a deslocação da indústria da cidade para a periferia, e para as zonas industriais, criando situações de degradação física e ambiental com grandes necessidades de intervenções urbanísticas, em especial nos espaços urbanos centrais, das antigas urbes industriais.

Assim, os espaços verdes nas suas diversas tipologias (parques, jardins ou simples árvores alinhadas ao longo dos passeios) passam a assegurar uma função utilitária nas zonas urbanas densamente povoadas, tornando-se num elemento de defesa e proteção em face da degradação do meio ambiente. Estes espaços assumem-se como locais de encontro e passeio da população<sup>13</sup>.

O processo de industrialização nas cidades europeias e americanas, refletiu o caos espacial urbano. As cidades abarrotaram, criando um cenário de deterioração e privação acelerada na qualidade de vida. Dá-se então, uma degradação urbana devido à falta de controlo público das ações no meio urbano.

Nesta altura criaram-se os primeiros modelos de cidades planeadas devido à necessidade de recrear espaços e lugares, mais saudáveis e com melhores índices de qualidade de vida. Estas formas urbanas surgem como as Cidades Lineares e as Cidades Jardim.

Em resposta a este caos, em 1898, Ebenezer Howard, o pai da cidade jardim, sugeriu a criação de uma cidade jardim, procurando organizar uma cintura verde de uso agrícola em torno da cidade-mãe, impedindo a sua utilização para outros fins. Para lá desta cintura surgiam as cidades satélites acompanhadas de boas vias de comunicação. Entre outros objetivos, este urbanista pretendeu criar um anel verde que servisse a população da cidade. Este modelo foi não só um sucesso no Reino Unido como proliferou um pouco por toda a Europa inspirando muitas cidades. Em Portugal não se poderá falar exatamente de cidades jardim mas a verdade é que este modelo inspirou muitas zonas de expansão urbana que no decorrer do século XX eram desenhadas sob a égide dos planos gerais de urbanização.

---

<sup>12</sup> Telles, G. (1994). Paisagem Global. In A. Alves, A. Espenica, E. Caldas, F. Cary, et al., Paisagem pág.31.

<sup>13</sup> Loboda, C.; de Angelis, B. (2005), áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções, revista ambiência, nº1, volume 1, Brasil, pág. 125-139.

De facto, os parques urbanos emergem como elementos destacados da cidade no dealbar do século XX. Segundo alguns autores, devido ao efeito das modificações sociais e económicas providas da industrialização, é nesta altura que se dá uma diferenciação entre os locais de trabalho e lazer e, conseqüentemente, se eleva a necessidade de melhoramento do meio urbano, através da introdução de espaços verdes na cidade<sup>14</sup>. Ora, com a propagação do automóvel enfraquece-se a importância dos espaços verdes urbanos que se tinha vindo a registar anteriormente. Para Silva<sup>15</sup> a maior facilidade das deslocações e de comunicação à distância, estão na base da alteração do conceito de cidade e do uso do solo que lhe está associado, reduzindo a sua dependência relativamente ao espaço rural circundante.

O uso excessivo do transporte individual, conduziu a um aumento frequentemente destravado do consumo de recursos (como solo, ar ou energia), à concentração do espaço edificado nas urbes, a alterações nos modos de vida rurais e ao crescente desgaste do modo de vida urbano devido a novos problemas. Entre estes, surgem as questões inerentes ao ruído, às emissões poluentes, com perda de vitalidade e da sociabilidade da vizinhança, bem como a diminuição da função habitacional em zonas onde anteriormente se destacava. Neste cenário, surgem propostas de modelos urbanísticos de baixa densidade, assentes na circulação pedonal mas com a expansão dos núcleos habitacionais, centros de comércio e outras atividades para distâncias cada vez maiores da cidade originária, com uma separação crescentemente marcada entre as diversas zonas funcionais<sup>16</sup>.

Perante este panorama, intensificaram-se as assimetrias regionais e as cidades alteraram-se. As sociedades mentalizaram-se para a necessidade de implementar formas de desenvolvimento mais sustentáveis face à crescente urbanização. Em resumo, para alguns autores como Couch, Fraser e Percy,<sup>17</sup> as cidades europeias enfrentavam nesta época, um conjunto complexo de problemas e desafios de ordem social, económica, física e ambiental. Pelo que precisavam de captar investimentos que os minorassem e concorrer pelo crescimento económico.

---

<sup>14</sup> Magalhães, M. (1992), A evolução do conceito de espaço verde público, Revista Agros, N°2, pág.94.

<sup>15</sup> Silva, G. (2008). Forma urbana e sustentabilidade - Algumas notas sobre o modelo de cidade compacta, pág.105

<sup>16</sup> Silva, G. (2008). Forma urbana e sustentabilidade - Algumas notas sobre o modelo de cidade compacta, pág. 107.

<sup>17</sup> Couch, C., Fraser, C., e Percy, S. (2003). Urban regeneration in Europe, pág.20.

Assim, os espaços verdes começam a ser vistos como os pulmões da cidade, pelo que deveriam expor dimensões suficientes para conceber o oxigénio necessário, capaz de compensar a poluição atmosférica<sup>18</sup> urbana. Estas zonas teriam como objetivos primórdios, purificar o ar, promover a saúde e bem-estar das populações e facultar espaços para o exercício físico ao ar livre. Birkenhead Park, no Reino Unido é uma das primeiras obras resultantes deste parecer e foi o primeiro parque público gerado para moderar os problemas resultantes da industrialização<sup>19</sup>. Se em Portugal o Marquês de Pombal depois do terramoto decidira criar o Passeio Público em Lisboa, que surge como o primeiro conceito de “pulmão verde” do país, tendo como fontes de inspiração os parques públicos em crescente expansão por toda a Europa<sup>20</sup>. Frederick Law Olmsted inspirou-se no Birkenhead Park, no qual teve um papel fundamental na evolução dos espaços verdes públicos urbanos, que cooperou de modo determinante para a forma e uso dos parques a nível mundial, concebendo espaços como o Central Park, em Nova Iorque.

A evolução deste conceito, veio mais tarde a propor um sistema contínuo de parques, que dará origem à conceção de uma rede de espaços verdes que faz prevalecer a natureza no interior da cidade, em comutação da visão em unidades isoladas. A descentralização urbana e a redução dos contrastes entre cidade e o campo deram origem a diversos modelos modernistas de espaços verdes.

O movimento moderno a seguir à década de 1930, fundamentava os seus ideais na conceção de novas cidades, aproveitando até ao limite as possibilidades trazidas pela evolução tecnológica<sup>21</sup>. Este período modernista focou-se na emoção/sensibilidade estéticas versus lógica e técnica construtivas, ou seja, entre o organicismo da tendência expressionista e o mecanismo racionalista. O urbanismo e a arquitetura surgiram como novas ideias modernistas, fixadas em 1933 na designada por *Carta de Atenas* (Figura 9).

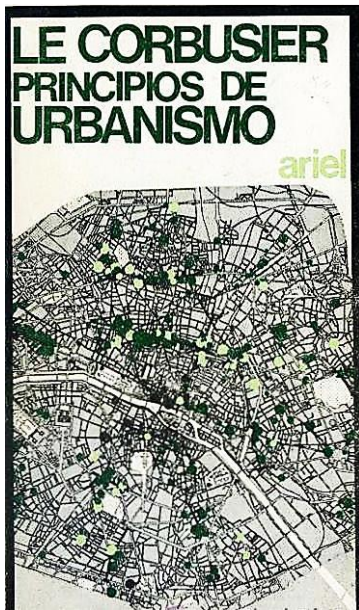
---

<sup>18</sup> Magalhães, M. (1992), A evolução do conceito de espaço verde público, Revista Agros, Nº2, pág.96.

<sup>19</sup> Jellicoe, G., Jellicoe, S. (1998). The Landscape of Man - Shaping the environment from prehistory to the present day, pág.20.

<sup>20</sup> Castel-Branco, C., & Soares, A. L. (2007). As árvores da cidade de Lisboa. In J. S. Silva, Floresta e Sociedade Uma História Comum, pág.289 e 292.

<sup>21</sup>Carvalho, J. (2003). Ordenar a cidade. Coimbra: Quarteto, pág. 220



9

A *Carta de Atenas*, da qual o grande responsável foi *Le Corbusier*, nomeou como elementos básicos do urbanismo, o sol, a verdura e a amplitude espacial, no qual a cidade teria quatro funções distintas: habitação, trabalho, circulação e recreio<sup>22</sup>. O modelo escolhido era o da construção em série e em altura, onde os edifícios assentavam em pilotis, deixando o solo coberto com o verde em pano de fundo disponível para todos e para que as funções de recreio e de lazer se multiplicassem. O aumento das superfícies verdes é segundo este documento, um dos objetivos a atingir para uma melhoria nas condições de habitabilidade, pretendendo também chegar não só aos núcleos históricos das cidades, mas também às zonas de expansão industrial.

---

<sup>22</sup> Simoes, V. C. (2003). A Função Social dos espaços verdes Públicos Urbanos. Relatório de fim de curso de arquitetura paisagista, pág.15.

Fig. 9: Le Corbusier publicou em 1942, os princípios do urbanismo, a *Carta de Atenas*, um manifesto urbano elaborado no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). Fonte: <http://www.patrimoniointeligente.com/patrimonio-urbano/>

Um exemplo em Portugal da aplicação dos conceitos da *Carta de Atenas*, é o bairro dos Olivais-Norte em Lisboa. A sua malha urbana encontra-se organizada em células habitacionais, que possuem equipamentos diversos, comércio, mercados, escolas para diferentes graus de ensino, igrejas, entre outros, e uma célula central única onde as funções terciárias são o núcleo de toda a intervenção. Para alguns autores, o desenho seguiu as regras dos edifícios pontuais em composições geométricas, dos sistemas dos edifícios em bloco, da rua desinteressante e incharacterística<sup>23</sup>. O solo foi libertado pelos pilotis em que assentavam os edifícios, ficando disponível para as funções de recreio e de circulação<sup>24</sup> (Figura 10).



---

<sup>23</sup> Ferreira, M. J. (1984). Evolução das Zonas Verdes do Bairro de Olivais Sul. Relatório Final de Curso de Arquitetura Paisagista, pág.32.

<sup>24</sup> Magalhães, M. M. (2001). A Arquitetura Paisagista - Morfologia e Complexidade, pág.69.

Fig. 10: Bairro de Olivais-Norte, aplicação dos conceitos da Carta de Atenas, início do processo de urbanização dos Olivais Norte;



Paralelamente, com o crescimento das cidades, o abandono e a crescente alteração das funções do campo tornam-se grandes problemas a resolver, criando a necessidade de controlar as inevitáveis modificações produzidas no espaço físico e biológico através do planeamento urbanístico. Surge então a necessidade de refletir sobre a criação de diversos tipos de paisagem, desde a cidade até ao campo<sup>25</sup>.

Desenvolveu-se também a ideia se que um conjunto de espaços verdes, se deve estruturar num sistema contínuo e articulado com outros elementos morfológicos das redes urbanas, emergindo o conceito de *Continuum Naturale*. A paisagem natural, segundo este conceito, deve estar presente na cidade de uma forma contínua, adotando diversas funções, como o lazer, o recreio ou o enquadramento de infraestruturas e edifícios. A constatação de que as cidades eram demasiado grandes e escassas em espaços verdes, não permitia um contacto adequado dos seus habitantes com a natureza. Assim, pretendia-se que a paisagem circundante, trespassasse a cidade de modo tentacular e constante, adotando diversas formas e funções que iam desde os espaços de lazer até aos espaços de elevada produção de frescos agrícolas<sup>26</sup>. Na zona interior das cidades e nas periferias, os espaços verdes presentes eram considerados do ponto de vista sanitário, como pulmões necessários à vida cidadina<sup>27</sup>.

Em Portugal na década de 1980, a Lei de Bases do Ambiente, vertida na Lei nº 11/1987 de 7 de Abril<sup>28</sup>, incluía no seu Art.º 5, a definição de *Continuum Naturale* como um “sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território”.

---

<sup>25</sup> Magalhães, M. M. (2001). A Arquitetura Paisagista - Morfologia e Complexidade, pág.70.

<sup>26</sup> Magalhães, M. (1992), A evolução do conceito de espaço verde público, Revista Agros, Nº2, pág.99.

<sup>27</sup> Loboda, C.; de Angelis, B. (2005), áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções, revista ambiência, nº1, volume 1, Brasil, pág. 125-139.

<sup>28</sup> (Lei nº 11/87) de 7 de Abril - Artigo 5, pág. 31.

Fig. 11 a e b: Representam os grandes blocos de oito pisos, assentes em Pilotis e com galerias exterior de distribuição. Fonte: <https://bairrojardim.weebly.com/ceacutelula-a---olivais-norte.html>

É importante frisar as vantagens associadas à presença do verde no tecido urbano, seja qual for o conceito de espaço verde adotado ou a sua tipologia, função, dimensão ou localização na malha urbana. Estes espaços para além do seu valor estético, cooperam para o controlo climático, dado que a cidade apresenta especificidades climáticas, associadas a ilhas de calor, em que a temperatura do ar é elevada em vários graus, devido às atividades humanas que provocam a transformação que certos materiais inertes, o que vai desencadear um altíssimo teor de poeiras, traduzindo-se numa elevada libertação térmica para a atmosfera<sup>29</sup>.

Os espaços verdes, hoje em dia, continuam a ter como finalidade contribuir para minimizar as tensões da vida citadina, abrandando os problemas sociais e ambientais urbanos. Possuem o papel de reativar valores relacionados com a vida da comunidade, assumindo-se como espaços de encontro, agindo no bem-estar físico e mental dos cidadãos. Têm um papel importante na ligação dos vários espaços urbanos distintos entre si e na amenização do ambiente. Executam funções culturais, de inclusão, de enquadramento, de apoio aos peões, à prática de jogos, lazer e recreio. Possuem distintos significados, tais como, espaços de conservação, socialização, formação de uma consciência ambiental, que suavizam alguns problemas das cidades e propõem atenuar o stress da vida dos cidadãos, por forma a diminuir os seus efeitos adversos. Assim, as áreas verdes urbanas querem-se dotadas de infraestruturas e equipamentos que ofereçam opções de lazer e recreação às diferentes faixas etárias proporcionando recreio, lazer e convívio para toda a população. Esta dotação permite aumentar o interesse cultural dos espaços verdes urbanos, estimulando as pessoas à apreensão e vivência em espaços naturais, com um bom ambiente<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> Magalhães, M. (1994). Paisagem urbana e interface urbano-rural. In A. Alves, A. Espenica, E. Caldas, F. Cary, et al, pág.109.

<sup>30</sup> Caporusso, D.; Matias, L. (2008). Áreas verdes urbana

## 2.2 - Os espaços verdes e a cidade

A organização das cidades é o resultado da evolução da vida social e das suas práticas, o que se repercute na sua estrutura mais ou menos ordenada, à semelhança de uma evolução social mais ou menos tumultuosa ou mais ou menos organizada. As zonas urbanizadas encontram-se marcadas pelas culturas das comunidades que as habitam e estão cada vez mais ligadas a coerências funcionais e simbólicas. Ora, as cidades são como um sistema que retém recursos e emite resíduos pelo que, quanto maiores e mais complexas, maior se torna a sua dependência relativamente às áreas envolventes, fatores estes, que exponenciam a sua relevância sempre que se constatarem mudanças em seu redor, por mais simples que sejam<sup>31</sup>. Consequentemente, as condições naturais que estão implícitas às cidades, tornam-nas num espaço altamente particular, pelo que a estrutura do espaço urbano, poderá gerar distúrbios no funcionamento do ambiente natural<sup>32</sup>.

Contudo, a cidade não deve ser vista como um maquinismo físico ou uma construção artificial, mas como um resultado da obra humana com a natureza, ou seja, um produto da natureza humana que está indissociável das vivências das suas populações<sup>33</sup>. Os autores alertam para o facto de os aglomerados urbanos mais prezados serem aqueles que oferecem uma experiência ambiental mais rica e positiva<sup>34</sup>. Ora, desde cedo, um dos cuidados sociais de maior destaque foi a criação de lugares saudáveis nas zonas urbanas, por forma a intervirem diretamente e de modo distinto com os indivíduos, culturas e outras cidades<sup>35</sup>.

Os espaços verdes, oferecem pois às cidades um bem-estar ambiental, social, económico, pela diminuição da temperatura, regulação do ciclo hidrológico, redução do nível do ruído e purificação do ar, contribuindo decisivamente para aos benefícios ambientais.

---

<sup>31</sup> Gonçalves, N. (2010). Espaços verdes no planeamento urbano sustentável, pág. 45.

<sup>32</sup> Barros, M.; Virgílio, H. (2003), Praças: espaços verdes na cidade de Londrina, Geografia, volume 12, nº1, pág.50.

<sup>33</sup> Loboda, C.; de Angelis, B. (2005). Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções, revista ambiência, nº1, volume 1, Brasil, pág. 125-139.

<sup>34</sup> Ramos, I.; Bernardo, F.; Saraiva, M.; Teixeira, T. (2009), Paisagem urbana: viver a cidade entre o artificial e o natural, pág.45.

<sup>35</sup> Gonçalves, P. (2012). Planeamento urbano saudável, pág.95.

Ao nível social os espaços verdes contribuem para alterar os espaços públicos envelhecidos, tornando-os em lugares de relacionamento e encontros sociais, dando à população uma melhor qualidade de vida com benefícios diretos na sua saúde. A valorização ambiental advém dos benefícios económicos, na qual, se nota uma melhoria nos níveis de saúde dos cidadãos. Os espaços verdes urbanos, também aumentam a atratividade das cidades, devido ao interesse estético, recreativo e histórico, contribuindo assim para a sua eleição como destino turístico, procriando receitas e postos de emprego<sup>36</sup>. “*É no seio da sociedade que surge uma nova percepção da natureza, denominada de natureza poética, foi originada pela população citadina*”, afirmam Thomas e Smith (1983, 1988), na qual se ergue uma relação entre a comunidade e a natureza. A natureza surge como um elemento cativante nas cidades, oferecendo bem-estar e qualidade de vida à população<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> Fonseca, F.; Gonçalves, A.; Rodrigues, O. (2010), Comportamentos e percepções sobre os espaços verdes da cidade de Bragança, Revista Finisterra, nº89, pág.119-139.

<sup>37</sup> Silva, L.; Egler, I. (2003). O estudo da percepção em espaços urbanos preservados, pág.87.

## 2.3 - Os espaços verdes e a Cidade Linear

Arturo Soria y Mata<sup>38</sup> nos finais do século XIX, elabora o primeiro protótipo de cidade linear, como se pode observar na figura 12. Este urbanista construiu um bairro experimental na periferia de Madrid em Espanha entre 1884 e a década de 20 do século XX.

A cidade linear tem como particularidade mais relevante o desenvolvimento em linha, geralmente com uma via central que funciona com estrutura principal, desencadeando-se por si ramos secundários. As cidades tradicionais fortalecidas por um núcleo central eram bastante compactas, erguendo-se este tipo de cidades para combater este congestionamento. Este modelo é interpretado diferentemente por vários autores. Para Miliutin<sup>39</sup> a cidade encontrava-se ligada ao sistema de produção industrial. Le Corbusier<sup>40</sup> emprega este modelo para alcançar maior liberdade formal e trabalhar livremente o sistema viário dentro da sua proposta de hierarquia viária apresentada em “Sur Les Quatre Routes” (Sobre as Quatro Vias). Ernst May<sup>41</sup> aumenta a conexão cidade/indústria sugerida por Miliutin no seu projeto para a cidade soviética de Magnitogorsk (Figura14). Lucio Costa<sup>42</sup>, no pós-guerra, perfilha o modelo linear no crescimento do plano piloto de Brasília (Figura 15). Kenzo Tange<sup>43</sup>, em 1960, expõe um plano monumental de cidade sobre a baía de Tóquio (Figura 16). Mais tarde, Costa, volta a utilizar o modelo linear como um dos elementos do seu plano para a Barra da Tijuca, Rio de Janeiro (Figura 17) <sup>44</sup>.

---

<sup>38</sup> Arturo Soria y Mata, nasceu a 15 de Dezembro de 1844 e faleceu a 6 de novembro de 1920, foi político, empresário e urbanista espanhol. (Informação retirada de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Arturo\\_Soria\\_y\\_Mata](https://pt.wikipedia.org/wiki/Arturo_Soria_y_Mata)).

<sup>39</sup> Miliutin, nasceu a 8 de dezembro 1889 e faleceu a 4 de outubro de 1942, foi um sindicato russo e ativista bolchevique, participante da Revolução de outubro em Petrogrado. Planejador urbano e um arquiteto amador. (Informação retirada de [https://translate.google.cv/translate?hl=pt-PT&sl=en&u=https://en.wikipedia.org/wiki/Nikolay\\_Alexandrovich\\_Milyutin&prev=search](https://translate.google.cv/translate?hl=pt-PT&sl=en&u=https://en.wikipedia.org/wiki/Nikolay_Alexandrovich_Milyutin&prev=search)).

<sup>40</sup> Le Corbusier, nasceu a 6 de Outubro de 1887 e faleceu a 27 de Agosto de 1965, foi um arquiteto, urbanista, escultor e pintor. (Informação retirada de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Le\\_Corbusier](https://pt.wikipedia.org/wiki/Le_Corbusier)).

<sup>41</sup> Ernst May, nasceu a 27 de julho de 1886 e faleceu a 11 de setembro de 1970, foi um arquiteto alemão. (Informação retirada de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ernst\\_May](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ernst_May)).

<sup>42</sup> Lucio Costa, nasceu a 27 de fevereiro de 1902 e faleceu a 13 de junho de 1998, foi um arquiteto, urbanista e professor brasileiro. (Informação retirada de [https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%BAcio\\_Costa](https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%BAcio_Costa)).

<sup>43</sup> Kenzo Tange, nasceu a 4 de setembro de 1913 e faleceu a 22 de março de 2005, foi um arquiteto, e urbanista japonês. (Informação retirada de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Kenzo\\_Tange](https://pt.wikipedia.org/wiki/Kenzo_Tange)).

<sup>44</sup> Lins, A. (1998). Uma análise comparativa entre “Cidades Jardins”, “Cidade Linear”, e “Cidade Industrial”. Seminário.

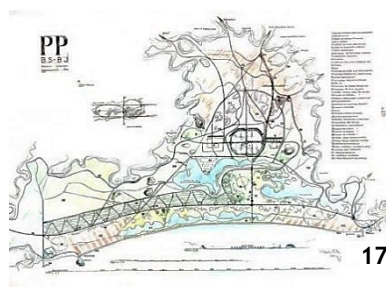
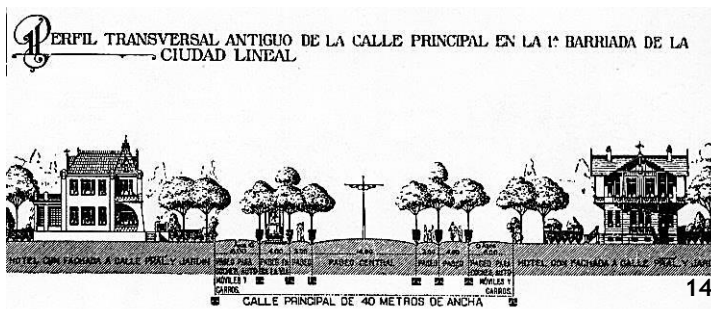
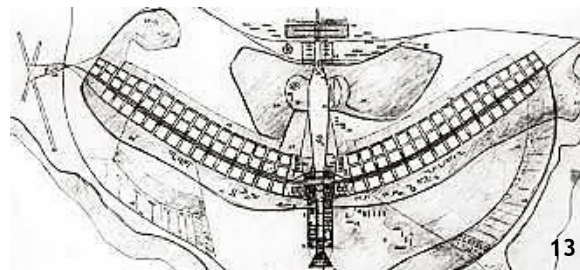
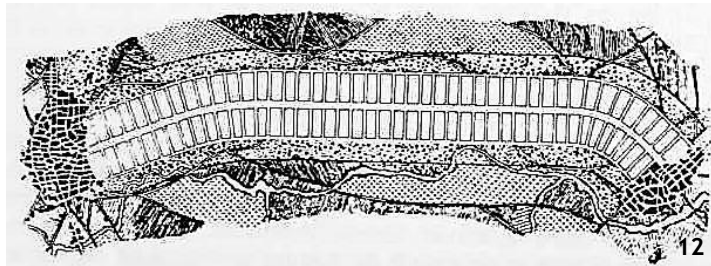


Fig. 12: Cidade Linera, Madrid de Arturo Soria (1884). Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/Linear\\_city](https://en.wikipedia.org/wiki/Linear_city).

Fig. 13: Perfil transversal de Cidade Linera, Madrid de Arturo Soria (1884). Fonte: <https://cityeu.wordpress.com/urbastructure/>

Fig. 14: Cidade soviética de Magnitogorsk de Ernst May. Fonte: <http://ernst-may-gesellschaft.de/en/ernst-may/catalogue-raisonne/soviet-union-1930-1933.html>

Fig. 15: Projeto de Lucio Costa para Brasília. Fonte: <http://mbqnews.com.br/60-anos-de-um-projeto-lucio-costa-idealizou-a-forma-de-um-aviao-para-brasilia/>

Fig. 16: Plano para a baía de Tóquio de Kenzo Tange. Fonte: <http://arquiscopio.com/archivo/2012/07/14/plan-para-la-bahia-de-tokio/?lang=pt>

Fig. 17: Projeto para Barra da Tijuca no Rio de Janeiro de Lucio Costa. Fonte: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1475>

A cidade linear está interligada, em bastantes aspetos, à questão do transporte e da crescente importância do sistema viário no planeamento da cidade<sup>45</sup>. Este modelo esteve ligado também ao movimento higienista na sua fase inicial e à questão dos bairros operários. Na década de 1880, acreditava-se que a cidade linear poder-se-ia estender pelo território, ligando cidades e mesmo países, com uma grande rede urbana. Este acontecimento não está longe da realidade dos nossos dias, devido ao sistema de transporte super-rápidos (comboio de alta velocidade) por exemplo à escala europeia.

A edificação das cidades lineares tem um plano de sequências que as caracterizam pelos seguintes pontos<sup>46</sup>:

- ✓ Construção de uma via com bastante largura e comprimento variável, constituída por um itinerário principal e por um caminho-de-ferro;
- ✓ Ao longo das ruas encontram-se os canais de água, gás e eletricidade;
- ✓ Consoante a extensão da via principal, assim devem ser localizados, com distâncias iguais, os edifícios de serviço municipal;
- ✓ A zona residencial é alongada nos dois lados da via principal.

A cidade linear (Figura 12) morfologicamente é composta por uma via central, com uma largura constante, ao longo da qual saem ruas transversais ajustadas à natureza e à topografia do terreno. A inclusão da ferrovia nestas ruas integrava um elemento fundamental, sendo um eixo estruturador, para além de defender a organização do território, era também o principal meio de transporte no interior da cidade, e na ligação entre elas. À época, as suas casas podem proteger-se melhor dos incêndios provocados pelo lançamento de bombas e pela artilharia de grande alcance, do que as aglomerações contemporâneas, visto estas não terem os seus edifícios a contornar núcleos centrais. Possui exclusivamente filas muito longas de habitações isoladas, acompanhando avenidas centrais de grande largura, de modo a impedir a edificação compacta, visto existirem para além das faixas destinadas a edificações, campos de culturas, cortinas verdes, bosques e florestas. Estes últimos elementos constituíam os principais espaços verdes da cidade linear.

Em suma, este modelo de cidade pretendia não só mudar o modo de vida dos cidadãos, mas também o pensar, propondo um modelo de urbe extensível, composto por pequenas casas isoladas, constituídas por um conjunto de espaços verdes que integravam a horta e o jardim (Figura.13)<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> e <sup>47</sup> Lins, A. (1998). Uma análise comparativa entre “Cidades Jardins”, “Cidade Linear”, e “Cidade Industrial”. Seminário.

<sup>46</sup> Lopes, E. (2012). Desenho urbano: cidade linear, pág.25.

## 2.4 - Os espaços verdes na Cidade Jardim

Fazendo uma observação sobre as péssimas condições de vida da cidade liberal, Ebenezer Howard, sugeriu uma alternativa aos problemas urbanos e rurais, apresentados no livro *Garden-cities of Tomorrow*<sup>48</sup>. Refletindo um pouco mais acerca deste modelo e do modo como nele os espaços verdes foram tratados, poder-se-á referir que o seu autor começou por efetuar um diagnóstico sobre sobrepopulação das cidades e as suas consequências. Advinha da migração proveniente do campo, sendo por isso necessário equacionar a relação entre a cidade e o campo, perante os problemas e as vantagens destes dois ambientes.

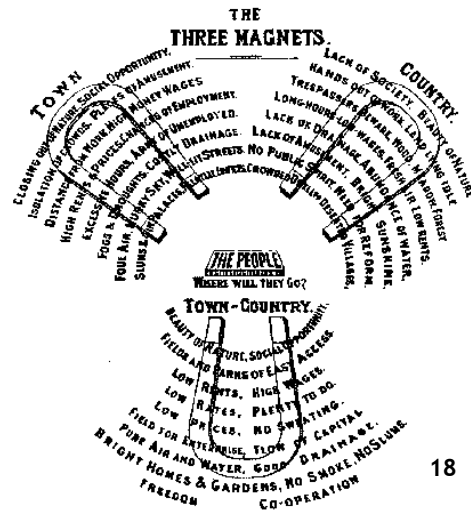
Das características do campo destacava a beleza da natureza, o desemprego, a terra ociosa, as matas, bosques, campinas e florestas, as jornadas longas/salários baixos, o ar fresco e as rendas baixas, a falta de drenagem, de entretenimento, de vida social e de espírito público, a abundância de água e o sol brilhante, a carência de reformas ou as aldeias desertas. Das características da cidade destacava o afastamento da natureza, as oportunidades sociais e de emprego, o isolamento das multidões, os locais de entretenimento, a distância do trabalho, os altos salários, as rendas e preços altos, a jornada excessiva de trabalho, os nevoeiros e secas, a drenagem custosa, o ar pestilento e o céu sombrio, as ruas bem iluminadas ou os edifícios palacianos.

Em resumo, a cidade era o espaço de socialização, cooperação e oportunidades de emprego, mas sofria de problemas relacionados com o excesso de população e insalubridade. Por outro lado, o campo era o espaço da natureza, sol e água, da produção de alimentos, mas padecia de problemas como a falta de emprego, infraestruturas e oportunidades sociais. Para Howard, a resolução dos problemas da cidade seria recambiar o Homem para o campo, criando atrativos - os “imãs” - equilibrando assim as diferenças entre campo e cidade (Figura 18). Propõe uma alternativa de cidade à qual chamou Cidade-Campo (Town-Country), com características de ambos (cidade e campo) moldadas numa só, usufruindo do melhor de cada um deles, nascendo assim “*uma nova esperança, uma nova vida, uma nova civilização*”<sup>46</sup>. Esta proposta de cidade patenteou uma rutura na conceção existente na época, vindo a ter grande predomínio no pensamento urbanístico posterior<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> Ebenezer Howard, nasceu a 29 de janeiro de 1850 e faleceu a 1 de maio de 1928, foi um pré-urbanista inglês. (Informação retirada de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ebenezer\\_Howard](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ebenezer_Howard)).(1902). *Cidades Jardins de amanhã*, pág.116.

<sup>49</sup> Hall, P. (2002). *Cities of tomorrow: an intellectual history of urban planning and design in the twentieth century*.



18

A Cidade-jardim deveria ser construída numa área que compreenderia, no total de 2400 hectares, sendo 400 ha destinados à cidade e os restantes às áreas agrícolas. O esboço executado para a cidade adota uma estrutura radial, composta por 6 bulevares de 36 metros de largura que cruzam desde o centro até a periferia, dividindo-a em 6 partes iguais. No centro, era conjeturada uma área de 2,2 hectares, sensivelmente, para um belo jardim, ficando na sua região periférica, os edifícios públicos e culturais (tais como teatro, biblioteca, museu, ou galeria de arte) e o hospital. Em volta de todo o Parque Central, ficaria uma grande arcada envidraçada (Palácio de Cristal), destinada às atividades de comércio e a um jardim de inverno, com a proporção de cerca de 558 metros para cada cidadão.

Em frente da Quinta Avenida e ao Palácio de Cristal, haveria um conjunto de casas ocupando lotes amplos e independentes. Mais adiante, estariam os lotes comuns, num total de 30.000 habitantes (2.000 hab no setor agrícola). A Grande Avenida dividia a cidade em duas partes e possuía 128 m de largura. Era constituída por mais um parque, com 6 grandes lotes para as escolas públicas e igrejas. Os armazéns, mercados, serrilharia, entre outros, encontravam-se diante da via-férrea circundando a cidade, estando o escoamento e recepção de mercadorias simplificado (para ser mais barato), evitando o tráfego pesado (Figura 20).

Fig.18: Diagrama dos 3 ímãs, de Ebenezer Howard, que abordava a questão 'Pessoas: para onde elas irão?', sendo que as escolhas eram 'Cidade', 'Campo' ou 'Campo-cidade'. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade-jardim\\_\(teoria\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade-jardim_(teoria))



## **Capítulo 3 - Espaços verdes e as cidades saudáveis**

Neste capítulo serão abordados diversos pontos sobre os espaços verdes urbanos. Inicialmente é abordado o Novo Urbanismo com o objetivo de progredir no relacionamento entre o homem e a cidade, por forma a melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, o planeamento urbano deverá centrar-se na melhoria das condições de vida e consolidação da saúde dos habitantes. Por conseguinte, será abordado o papel dos espaços verdes urbanos no seu relacionamento com a melhoria do bem-estar e na qualidade de vida da população nas cidades, tendo este papel de desempenhar diversas funções, tais como a regularização microclimática ou controlo da poluição.

Relativamente ao desenvolvimento sustentável, será citado o relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, do qual faz parte uma série de iniciativas, que apontam para uma incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes. Serão também abordadas as diferentes tipologias dos espaços verdes urbanos, incluindo as de jardim público, parque urbano e espaços de enquadramento, pois estes devem ter como preocupação de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e o conforto ambiente das cidades. Devem executar algumas funções que lhes estão associadas tais como ambiental, social e económica, servindo de elo de ligação ao conceito de ambiente saudável e saúde ambiental. Este último abrange os aspetos da saúde humana, dos quais se destacam a qualidade de vida que é determinada por fatores físicos, químicos, biológicos, sociais e psicológicos.

Conclui-se que a qualidade de vida está sujeita ao estatuto socioeconómico das pessoas, ou seja, quanto mais favorável for o seu estatuto socioeconómico melhor é a qualidade de vida e o bem-estar desse indivíduo na sociedade. Ora, a cidade e em particular os espaços verdes devem contribuir para melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos em geral.

### 3.1 - Influências dos espaços verdes no novo urbanismo

A urbanização crescente e a mobilidade das populações trazem à cidade novos problemas de saúde e ameaças. Com o crescimento da urbanização surgiram diversos contrastes que espelham as diferenças sociais e económicas na saúde e bem-estar dos seus habitantes. Ora, Os espaços verdes são um elemento de conseguir este objetivo, pois os autores relembram que *“as teorias de urbanização têm-se pautado na criação de jardins e parques urbanos como meio de melhorar a qualidade de vida na cidade”*<sup>51</sup>.

O grande aumento de população, refletida nas ocupações de áreas urbanas nunca antes preenchidas, trouxe a necessidade de planear a cidade, para dar respostas a problemas económicos e sociais, a par dos espaciais. A desorganização e o desalinhamento que a industrialização provocou, com as repercussões enunciadas no capítulo anterior, aceleraram a necessidade da introdução do planeamento como forma de controlar a expansão das urbes, o que permitiu diversas mudanças na forma de ocupação do espaço, gerando novos movimentos populacionais. Neste caso, as cidades *“cada vez mais um meio artificial (...) ainda contavam com jardins, mas isso torna-se cada vez mais raro (...), fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encoberta pelas obras dos homens”*<sup>52</sup>.

Ora, a urbanização destravada e sem regras trouxe enormes impactos negativos na saúde da população, recaindo a maior parte dos efeitos no estrato social mais baixo e carenciado, originando situações de extrema desigualdade, em termos ambientais e de saúde<sup>53</sup>. A urbanização, gerou territórios descontínuos e fragmentados, sobressaindo novas necessidades em questões de saúde pública, exigindo assim um novo modelo de planeamento urbano<sup>54</sup>. Se por um lado o Homem se tem distanciando da natureza, através da urbanização que substitui o meio natural por centros de concentração humana, por outro, o espaço está organizado para permitir a sua sobrevivência, pelo que as cidades formam uma aspereza própria dos espaços, interferindo na qualidade do ambiente local e regional<sup>55</sup>.

---

<sup>51</sup> e <sup>52</sup> Barros, M.; Virgílio, H. (2003), Praças: espaços verdes na cidade de Londrina, Geografia, volume 12, nº1, pág.267; pág. 40; pág.42.

<sup>53</sup> Gouveia, N. (1999), Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental, pág.49 a 61. (Informação retirada de: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/05.pdf>)

<sup>54</sup> Nogueira, H. (2007 - 2008). Os lugares e a Saúde - a problemática dos territórios promotores de saúde, pág. 85 a 99.

<sup>55</sup> Caporusso, D.; Matias, L. (2008). Áreas verdes urbanas, pág.97.

A ideia associada ao Novo Urbanismo tem origem nos Estados Unidos da América na década de 1980, devido ao forte crescimento da urbanização. Apresenta-se com o objetivo de progredir no relacionamento entre o Homem e a cidade, melhorando a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável. A nova urbanização desenvolveu-se agrupada a uma dinâmica económica que expõe importantes concentrações de pessoas, indústrias e redes de transporte, ao mesmo tempo que implica o aumento de consumo de espaço e dos recursos naturais. Refere-se a propósito que este processo de urbanização das grandes urbes cria *“problemas cruciais do desenvolvimento nada harmonioso entre a cidade e a natureza. (...) substituição de valores atuais por ruídos o que gera entre a obra do homem e a natureza crises ambientais, cujos reflexos negativos contribuem para a degeneração do meio ambiente urbano, proporcionando condições ideais para a sobrevivência humana”*<sup>56</sup>.

Assim, o Novo Urbanismo recai sobre o desenho urbano, ao qual estão associados conceitos como o regionalismo e o ambientalismo como forma padrão de desenvolvimento, almejando o fortalecimento da relação entre a cidade e a sua vizinhança em áreas como a habitabilidade e condições de trabalho<sup>57</sup>.

No congresso para o Novo Urbanismo apresentou-se em 1993 a Carta do Novo Urbanismo, que defende que *“a reestruturação das políticas públicas e práticas desenvolvimentistas sustentam os seguintes princípios: as vizinhanças devem ser diversificadas em uso e população; devem ser projetadas para o pedestre como também para o carro; cidades grandes e pequenas devem ser conformadas por espaços públicos fisicamente definidos e universalmente acessíveis e por instituições de comunidade; os sítios urbanos devem ser moldados pela arquitetura do edifício e da paisagem, que celebram a história local, o clima, a ecologia, e a prática de edifício”*<sup>58</sup>. Apadrinha-se o planeamento regional, a sua influência nas políticas públicas, o desenho urbano e a arquitetura de modo a obedecer à qualidade dos projetos locais, com o envolvimento das comunidades.

---

<sup>56</sup> Loboda, C.; de Angelis, B. (2005). Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções, revista ambiência, nº1, volume 1, Brasil, pág. 125-139.

<sup>57</sup> Colin. (2010). O novo urbanismo, pág. 97.

<sup>58</sup> Carta do Novo Urbanismo. (1993).

Fonte: [https://www.cnu.org/sites/default/files/cnucharter\\_portuguese.pdf](https://www.cnu.org/sites/default/files/cnucharter_portuguese.pdf)

Determina estes princípios, relacionando os espaços regionais com os espaços locais, através dos transportes, do parcelamento do solo e da organização de áreas residenciais (dando continuidade ao conceito de cidade-jardim), promovendo um sistema de gestão dos espaços com a participação da sociedade<sup>59</sup>. Trata-se, pois, de um movimento amplo que inclui várias disciplinas e escalas geográficas, no qual cresce a influência da arquitetura, do desenho urbano e das políticas públicas. De acordo com os projetistas Andrés Duany<sup>60</sup> e Elizabeth Plater-Zyberk<sup>61</sup> (Figura 23), o Novo Urbanismo deve estar presente no desenho de um bairro “genuíno”, contendo 13 elementos fundamentais, sendo eles:

1. O bairro deve conter um centro principal, que poderá ser uma praça, jardim, ou esquina importante, que pode ser movimentada ou ter um memorial, devendo conter ainda uma paragem de transportes públicos;
2. As habitações devem ter uma distância de cinco minutos a pé até ao centro, num raio aproximadamente de 600 metros;
3. As tipologias devem ser diversificadas com casas isoladas, geminadas e apartamentos, para a população ter opção de escolha;
4. Os bairros, nos seus limites devem conter lojas e escritórios variados, para chegar às necessidades semanais dos habitantes;
5. Cada moradia tem a permissão para a construção de um pequeno anexo no seu terreno para usufruto pessoal, podendo ser para alugar, comércio, escritórios ou artesanato;
6. Deve existir uma escola primária, garantindo a deslocação das crianças pelo próprio pé sem haver travessias de ruas;
7. Deve haver pequenos pátios de recreio acessíveis a todos os habitantes, com distâncias nunca superior a 200 metros;
8. O bairro deve conter diversas ruas formando uma rede conectada, dispersando o tráfego e dispondo de rotas pedonais;
9. As ruas devem ser estreitas e sombreadas por filas de árvores, criando um ambiente saudável e agradável para percursos pedonais e bicicletas, reduzindo a velocidade do trânsito;
10. Os edifícios no centro do bairro devem ser colocados perto da rua, criando espaços ao ar livre bem definidos.

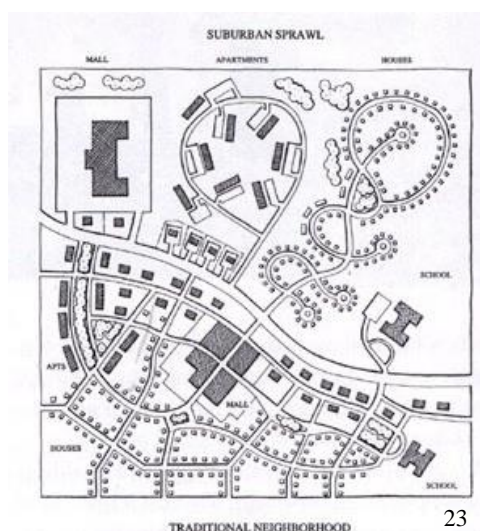
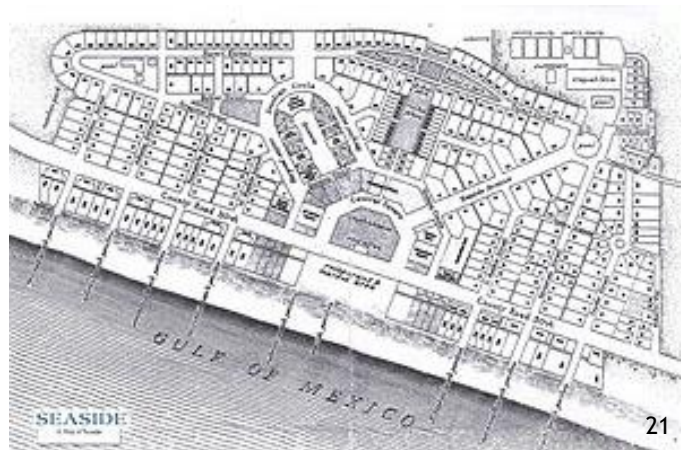
---

<sup>59</sup> Carta do Novo Urbanismo. (1993).

Fonte: [https://www.cnu.org/sites/default/files/cnucharter\\_portuguese.pdf](https://www.cnu.org/sites/default/files/cnucharter_portuguese.pdf)

<sup>60</sup> e <sup>61</sup> Andrés Duany e Elizabeth Plater-Zyberk parceiros da DPZ, é uma empresa de arquitetura e urbanismo, fundada em 1980 pela equipe de marido e mulher. É uma das principais empresas especializadas no novo urbanismo urbanístico. Fonte: [https://translate.google.pt/translate?hl=pt-PT&sl=en&u=https://en.wikipedia.org/wiki/Duany\\_Plater-Zyberk&prev=search](https://translate.google.pt/translate?hl=pt-PT&sl=en&u=https://en.wikipedia.org/wiki/Duany_Plater-Zyberk&prev=search)

11. Os estacionamentos e as garagens devem ser feitos pelas traseiras dos edifícios ou por ruelas de acesso, e não pela via principal;
12. O centro do bairro deve ser reservado para edifícios cívicos, atividades religiosas, culturais ou educação;
13. O bairro é estruturado para ser autônomo, formando uma associação formal para debater e decidir sobre os assuntos de manutenção, segurança e mudanças físicas.<sup>62</sup>



<sup>62</sup> De acordo com os projetistas Andrés Duany e Elizabeth Plater-Zyberk, o Novo Urbanismo deve conter 13 elementos fundamentais.

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/262>

Fig.21: Novo Urbanismo. Plano viário e parcelamento do solo. Observar, ao norte e a leste, duas possibilidades de articular o sistema viário com o das propriedades vizinhas. Do lado oeste, um parque com acesso de pedestres. Ao sul, os acessos para a praia cruzando a Cou.

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.118/3373>

Fig.22: Diagrama elaborado por E. Howard, mostrando “os corretos princípios para o crescimento de uma cidade (livro Garden Cities of To-Morrow, MIT, 1965).

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/262>

Fig23: Diagrama elaborado por Andrés Duany e Elizabeth Plater-Zyberk mostrando na parte superior do desenho o caso da ocupação dispersa e na parte inferior o modelo do desenvolvimento tradicional retomado pelo Novo Urbanismo (P. Katz, Livro The New Urbanism, 1994).

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/262>

## 3.2 - Importância dos espaços verdes no novo urbanismo

De um modo geral, qualquer estrutura urbana é constituída por elementos reconhecíveis entre os quais a estrutura verde, que caracteriza a imagem da cidade, personalizando-a. Esta estrutura verde desempenha funções particulares pois é um componente de organização do desenho urbano, organiza, define e engloba outros espaços urbanos. Trata-se de áreas para diversos usos como o passeio, repouso, recreio, jogo, desporto, nas quais o elemento dominante é a vegetação. Incluem parques e jardins urbanos, públicos e privados e áreas de proteção ambiental, conjuntamente com áreas de integração paisagísticas de vias e outras infraestruturas urbanas, taludes, encostas revestidas de vegetação marginal, cursos de água, lagos, sebes, cortinas de proteção contra o vento e a poluição sonora, zonas verdes cemiteriais ou zonas residuais no interior dos espaços urbanos e urbanizáveis<sup>63</sup>. Assim, os espaços verdes executam um papel fundamental, como contraponto ao artificialismo dos elementos inertes, particulares dos outros componentes do sistema urbano<sup>64</sup>.

Na cidade, os edifícios e as construções adjacentes têm uma condutividade e capacidades térmicas mais elevadas do que as superfícies naturais, provocando um maior armazenamento de calor durante o dia, sendo este propagado durante a noite. Posto isto, a temperatura das cidades torna-se mais elevada, em relação à sua zona envolvente. Os espaços verdes urbanos conferem à cidade uma melhoria no bem-estar e na qualidade de vida, desempenhando diversas funções, nomeadamente:

- Regularização microclimática - controlam a humidade e radiações solares; proteção contra o vento, chuva, granizo e retenção de poeiras suspensas na atmosfera;
- Controlo da poluição - contribuem para o aumento do oxigénio na atmosfera e para a diminuição de dióxido de carbono. Devido ao elevado poder de absorção das ondas sonoras, contribuindo para a diminuição da poluição sonora;
- Proteção contra a erosão - diminuem a velocidade das águas, aumentando o volume da água infiltrada, estabilizando os taludes;
- Aumento da biodiversidade - possibilitam a existência de vida animal e vegetal;
- Segurança rodoviária - absorvem o ruído e evita o encadeamento, tendo ainda a função de barreira física;
- Qualidade cénica - têm um papel ornamental, pois as espécies vegetais constituem elementos flexíveis que contribuem para o interesse estético e equilibram a composição dos elementos construídos pelas suas formas, cores, texturas e volumes;

---

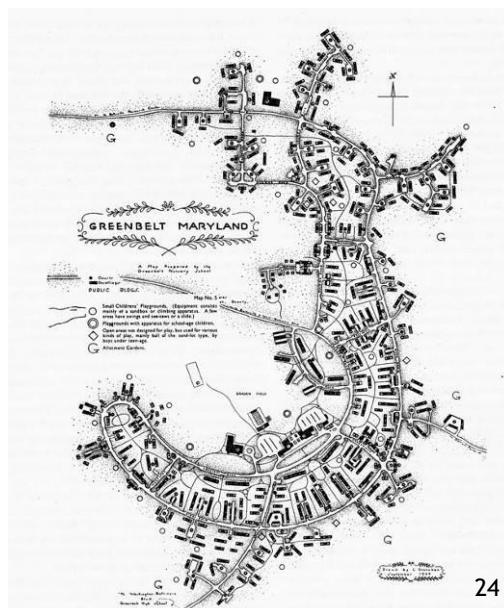
<sup>63</sup> Fadigas, L. d. (1993). A Natureza na Cidade - Uma perspetiva para a sua integração no tecido, pág.177.

<sup>64</sup> Saraiva, M. G. (1989). Estrutura Verde da Região de Lisboa, pág.150.

- Função socioeconómica - trazem benefícios psicológicos à população, organizando o território e estruturando diferentes zonas urbanas, criando espaços que favorecem a relação de vizinhança e dignificam o ambiente<sup>65</sup>.

Os espaços verdes são imprescindíveis para recriar o encontro entre a cidade e a natureza, proporcionando áreas destinadas ao lazer, bem como à prática de atividades lúdicas e desportivas. São importantes a nível económico, visto que em termos de bairros, a população tem preferência por aqueles que têm mais árvores ao longo das ruas e maior quantidade de espaços verdes. A floresta urbana proporciona benefícios como ar puro, paz e tranquilidade, estando unidos a uma agradável paisagem e a diversas atividades recreativas<sup>66</sup>.

Em síntese, a vegetação tem uma grande influência na vida da cidade a nível ambiental, social e económico, sendo de grande importância e coerência a interligação destes três fatores nas estratégias de requalificação e da qualificação urbana.



<sup>65</sup> Falcón, A. (2007). Espacios Verdes para una Ciudad Sostenible, pág.200.

<sup>66</sup> Soares, A. L. (2006). O valor das árvores: árvores e floresta urbana de Lisboa, pág. 65.

Fig.24: Plano de Greenbelt, 1935, estrutura urbana.

Fonte: <http://abeiradourbanismo.blogspot.pt/2017/11/as-sete-vidas-da-cidade-jardim-iii.html>

### 3.3 - O ambiente urbano e a função do ordenamento do território

O ordenamento do território tornou-se num dos assuntos essenciais nas políticas sobre o ambiente urbano, tendo diversos objetivos como prioritários, nomeadamente a melhoria no desempenho ambiental, a qualidade das zonas urbanas e o garantir um ambiente de vida saudável para os cidadãos, fortificando a contribuição ambiental para o desenvolvimento urbano sustentável e agregando as questões económicas e sociais. Nele poder identificar-se como eixos prioritários a gestão urbana, os transportes, a construção e a conceção urbana. No território desenvolvendo relações e afinidades<sup>67</sup>.

Em Portugal a atual Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo publicado pelo Decreto-lei nº 31/14, de 30 de Maio, atualizada pela Lei 74/17, de 16 de Agosto<sup>68</sup>. Inclui diversas metas em termos de ordenamento do território tais como:

- *“Valorizar as potencialidades do solo, salvaguardando a sua qualidade e a realização das suas funções ambientais, económicas, sociais e culturais, enquanto suporte físico e de enquadramento cultural para as pessoas e suas atividades;*
- *Garantir o desenvolvimento sustentável, a competitividade económica territorial, a criação de emprego e a organização eficiente do mercado fundiário;*
- *Reforçar a coesão nacional, organizando o território de modo a conter a expansão urbana e a edificação dispersa;*
- *Aumentar a resiliência do território aos efeitos decorrentes de fenómenos climáticos extremos, combater os efeitos da erosão, minimizar a emissão de gases com efeito de estufa e aumentar a eficiência energética;*
- *Evitar a contaminação do solo, eliminando ou minorando os efeitos de substâncias poluentes, a fim de garantir a salvaguarda da saúde humana e do ambiente;*
- *Salvaguardar e valorizar a identidade do território nacional, promovendo a integração das suas diversidades e da qualidade de vida das populações;*
- *Racionalizar, reabilitar e modernizar os centros urbanos, os aglomerados rurais e a coerência dos sistemas em que se inserem;*
- *Promover a defesa, a fruição e a valorização do património natural, cultural e paisagístico;*

---

<sup>67</sup>Souza, A. (2010). Ordenamento territorial, pág. 150.

<sup>68</sup> Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo. Fonte: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=2123&tabela=leis&ficha=1&pagina=1](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2123&tabela=leis&ficha=1&pagina=1)

- *Assegurar o aproveitamento racional e eficiente do solo, enquanto recurso natural escasso e valorizar a biodiversidade;*

- *Prevenir riscos coletivos e reduzir os seus efeitos nas pessoas e bens;*

- *Salvaguardar e valorizar a orla costeira, as margens dos rios e as albufeiras;*

- *Dinamizar as potencialidades das áreas agrícolas, florestais e silvo-pastoris;*

- *Regenerar o território, promovendo a requalificação de áreas degradadas e a reconversão de áreas urbanas de génese ilegal;*

- *Promover a acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada aos edifícios, equipamentos e espaços verdes ou outros espaços de utilização coletiva.*

O ordenamento do território atua na organização do espaço, tendo a preocupação da disposição da paisagem tanto a nível geral como particular, estando envolvido na conservação da natureza, a nível dos recursos hídricos, como por exemplo zonas de ribeiras, orla costeira, florestas e nas edificações e seus loteamentos. Contribui para a valorização da paisagem, dando prioridade à defesa do património cultural e natural e fortalecendo a ideia da execução de espaços verdes em tecido urbano. Ora, as áreas verdes concedem à cidade melhores condições de vida, abrandando os efeitos de urbanização, promovendo as condições ecológicas destes espaços que ficam mais próximos das condições da natureza. Busca o bem-estar social, agrupando-se a normas económicas, que advêm das interveniências das políticas a nível ambiental e espacial. Deverá impedir que o ambiente físico e social fique desfavorecido através do crescimento urbano, alterando negativamente a saúde e a qualidade de vida dos habitantes<sup>69</sup>.

O planeamento e ordenamento urbano precisam de atender às necessidades da sociedade, adaptando o conceito de áreas verdes urbanas, visto esta sociedade viver cada vez mais em ambientes artificiais<sup>70</sup>. Pelo que, os espaços verdes são fundamentais para a saúde, para o descanso espiritual e para o repouso dos habitantes, oferecido principalmente pelas paisagens naturais<sup>71</sup>.

---

<sup>69</sup> Gonçalves, P. (2012). Planeamento urbano saudável, pág.105.

<sup>70</sup> Caporusso, D.; Matias, L. (2008). Áreas verdes urbanas, pág.115.

<sup>71</sup> Loboda, C.; de Angelis, B. (2005). Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções, revista ambiência, nº1, volume 1, Brasil, pág. 125-139.

### 3.4 - Desenvolvimento sustentável e espaços verdes

Ao longo dos últimos anos tem tido destaque o termo sustentabilidade. Associa-se à capacidade de manutenção e regeneração dos recursos indispensáveis para a vida humana, que tem sido afetada pelo aumento excessivo da população mundial e o lado negativo do crescimento das atividades econômica<sup>72</sup>, como a poluição. Visto existirem necessidades para a gestão dos recursos ambientais e o desenvolvimento urbano, surge o conceito de desenvolvimento sustentável, afirmado no relatório Brundtland em 1987<sup>73</sup>, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Integra uma série de iniciativas, as quais reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, no qual ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. Aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e padrões de produção e consumo vigentes e propõe a seguinte noção de desenvolvimento sustentável: *“(...) vivemos além dos recursos ecológicos (...) nos nossos padrões de consumo de energia. (...) o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos. Na sua essência (...) é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas.”*<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup> Marques, T. P. (2009). Sustentabilidade no projeto de arquitetura paisagista: Redundância ou extravagância? Pág. 39-45.

<sup>73</sup> e <sup>74</sup> O Relatório, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, faz parte de uma série de iniciativas, anteriores à Agenda 21, as quais reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, e que ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O relatório aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes.

Fonte: <http://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/nosso-futuro-em-comum-conheca-o-relatorio-de-brundtland/>

Os espaços verdes têm sido estudados ao longo dos tempos, pelos seus benefícios para a sociedade. Assim, verifica-se que é fundamental reforçar os benefícios a nível social, ambiental e ecológicos, que estes espaços trazem e assumem como papel promotor no desenvolvimento sustentável. Contudo, o papel dos espaços verdes muitas vezes perde-se, tornando-os restringidos, sem interesse recreativo e funcional e com reduzido ou mesmo nulo valor ecológico. Ora, a sustentabilidade destes espaços promotores da qualidade do ar, do solo, da diversidade biológica e sensorial, não deverá ser entendida como uma extravagância ou algo extrínseco à sua natureza, cessando as responsabilidades de os conservar<sup>75</sup>.

Os espaços verdes urbanos tenham eles a tipologia que tiverem, devem ser pensados e construídos mediante as necessidades de uma população, assente na sua contínua e autónoma sustentabilidade.

---

<sup>75</sup> Marques, T. P. (2009). Sustentabilidade no projeto de arquitetura paisagista: Redundância ou extravagância? Pág. 39-45.

## 3.5 - Principais tipologias de espaços verdes urbanos

Os espaços verdes apresentam-se como um conceito amplo, sem grande definição de forma ou função. Este contexto deve-se à forma de como estes espaços são apresentados na cidade - parques urbanos, jardins públicos, áreas de enquadramento de vias e edifícios, entre outros, tendo grande relevância para o tecido urbano e para os fatores predominante do ambiente<sup>76</sup>.

Os espaços verdes de uma cidade para retirarem todo o potencial ecológico, social e económico, devem existir como espaços de diversas tipologias, pontos de vista projetuais diferentes perante o aglomerado onde estes se irão situar, para assegurar uma realização correta da sua planificação e gestão<sup>77</sup>. Por exemplo, a construção de um parque urbano ou de uma faixa verde de acompanhamento viário, devem ser pensadas de formas distintas, pois têm usos e contribuições ambientais diferentes. Pelo que é importante definir diferentes tipologias de espaços verdes<sup>78</sup>.

### 3.5.1 - Parque Urbano

O parque urbano tem diversos significados e é interpretado de várias maneiras por diversos autores. Francisco Cabral e Gonçalo Telles<sup>79</sup> definem parque urbano como um conjunto urbano em que a árvore é predominante e tem um sentido muito próximo de uma mata. Deve ser uma área extensa e acompanhar a paisagem exterior até ao centro da cidade, dando à população o contato com a natureza.

Para Falcón<sup>80</sup> parque urbano é todo o espaço verde urbano que tenha uma superfície superior a 1 ha e que concilie equipamentos básicos para o uso social. Nele se destaca o coberto vegetal, dominando o estrato arbóreo (árvores de grande porte), arbustos e plantas vivazes (com muita ramagem que não criam troncos de madeira). O parque urbano, visto ter esta farta vegetação e grande dimensão, deve permitir o isolamento do ruído do exterior, que em regra geral, atinge um raio superior ao bairro em que se situa, sendo utilizado por diversos habitantes pertencentes a vários pontos da cidade.

---

<sup>76</sup> Fadigas, L. d. (1993). A Natureza na Cidade - Uma perspetiva para a sua integração no tecido, pág.190.

<sup>77</sup> Alho, A. e. (2005). Critérios e Indicadores de espaços verdes urbanos, pág.49.

<sup>78</sup> Falcón, A. (2007). Espacios Verdes para una Ciudad Sostenible, pág.41.

<sup>79</sup> Telles, G; Cabral, F.; (2005). A Árvore em Portugal, pág. 100.

<sup>80</sup> Falcón, A. (2007). Espacios Verdes para una Ciudad Sostenible, pág.43

Joana Rego<sup>81</sup> refere que o parque urbano é a zona onde a natureza na sua forma mais pura e a cidade na sua forma mais estereotipada têm uma penetração mútua. Afirma ainda que a sua vegetação, inclui espécies naturais que dão equilíbrio e suporte à estrutura verde, podendo ainda ter espécies exóticas. Estes espaços contêm zonas diversas para atividades variadas, como o desporto e coexistem com relvados, prados, densos arbóreos-arbustivos e zonas pavimentadas com caminhos de acesso ao exterior.

O parque urbano é definido por Saraiva<sup>82</sup> como um espaço livre de superfície notável raramente não abrangível à vista. A área a considerar deve ser sempre superior à área pavimentada, sendo que deve incluir estruturas para atividades, como sejam as desportivas. A sua localização pode ser dentro do urbano ou a rodear as cidades como cinturas verdes, ou ainda fazer ligações do exterior para o interior da cidade. Pode apresentar-se como um obstáculo à edificação, através da cintura verde rodeando a cidade, quando aparece como ligação exterior - interior, e possibilita definir fluxos de circulação e deslocação pedonal e fluxos bióticos próprios das zonas verdes.

Ballester-Olmos e Carrasco<sup>83</sup> sintetizaram e classificaram os diversos espaços verdes na cidade de Valência. Segundo o estudo que fizeram, o parque urbano dispõe de uma área entre 10 e 20 ha, podendo servir diversos bairros. Tem variadas funções, como permitir o repouso, o desporto acompanhado ou livre, as atividades culturais e as funções ecológicas. Está frequentemente próximo de recursos naturais, como rios, lagos ou matas, sendo complemento destes ou criando ligações aos mesmos.

---

<sup>81</sup> Rego, J. S. (1984). Tipologias dos Espaços Exteriores de Lisboa, pág. 90.

<sup>82</sup> Saraiva, L. M. (2008). Análise da Segunda fase do Parque dos Poetas e apresentação de dois Jardins Temáticos, pág.53.

<sup>83</sup> Ballester-Olmos, J. F., & Carrasco, A. A. (2001). Normas para la clasificación de los espacios verdes. Fonte: <http://ebookbit.com/book?k=Normas+Para+La+Clasificacion+De+Los+Espacios+Verdes&isbn=9788477219798&lang=es&source=firebaseapp.com#pdf>

As Normas Urbanísticas,<sup>84</sup> propõem o valor mínimo para a dimensão de um parque urbano de 10 ha, podendo o máximo ir até centenas de hectares. A sua existência só é justificável para aglomerados superiores a vinte cinco mil hectares, sendo a sua característica fundamental a estrutura funcional representada pela liberdade de movimentação dos utentes, podendo usufruir de espaços relvados ou caminhar por trilhos naturais, não estando, por isso, condicionados aos caminhos formais e estadias pavimentadas. Esta configuração torna-se importante para a distinção entre parque urbano e jardim público.



---

<sup>84</sup> Lobo, M. C. (1990). Normas urbanísticas - Princípios e conceitos fundamentais.  
Fonte: <http://www.forumdascidades.pt/?q=content/normas-urbanisticas>

Fig.25:Parque urbano do rio Diz, Guarda. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/vitor107/16577983008>  
Fig.26: Parque da Vila - Parque Urbano de Ponte de Lima. Fonte:  
<http://www.visitepontedelima.pt/pt/turismo/parque-da-vila-parque-urbano-de-ponte-de-lima/>

### 3.5.2 - Jardim Público

O jardim público, relativamente ao parque urbano, caracteriza-se por ter dimensões mais reduzidas e a sua estrutura ser mais rígida. Deve funcionar como equipamento social e é composto por vários setores, tais como zona de estadia (normalmente pavimentada e onde permanecem os utentes), zona de passeio e zona de recreio (que pode ser constituída por campos de jogos e parques infantis). Na visão de Cabral e Telles<sup>85</sup> o jardim público serve para estar e viver. Para Joana Rego<sup>86</sup> o jardim público é uma zona verde com dimensões razoáveis, para usufruto dos habitantes vizinhos, constituído por diversas zonas, de arvoredos, com algumas árvores de grande porte envolvendo pequenas clareiras relvadas, ou zonas pavimentadas com caminhos de ligação à sua área envolvente. Ora, os jardins na cidade têm diversas formas e dimensões, estando localizados em diversos pontos, nos quais, a autora identificou várias sub-tipologias, tais como jardins no interior de logradouros, jardins murados ou miradouros, entre outros.

Fadigas<sup>87</sup> afirma que na legislação urbanística de Espanha, o jardim público é todo aquele que apresenta uma área inferior a 1000 m<sup>2</sup>, permitindo a inscrição de uma circunferência de 10 m de raio, tendo uma boa exposição solar e componentes que permitam a plantação de espécies vegetais. Para António Falcón<sup>88</sup> o jardim público executa a função de jardim bairro, sendo a sua dimensão inferior ao raio que limita o bairro ou o quarteirão mais próximos. Funciona como zonas de reuniões, estando o seu papel social acima do ambiental.

Margarida d'Abreu<sup>89</sup> concorda com Falcón, no ponto em que destaca a função social e a escala do espaço do jardim público, como local de usufruto para a população de um bairro, sendo de acesso fácil para os utentes.

---

<sup>85</sup> Telles, G; Cabral, F.; (2005). A Árvore em Portugal, pág. 102.

<sup>86</sup> Rego, J. S. (1984). Tipologias dos Espaços Exteriores de Lisboa, pág. 90.

<sup>87</sup> Fadigas, L. d. (1993). A Natureza na Cidade - Uma perspetiva para a sua integração no tecido, pág.192.

<sup>88</sup> Falcón, A. (2007). Espacios Verdes para una Ciudad Sostenible, pág.47.

<sup>89</sup> Margarida d'Abreu, (1976), nasceu a 26 de Novembro de 1915 e faleceu a 29 de Setembro de 2006 era uma coreógrafa portuguesa. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Margarida\\_de\\_Abreu](https://pt.wikipedia.org/wiki/Margarida_de_Abreu)

Segundo as Normas Urbanísticas<sup>90</sup>, o jardim público diferencia-se do parque urbano na sua dimensão, visto a sua área ser inferior a 10 ha. A sua função é mais social, de recreio e lazer e a sua estrutura é mais funcional, influenciando o modo como os utentes usufruem dele, através das zonas pavimentadas e mobiladas. Já no parque urbano a sua estrutura é mais de caráter natural, tornando a sua utilização mais liberal.

No que concerne aos jardins públicos de interesse patrimonial e histórico, apresentam um estatuto e um tratamento específico. Segundo Isidro<sup>91</sup> um jardim de interesse patrimonial é toda a composição paisagística com interesse a nível histórico, artístico, estético e botânico, sendo um bem para o património cultural. Para Falcón<sup>92</sup> estes jardins são uma composição arquitetónica e vegetal de interesse público, devendo ser considerados monumentos, são espaços de grande valor social, sendo o retrato da tradição de um país. Defende ainda que a sua manutenção deve ser cuidada, apresentando planos de manutenção específicos regulares.



---

<sup>90</sup> Normas Urbanística. Fonte:

[http://www.dgterritorio.pt/produtos\\_e\\_servicos/publicacoes/outros\\_titulos/normas\\_urbanisticas\\_vol\\_i\\_19/](http://www.dgterritorio.pt/produtos_e_servicos/publicacoes/outros_titulos/normas_urbanisticas_vol_i_19/)

<sup>91</sup> Isidro, E. M. (2009). Metodologia de Caracterização e Classificação de jardins Públicos de Interesse Patrimonial, pág. 63.

<sup>92</sup> Falcón, A. (2007). Espacios Verdes para una Ciudad Sostenible, pág.47.

Fig.27: Jardim Público. Coyilhã. Fonte: <http://patrician.blogs.sapo.pt/17856.html>

Fig.28: Jardim Público de Évora. Fonte: <http://www.visitevora.net/jardim-publico-evora/>

### 3.5.3 - Espaços verdes de enquadramento

Os espaços verdes de enquadramento surgem para aumentar a vegetação em pontos de relevância estética, sendo parte integrante da malha urbana, tentando trazer a paisagem natural à cidade. Fadigas<sup>93</sup> expõe que incorporar uma massa edificada no tecido urbano é um processo difícil sem o recurso à vegetação. As zonas exteriores compostas unicamente por pavimentação e materiais inertes, ficam espaços monótonos, aborrecidos e enfadonhos para os habitantes. O emprego de certas vegetações em determinados lugares urbanos, cria um equilíbrio entre volumes construídos e superfície de vegetação. Joana Maya<sup>94</sup> caracteriza estes espaços como sendo zonas de pequenas dimensões, com valor estético. Margarida d'Abreu<sup>95</sup> explica que a função estética coopera para o enquadramento, ou seja, estes espaços beneficiam a saliência e a harmonia de certos elementos naturais ou edificados com a paisagem circundante. Assim, os espaços de enquadramento variam a sua função consoante as suas localizações e área e subsistem em edificados e infraestruturas nem sempre acessíveis à população, tendo a função ornamental, e colaborando na valorização estética e económica. Aparecem muitas vezes com dimensões consideráveis, em áreas residenciais com pouco equipamento, traçam caminhos e oferecem a valorização estética de mobiliário urbano. Para além da importância da função estética, estes lugares cooperam na função social e psicológica nas zonas residenciais, proporcionando o recreio e convívio locais<sup>96</sup>. Podem incluir os acessos viários e são importantes para o desenho da cidade, tornando as zonas de circulação viária mais agradáveis, acompanhadas por fragmentos verdes, reduzindo o impacto das grandes infraestruturas. Apresentam-se de variadíssimas formas, como ilhas verdes, faixas de separação rodoviária, rotundas, taludes ou canteiros e funcionam como proteção para os peões, evitando o encadeamento e auxiliando a orientação ao tráfego<sup>97</sup> de veículos.

---

<sup>93</sup> Fadigas, L. d. (1993). A Natureza na Cidade - Uma perspectiva para a sua integração no tecido, pág.193.

<sup>94</sup> Maya, J. (2002). A participação no Processo de Planeamento, Concepção e Avaliação dos Espaços Verdes Urbanos, pág.35.

<sup>95</sup> Margarida d'Abreu, (1976), nasceu a 26 de Novembro de 1915 e faleceu a 29 de Setembro de 2006 era uma coreógrafa portuguesa. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Margarida\\_de\\_Abreu](https://pt.wikipedia.org/wiki/Margarida_de_Abreu)

<sup>96</sup> Ferreira, M. J. (1984). Evolução das Zonas Verdes do Bairro de Olivais Sul, pág.42.

<sup>97</sup> Falcón, A. (2007). Espacios Verdes para una Ciudad Sostenible, pág.49.

Poder-se-á concluir que os espaços verdes de enquadramento, independentemente das formas que possam ter, servem para atenuar a edificação e diminuir o impacto negativo das infraestruturas. O seu tratamento deve ser estimado, visto terem um grande papel a nível social, estético e económico, cooperando com funções ecológicas e com a drenagem natural das águas pluviais, colaborando ainda para o equilíbrio do ciclo hidrológico<sup>98</sup>.



---

<sup>98</sup> Rego, J. S. (1984). Tipologias dos Espaços Exteriores de Lisboa, pág. 92.

Fig.29: Espaços de Enquadramento. Santo Tirso.

Fonte:[http://www.atlanticurbangardens.com/pages/49/?geo\\_article\\_id=879](http://www.atlanticurbangardens.com/pages/49/?geo_article_id=879)

Fig.30: Complexo Viário Gilberto Mestrinho, em Manaus.

Fonte:<http://g1.globo.com/am/amazonas/transito/noticia/2015/08/complexo-viario-gilberto-mestrinho-ganhara-alcas-de-retorno-em-manaus.html>

Fig.31: Espaço de enquadramento, acesso viário, em Rio de Janeiro.

Fonte:<https://saladeimprensa.jundiai.sp.gov.br/2011/01/25/operacao-trevo-da-avenida-jundiai-sera-reiniciada-no-dia-31-de-janeiro/>

## 3.6 - Principais funções dos espaços verdes urbanos

Os espaços verdes urbanos reúnem diversos benefícios, entre os quais a sustentabilidade e a qualidade da paisagem urbana. Os recursos naturais que constituem os espaços verdes, reduzem os impactos resultantes da urbanização, e colaboram na requalificação da estrutura urbana, tornando a cidade mais atrativa<sup>99</sup>.

Como se pode analisar, a inclusão de zonas verdes nas urbes revela-se uma mais-valia a diversos níveis, desde o efeito da vegetação no clima urbano, à diminuição da concentração da poluição<sup>100</sup>. Ao serem articulados com a malha urbana contribuem para o bem-estar dos habitantes<sup>101</sup> e para uma melhor compreensão da estrutura urbana.

Hoje em dia os espaços verdes urbanos, conforme já anteriormente referenciado interagem em vários domínios: ambiental, social e económico, o que se traduz em funções de benefício mútuo entre o meio urbano e a sociedade, destacando-se o suporte de recursos naturais, como função geradora de benefícios para o desenvolvimento urbano sustentável<sup>96</sup>.

### 3.6.1 - Função ambiental

A função ambiental tem como principal objetivo a nomeação da biodiversidade, tida como um valor a proteger, sendo exemplo disso, a regularização climática, a purificação atmosférica e a diminuição de gastos energéticos<sup>102</sup>, para os quais contribuem os espaços verdes.

Para as funções ambientais serem asseguradas, os espaços verdes têm que estar bem estruturados, interligados e organizados. Ambientalmente falando, para que exista uma ligação identitária e cultural entre o espaço construído e o Homem, tem de existir uma paisagem estética rica em elementos culturais, por forma a reproduzir o ambiente como uma estrutura natural do espaço<sup>103</sup>.

Assim, os elementos naturais definem um sistema de Continuum Naturale, no qual os espaços verdes urbanos colaboram na função ambiental, com melhorias na qualidade ambiental e promovem na união dos diversos espaços com a paisagem envolvente<sup>104</sup>.

---

<sup>99</sup> e <sup>102</sup> Madureira, H. (2012). Revitalizar a cidade pelo planeamento da estrutura verde. Fonte: [http://www.apgeo.pt/files/docs/Newsletter/XIIIICIB\\_actas\\_v2.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/Newsletter/XIIIICIB_actas_v2.pdf)

<sup>100</sup> Direção geral de ordenamento do território. Fonte: [http://www.dgterritorio.pt/cartografia\\_e\\_geodesia/cartografia/carta\\_administrativa\\_oficial\\_de\\_portugal\\_caop/caop\\_em\\_vigor/](http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal_caop/caop_em_vigor/)

<sup>101</sup> Montez, C. (2010). Valor dos espaços verdes da cidade, pág.34.

<sup>103</sup> Sá, J. (2013). Espaços verdes em meio urbano, pág.89.

<sup>104</sup> Sá, J. (2013). Espaços verdes em meio urbano, pág.89.

### 3.6.2 - Função social

Os espaços verdes urbanos a nível social, são cada vez mais procurados pela sociedade para o convívio e relacionamento entre as comunidades e os indivíduos. A sua função social resulta da competência em oferecer aos habitantes das urbes zonas lazer, de socialização, de valorização estética e cultural, possibilitando o desenvolvimento de atividades a nível educativo e pedagógico. Desta forma manifestam-se benefícios ao nível da saúde física e psicológica<sup>105</sup>.

A função dos espaços verdes urbanos<sup>106</sup> é altamente social, como locais destinados aos habitantes que pretendem um equilíbrio entre o edificado e a vegetação, proporcionando bem-estar. A sua função social resulta da familiaridade direta do sujeito com a zona verde, onde se evidencia o recreio ativo e passivo, incluindo o desporto e o jogo<sup>107</sup>.

### 3.6.3 - Função económica

Os espaços verdes urbanos com uma utilização bem estruturada, tendem a ter diversos benefícios económicos para as cidades. Salienta-se a importância das paisagens atrativas, com meio de aumento da afluência a estas zonas, contribuindo para destinos turísticos e originando receitas e postos de trabalho. Posto isto, os espaços verdes são de grande importância nos meios urbanos, devendo ter peso a nível político pela valorização do município<sup>108</sup>. Interligam vários elementos que contribuem para a satisfação das necessidades humanas e estão associados a uma complexidade de funções, usos e benefícios que podem ou não desempenhar. Esta complexidade leva a que o seu planeamento e gestão sejam vistos de um modo cada vez mais integrado, através de abordagens multidisciplinares que garantam o seu potencial ambiental, social e económico, criando áreas verdes nas cidades de forma a diminuir as carências ecológicas e socioeconómicas que estas apresentem<sup>109</sup>.

---

<sup>105</sup> e <sup>109</sup> Sá, J. (2013). Espaços verdes em meio urbano, pág.89.

<sup>106</sup> e <sup>107</sup> Espaços exteriores urbanos sustentáveis. Fonte: <https://www.isbn-international.org/>

<sup>108</sup> Fonseca, F.; Gonçalves, A.; Rodrigues, O. (2010), Comportamentos e perceções sobre os espaços verdes da cidade de Bragança, pág.119-139

## a. - Espaços verdes urbanos e ambiente saudável

Associado ao conceito de ambiente saudável aparece a noção de saúde ambiental que abrange os aspetos da saúde humana, na qual se integra a qualidade de vida.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS)<sup>109</sup> a saúde ambiental inclui *“tanto efeitos patogénicos diretos das substâncias químicas, das radiações e de alguns agentes biológicos, como os efeitos (indiretos) na saúde e no bem-estar do ambiente físico, psicológico, social e estético, que engloba a habitação, o desenvolvimento urbano, o uso dos solos e os transportes”*<sup>110</sup>. Assim, a saúde *“é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, sendo influenciada por (...), estilos de vida, (...) e ambiente (...)”*<sup>111</sup>

Estas afirmações conduzem-nos à conclusão de que a saúde e o ambiente estão interligados. Ora, o ambiente desenvolve e constrói a sua forma de modo a procurar as melhores condições para as populações, estando associado a fatores económicos e sociais, devendo preocupar-se com o bem-estar da sociedade<sup>112</sup>. Consequentemente, os espaços verdes urbanos são de grande importância para a boa saúde da população. Diversos autores defendem que o ambiente envolvente à residência é de extrema importância para os habitantes também a nível mental, o que aumenta a importância dos espaços verdes na vida comunitária, fortalecendo a boa saúde mental, o bem-estar físico e psíquico<sup>113</sup>.

Para antana<sup>114</sup> a saúde da população deve ser analisada tendo em conta as características físicas, históricas, culturais e de organização social da comunidade, ou seja, o ambiente físico, pode ter influência direta no estado de saúde das populações. Existe uma ligação entre o desenvolvimento humano e os custos ambientais do crescimento económico, prevendo-se a criação de códigos que salientem a importância das relações sociais, defendendo os direitos humanos fundamentais e ambientais<sup>115</sup>. Os indivíduos e a sociedade necessitam de ser considerados como componentes fundamentais para um bom processo de ordenamento do território e para uma boa aceção de estratégias de melhoria ambiental<sup>116</sup>.

---

<sup>109</sup>, <sup>110</sup> e <sup>111</sup> Direção Geral de Saúde. Fonte: <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/programa-nacional-para-a-saude-das-pessoas-idosas.aspx>

<sup>112</sup> Queirós, M. (2000). Utilitarismo ou Equidade? Pág.103 a 114.

<sup>113</sup> Stigsdotter, U. (2004), Urban green spaces: promoting health through city planning.

<sup>114</sup> Santana, P. (2005) Geografias da saúde e do desenvolvimento, pág. 49.

<sup>115</sup> Marques, M.; Gouveia, M.; LEAL, I. (2007). Atividade física, Saúde e Qualidade de vida, pág.53.

<sup>116</sup> Santana, P. (2000), Contribuição da geografia da saúde para o conhecimento das desigualdades em saúde e bem-estar no mundo, pág. 43 - 67

### 3.8 - Planeamento urbano em prol da cidade saudável

A crescente urbanização desordenada e simultaneamente a degradação da qualidade de vida, deram origem a diversos problemas de saúde. Deu-se um repentino aumento de áreas construídas e uma ocupação confusa, aliada a um grande aumento da população. Verificou-se uma elevada redução de espaços verdes urbanos e um aumento da poluição atmosférica. Todos estes fatores provocaram alterações no microclima das urbes, como exemplo o aumento das temperaturas e a mudança da direção dos ventos. Para tentar combater estes efeitos aparece o planeamento urbanístico articulado aos espaços verdes, no sentido de oferecer às cidades melhores condições de vida à população<sup>117</sup>. Esta atividade tem estado cada vez mais presente na construção da saúde dos habitantes das urbes, com o propósito de garantir a fortificação das capacidades dos cidadãos face aos perigos e situações que comprometem a saúde pública<sup>118</sup>. Assim, o planeamento urbano tem um objetivo centrado na melhoria das condições de vida e consolidação da saúde dos habitantes, com inovações na produção teórica, nas atitudes políticas e nas técnicas utilizadas. Neste contexto têm surgido novos valores como a competição entre cidades ou a solidariedade territorial<sup>119</sup>.

Poder-se-á referir que cidades saudáveis geram comportamentos saudáveis, logo, habitantes com comportamentos saudáveis geram lugares ainda mais saudáveis<sup>120</sup>. O desenvolvimento social e económico sustentável progridem com a ajuda do planeamento urbano saudável, satisfazendo as necessidades dos indivíduos, e o seu bem-estar físico e mental<sup>121</sup>. Ora, o planeamento urbano saudável começa nos problemas e nas necessidades que as pessoas procuram para cooperar no desenvolvimento sustentável, procurando assim, melhores condições e qualidades de vida e de bem-estar<sup>122</sup>.

---

<sup>117</sup> Stigsdotter, U. (2004), Urban green spaces: promoting health through city planning.

<sup>118</sup> e <sup>122</sup> Santana, P. (2007). A cidade e a Saúde, pág.73.

<sup>119</sup> Gaspar, J. (1995), O novo ordenamento do território, pág.103.

<sup>120</sup> Nogueira, H. (2007 - 2008). Os lugares e a Saúde - a problemática dos territórios promotores de saúde, pág. 85 a 99.

<sup>121</sup> Gonçalves, P. (2012). Planeamento urbano saudável, pág.115.

O território não é unicamente uma área para a população se instalar e organizar é uma zona onde se criam relações e interações sociais, criando a possibilidade de existir vida humana em comunidade. A sua notoriedade reside na presença de contrastes sociais, económicos e demográficos, as quais têm fortes repercussões na saúde<sup>123</sup>.

Para um bom desenvolvimento das práticas dedicadas a melhores condições de vida e uma boa saúde pública, o planeamento das urbes, a engenharia urbana e a arquitetura devem trabalhar em conjunto<sup>124</sup>. Em contrapartida *“a falta de planeamento na orientação das cidades gera ambientes com elevados níveis de degradação. O desinteresse político na criação de ambientes saudáveis leva ao declínio da qualidade de vida no ambiente urbano”*<sup>125</sup>. Um conjunto de variáveis deve estar presente e interligado no espaço urbano, para existir um planeamento de espaços urbanos saudáveis. As variáveis mais importantes na construção de ambientes saudáveis estão discriminadas nos determinantes sociais de saúde, ou seja, são fatores sociais que afetam o nível de saúde da população. Este conceito de determinantes sociais de saúde surgiu em 1946 através da noção de saúde da OMS *“estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças”*<sup>126</sup>.

Poder-se-ão considerar os seguintes fatores determinantes e condicionantes da saúde segundo Dahlgren e Whitehead<sup>127</sup> (Figura 32): alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, educação, atividade física, transporte, lazer, ou acesso a bens e serviços essenciais.



32

<sup>123</sup> Santana, P. (2005) Geografias da saúde e do desenvolvimento, pág. 52.

<sup>124</sup> Cutrim, K. (2011). As cartas de Atenas e de Veneza. Fonte:

<http://www.linguagemidentidades.ufma.br/publicacoes/pdf/Artigo%20Klautenys%20Dellene%20Guedes%20Cutrim.doc.pdf>

<sup>125</sup> Caporusso, D.; Matias, L. (2008). Áreas verdes urbanas, pág.130.

<sup>126</sup> Direção Geral de Saúde. Fonte: <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/programa-nacional-para-a-saude-das-pessoas-idosas.aspx>

<sup>127</sup> Determinantes sociais da saúde, Modelo de Dahlgren e Whitehead. Fonte:

<http://www.enfermagemesquematzada.com.br/determinantes-sociais-da-saude/>

Fig. 32: Determinantes sociais da saúde, Modelo de Dahlgren e Whitehead.

Fonte: <http://www.enfermagemesquematzada.com.br/determinantes-sociais-da-saude/>

Na primeira camada encontram-se os determinantes individuais: idade, sexo e fatores hereditários, que têm influência nos indivíduos a nível genético, como por exemplo, na hipertensão arterial ou na diabetes. Na segunda camada encontram-se os determinantes dos comportamentos e dos estilos de vida, os quais poderão iniciar uma doença de cariz hereditário. Ora, ao nível da ação do planeamento urbanístico poder-se-ão criar ambientes que promovam a saúde e previnam a doença. Pelo que, a escolha de estilos de vida saudáveis envolve a melhoria do ambiente local, por exemplo, a oferta e segurança de espaços adaptados à realização de atividades físicas e desportivas, conseguirá proporcionar ao utente uma prática de exercício físico com impactos positivos na sua saúde<sup>128</sup>.

Na terceira camada estão as redes sociais e comunitárias e na quarta camada os fatores relacionados com as condições de vida e do trabalho, englobando as oportunidades sociais, a igualdade, os recursos disponíveis à comunidade e a segurança. Neste aspeto, ao nível do planeamento urbanístico é necessário conceber oportunidades de estruturação de redes sociais e de parentesco, desenvolvendo uma vida social rica e diversificada. O transporte, a habitação, o comércio alimentar ou os recursos locais, são essenciais à saúde da população, por isso, têm de existir em quantidade e qualidade variadas.

Na quinta e última camada está o nível correspondente às condições socioeconómicas, culturais e ambientais gerais, que abrange a qualidade atmosférica, o controlo dos níveis de ruído e a estética global, de modo a tornar o ambiente mais agradável e atrativo. Ora, o planeamento urbanístico pode estabelecer critérios de qualidade ao nível da captação das águas, tratamento e proteção, ou em relação aos ruídos que em exagero desenvolvem níveis de stress, diminuindo o bem-estar das populações e a sua saúde<sup>129</sup>.

Todas estas camadas funcionam e interagem umas com as outras, com o objetivo de melhorar a qualidades de vida e a prevenção de doenças, apoiadas nas estratégias do novo urbanismo e em novos processos de planeamento. As políticas de ambiente devem ter presente o planeamento urbanístico saudável para a existência de uma cidade saudável, progredindo nas necessidades dos habitantes e cooperando no desenvolvimento social e económico sustentável. Um planeamento urbano com propostas saudáveis adotará um carácter intersectorial, integrado e interdisciplinar, estabelecendo regras de viabilidade e igualdade, que visam resolver as necessidades das populações, progredindo na saúde dos cidadãos<sup>130</sup>.

---

<sup>128, 129 e 130</sup> Nogueira, H. (2007 - 2008). Os lugares e a Saúde - a problemática dos territórios promotores de saúde, pág. 85 a 99.

### 3.9 - Qualidade de vida urbana

A qualidade de vida urbana está diretamente ligada a fatores de desenvolvimento económico-social, ainda que os seus entendimentos sejam diversos, ou quase ilimitados, dependendo da visão de cada indivíduo e das suas expectativas. É influenciada pelo grau de rendimento económico ou pelo acesso a bens consumíveis<sup>131</sup> ou seja pelo estatuto socioeconómico das pessoas. Inclui ainda aspetos ligados ao espaço físico e social. Por exemplo numa zona de residência, deverá existir uma boa relação social e uma boa qualidade ambiental. Também a saúde é uma dimensão da qualidade de vida, baseada na coincidência entre a vida real e as expectativas do indivíduo. O indivíduo tem que estar capaz de realizar os seus sonhos e as suas necessidades acomodando-se ao meio em que vive, alcançando o seu bem-estar físico, mental e social<sup>132</sup>. Os habitantes devem ter acesso aos espaços verdes urbanos, visto estes exercerem grande influência na qualidade de vida dos indivíduos, por serem espaços de fuga e escape, atenuando os problemas do dia-a-dia e proporcionando uma vida mais saudável, com oportunidades de socialização e prática de desporto<sup>133</sup>. A atividade física reduz o stress e a ansiedade, melhora o estado emocional e tem benefícios sobre as perturbações de humor<sup>134</sup>. Assim, a presença de um ecossistema natural nas cidades coopera para a saúde pública e aumenta a qualidade de vida da sociedade<sup>135</sup>.

Conclui-se que a qualidade de vida e o bem-estar da sociedade estão dependentes de um conjunto diverso de variáveis, algumas das quais inequivocamente relacionadas com os espaços verdes urbanos. Quanto mais espaços verdes urbanos existirem em quantidade como em qualidade, melhor é a qualidade de vida e saúde da população ao nível de espaços de recreio e lazer e ainda ao nível microclimático pela redução dos níveis de poluição<sup>136</sup>.

---

<sup>131</sup> Nogueira, H. (2007 - 2008). Os lugares e a Saúde - a problemática dos territórios promotores de saúde, pág. 85 a 99.

<sup>132</sup> Carta de Ottawa (1986). Primeira conferência internacional sobre promoção da saúde.

Fonte: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta\\_ottawa.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf)

<sup>133</sup> Castro (2012), Manique - memória descritiva e plantas.

Fonte: <http://vascoosoriocastro.blogspot.pt/2012/06/exame-teorico-deprojecto-ll-3062009.html>

<sup>134</sup> Calmeiro, L.; Matos, M. (2004). Psicologia: Exercícios e saúde, pág.197.

<sup>135</sup> Pehouskei, N.; Angelis, B. (2012), "Áreas verdes e saúde: paradigmas e experiências", pág. 55-77.

Fonte: <http://seer.fafiman.br/index.php/dialogosesaberes/index>

<sup>136</sup> Gonçalves, N. (2010). Espaços verdes no planeamento urbano sustentável, pág.63.

## **Capítulo 4 - Estrutura Verde e Estrutura Ecológica**

A estrutura verde e ecológica suporta a proteção e manutenção dos sistemas da paisagem, cooperando na qualidade do meio urbano e da vida humana, como parte integrante da sociedade. Neste contexto, nos pontos seguintes serão averiguadas algumas questões que respeitam à proteção das áreas verdes e ecológicas.

## 4.1 - Estrutura Verde

A valorização dos espaços verdes na cidade conquistou um lugar de destaque nas decisões ao nível do planeamento urbanístico. A criação de sistemas verdes contínuos como medida da qualificação do ambiente urbano, consolidou as estratégias de valorização destes espaços. Ora, a cidade é concebida por diversos componentes estruturantes, como edifícios, ruas ou praças, onde os espaços verdes também figuram. Cada um deles com funções e escalas que devem relacionar-se e articular-se aos restantes. Neste conjunto urbano, a estrutura verde tem características e funções indispensáveis, abrangendo um conjunto de áreas verdes para uso do público, que atestam um conjunto de funções ecológicas em meio urbano, funções de estadia, recreio e de enquadramento da estruturação urbana<sup>137</sup>.

Empregando os princípios clássicos da cidade-jardim e articulando-os com o conceito de *Continuum Naturale*, surge a estrutura verde com o propósito de conceber um sistema contínuo que percorra a cidade, ainda que se possa organizar em estrutura verde principal e estrutura verde secundária.

A estrutura verde principal corresponde aos espaços verdes de grande dimensão que segundo a DGOTDU<sup>138</sup> está ligada a elementos que atestam as funções básicas da paisagem natural no tecido urbano, assim como as áreas com maior interesse ecológico - Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN). Deve ser constituída por componentes ambientais e cénicos<sup>139</sup>. A área mínima recomendada para cada habitante, segundo o *Continuum Naturale* é de 20 m<sup>2</sup> no que concerne à estrutura verde principal<sup>140</sup>, oficializada numa paisagem de carácter urbano, preservando o verde existente e garantindo dinâmica a nível biológico e ecológico<sup>141</sup>.

---

<sup>137</sup> DGOTDU - Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. (2000). Vocabulário do Ordenamento do Território.

Fonte: <https://www.passeidireto.com/arquivo/21000667/vocabulario-do-ordenamento-do-territorio>

<sup>138</sup> Direção Geral do Ordenamento do Território - DGOT. Fonte: <http://www.pgdlisboa.pt/home.php>

<sup>139</sup> Carvalho, J. (2003). Ordenar a cidade, pág.219 e 220.

<sup>140</sup> Magalhães, M. (1992). Espaços Verdes Urbanos, pág. 25 a 29.

<sup>141</sup> Telles, G. (1997). Plano Verde de Lisboa, pág.23.

Carvalho<sup>142</sup> expõe que a estrutura verde principal, para evitar situações mencionadas anteriormente, deveria ser contornada por outras funções, nomeadamente a atribuída aos parques urbanos, para que neste local se pratique a título de exemplo o desporto ao ar livre e hortas urbanas, que combatem o isolamento funcional e consequente insegurança.

A área mínima por habitante considerada na estrutura verde secundária é de 10m<sup>2</sup>, devendo ser limitada às zonas de continuidade à habitação, aos serviços, aos equipamentos e às atividades económicas. Esta estrutura patenteia a zona verde assimilada no “*contínuo construído*” de carácter mais urbano<sup>143</sup>. Da estrutura verde secundária fazem parte, áreas de jogos, praças arborizadas, separadores entre o tráfego e utilizadores, jardim de moradias, entre outros.

A estrutura verde urbana, para Carvalho<sup>144</sup>, auxilia a estabilidade e estruturação biofísica do território na comodidade ambiental, atribuindo à vegetação uma ação filtrante, papel importante na proteção dos ventos, na regulamentação da temperatura e humidade e no combate à poluição, permitindo também o enriquecimento estético e diversificação da paisagem urbana, com a criação de espaços de recreio e lazer. O planeador destes espaços deve ter em atenção diversos fatores para além da dimensão, tais como a identidade, a função, o valor estético e os custos de manutenção<sup>145</sup>.

A estrutura verde secundária se classifica mais por zonas residenciais e está adequada à pormenorização relativamente ao verde existente na cidade<sup>146</sup>.

---

<sup>142,144 e 145</sup> Carvalho, J. (2003). Ordenar a cidade, pág.219 e 220.

<sup>143</sup> Magalhães, M. (1992). Espaços Verdes Urbanos, pág. 25 a 29.

<sup>146</sup> Telles, G. (1997). Plano Verde de Lisboa, pág.112

## 4.2 - Estrutura Verde no sistema de gestão territorial

A carência dos espaços verdes em meio urbano tornou-se numa visível necessidade, que tem vindo a ser contemplada na organização formal do sistema de gestão territorial e seus instrumentos de intervenção no território. Contudo estes espaços para serem implementados são sujeitos a algumas ameaças, tais como, a densificação urbana consequente da especulação fundiária e a inexistência de instrumentos de planeamento. Isto acontece, porque os problemas resultantes do crescimento urbano são tratados a um nível apenas local e não ao nível de análise global<sup>147</sup>.

A publicação da Carta Europeia do Ordenamento do Território<sup>148</sup> na década de 1980, veio consagrar “a gestão responsável dos recursos naturais e a proteção do ambiente”<sup>149</sup> como tarefa sob a égide do ordenamento do território. Em função disso estabelece-se a integração da componente ambiental nas políticas de planeamento urbanístico. A componente ambiental assimila-se ao ordenamento do território nos seus instrumentos. Em Portugal, o sistema de gestão territorial transporta para os seus instrumentos a componente ambiental nos seus vários níveis de ação, desde o nacional ao local. Criam-se condicionantes à ocupação do solo, identificadas em diversos níveis de planos, que seguem o princípio de subsidiariedade, ordenando as funções e as competências dos espaços.

O ordenamento do território abrange um método de organização do espaço biofísico, de forma a facilitar a ocupação, utilização e transformação do solo de acordo com as suas capacidades. As suas normas certificam a organização do espaço biofísico, tentando minorar os seus problemas. A elaboração de cartas, estratégias, medidas e ações de ordenamento do território, permite definir áreas destinadas às diferentes atividades humanas, como por exemplo, locais de habitação, para a prática agrícola ou de interesse ecológico.

### A - Nível Nacional

A estrutura verde agrupa-se a nível nacional com a conceção de uma Rede Nacional de Conservação da Natureza, com o cariz de garantir a manutenção e proteção dos ecossistemas e dos recursos naturais. Como instrumentos de ação existem as Áreas Protegidas, a Rede Natura 2000, a Reserva Agrícola Nacional (RAN), a Reserva Ecológica Nacional (REN) ou o Domínio Público Hídrico<sup>150</sup>.

---

<sup>147, 149 e 150</sup> Magalhães, M. (1992). Espaços Verdes Urbanos, pág. 29, 30.

<sup>148</sup> Carta Europeia do Ordenamento do Território, 1984. Carta de Torremolinos, Conselho da Europa. Fonte: <http://www.forumdascidades.pt/?q=content/carta-de-torremolinos-conselho-da-europa-1983>

A RAN atualmente é regulada pelo DL n.º 73/2009 de 16 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 199/2015, de 16 de Setembro<sup>151</sup>. Consiste num documento que disponibiliza o solo agrícola para os agricultores, cooperando na fixação da população ativa neste setor de atividade. Pretende permitir uma melhoria da estrutura agrária, da agricultura familiar e a consequente na valorização paisagística. Segundo o seu enquadramento legal, a RAN é definida como um *“conjunto de áreas que em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola.”* (Art.º 2). Trata-se de uma mera restrição de utilidade pública que implica um a limitação à propriedade privada em função de interesses públicos abstratos, como sejam os solos de maior aptidão para a prática agrícola. A sua criação tem como objetivo *“proteger o recurso solo, elemento fundamental das terras, como suporte do desenvolvimento da atividade agrícola; contribuir para o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola; promover a competitividade dos territórios rurais e contribuir para o ordenamento do território”* (Art.º 4), entre outros aspetos. A classificação dos solos para fins agrícolas inclui:

- *“Classe A1 - unidades de terra com aptidão elevada para o uso agrícola genérico;*
- *Classe A2 - unidades de terra com aptidão moderada para o uso agrícola genérico;*
- *Classe A3 - unidades de terra com aptidão marginal para o uso agrícola genérico;*
- *Classe A4 - unidades de terra com aptidão agrícola condicionada a um uso específico;*
- *Classe A0 - unidades de terra sem aptidão (inaptas) para o uso agrícola”*(Art.º 6).

A estrutura verde a nível nacional integra ainda as áreas da REN, Decreto-lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto, com a última alteração dada pelo DL n.º 80/2015, de 14 de Maio<sup>152</sup>, no qual estão inscritos mecanismos de defesa dos recursos naturais, particularmente a água e o solo, para resguardar métodos indispensáveis a uma boa gestão do território e para promover a conservação da natureza e da biodiversidade, elementos essenciais do suporte biofísico do território nacional. A REN corresponde a uma *“estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial.”* (Art.º 2). À semelhança da RAN é também uma mera restrição de utilidade pública que limita o direito de propriedade em função de interesses públicos abstratos, neste caso a proteção dos ecossistemas. Visa contribuir para a ocupação e o uso sustentáveis do território e tem os seguintes objetivos:

- *“Proteger os recursos naturais água e solo, bem como salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre, que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas;*

---

<sup>151</sup> Diário da República (2015) Decreto-Lei n.º 199/2015. Fonte: <http://www.pgdlisboa.pt/home.php>

<sup>152</sup> Diário da República (2015) Decreto-Lei n.º 80/15. Fonte: <http://www.pgdlisboa.pt/home.php>

*- Prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, dos riscos de inundação marítima, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens;*

*- Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;*

*- Contribuir para a concretização, a nível nacional, das prioridades da Agenda Territorial da União Europeia nos domínios ecológico e da gestão transeuropeia de riscos naturais” (Art.º2).*

Fazem parte da REN, entre outras, as seguintes áreas:

*- Faixa marítima de proteção costeira, praias, barreiras detriticas, tómbolos, sapais, ilhéus e rochedos emersos no mar, dunas costeiras e dunas fósseis, arribas e respetivas faixas de proteção, faixa terrestre de proteção costeira, águas de transição e respetivos leitos, margens e faixas de proteção;*

*- Cursos de água e respetivos leitos e margens, lagoas e lagos e respetivos leitos, margens e faixas de proteção, albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, bem como os respetivos leitos, margens e faixas de proteção, áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos;*

*- Zonas adjacentes, zonas ameaçadas pelo mar, zonas ameaçadas pelas cheias, áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo e áreas de instabilidade de vertentes.*

Nas áreas incluídas na REN são interditos os seguintes usos e as ações (públicas ou privados): operações de loteamento, obras de urbanização, construção e ampliação, vias de comunicação, escavações e aterros, e destruição do revestimento vegetal, não incluindo as ações necessárias ao normal e regular desenvolvimento das operações culturais de aproveitamento agrícola do solo e das operações correntes de condução e exploração dos espaços florestais.

Existem ainda os Planos Sectoriais e os Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT), como por exemplo o Plano de Ordenamento das Áreas Protegidas, de albufeiras de águas públicas, da orla costeira e de estuários.

## **B - Nível Regional**

A nível regional o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) é o instrumento de gestão territorial que visa o progresso regional, tendo em conta as perspetivas de desenvolvimento económico e social. Emprega as diretrizes para um ordenamento a nível regional, auxiliando os Planos Intermunicipais e Ordenamento do Território (PIOT) e outros de nível hierárquico inferior.

## **C - Nível Local**

A nível local existem três tipos de planos: Plano Diretor Municipal (PDM), Plano de Urbanização (PU) e o Plano de Pormenor (PP).

Os planos em questão, cumprindo as normas dos planos hierarquicamente superiores pretendem com todos os valores incrementados circunscrever uma estrutura verde bem estruturada e valorizada à escala municipal ou local.

O PDM é um documento que visa controlar a organização e ocupação do território municipal e é a figura mais apropriada à definição da estrutura verde à escala municipal. O seu conteúdo demarca a capacidade de uso do solo, os parâmetros de ocupação, uso e transformação do solo, a delimitação das áreas de expansão urbana e das áreas a preservar, a marcação das restrições da RAN e da REN e a sua anexação na estrutura verde principal.

O PU é um documento distinto, no qual, se dispõe a estrutura verde principal nos aglomerados urbanos, resguardando o seu vínculo à estrutura verde circundante<sup>153</sup>. Define os recursos necessários para a implementação da estrutura verde urbana, particularmente as áreas destinadas aos espaços verdes em meio urbano, harmonizando assim os espaços edificados com os espaços livres.

O PP é um documento que aprova a gestão local da edificabilidade, à escala do desenho urbano, bem como a execução de operações urbanísticas de expansão, consolidação, reabilitação e proteção do património natural e edificado<sup>153</sup>. Neste plano surgem em detalhe os critérios de localização e dimensionamento dos espaços verdes, incluindo no âmbito das operações de loteamento, incluindo da iniciativa dos particulares, que imprimem transformações urbanísticas, as quais, devem respeitar as linhas diretivas dos planos locais<sup>154</sup>. Também nos loteamentos os espaços verdes estão presentes. Sendo assim, fica garantida a conceção de espaços verdes nos núcleos urbano.

---

<sup>153</sup> Magalhães, M. (1992). Espaços Verdes Urbanos, pág. 40.

<sup>154</sup> Magalhães, M. (1992). Espaços Verdes Urbanos, pág. 42.

### 4.3 - A estrutura Ecológica no sistema de planeamento

O sistema de planeamento, ordenamento e gestão do território tem como suporte a proteção e integração dos elementos biofísicos, culturais, recreativos e paisagísticos. Todo o processo de planeamento ambiental deverá verificar, conservar e promover os recursos naturais e culturais, que por terem características únicas, deverão ser sujeitos a um ordenamento e planeamento ambientalmente sustentáveis.

A definição da estrutura ecológica da paisagem de um determinado território baseia-se na identificação de sistemas ecológicos fundamentais e mentores de uma implementação sustentável da estrutura edificada de forma a promover a biodiversidade em ambiente urbano. Assim, a estrutura ecológica é entendida no planeamento com o objetivo de proteger e integrar os elementos *“biofísicos, culturais, recreativos e paisagísticos do território convergindo para a ideia de sustentabilidade. (...) no sentido de reconhecer, conservar e promover elementos naturais e culturais que, por terem características únicas, deverão ser sujeitos a um ordenamento e planeamento ambientalmente sustentável, contribuindo desta forma para a qualidade de vida dos munícipes”*<sup>155</sup>.

A estrutura ecológica pretende estabelecer o *Continuum Naturale* num sistema natural e contínuo, que permita o funcionamento e desenvolvimento dos ecossistemas promovendo a biodiversidade. Nas áreas de forte pressão antrópica, necessita de ser compreendida como uma infraestrutura essencial ao equilíbrio do território, a par das redes de estradas, de abastecimento de água ou de energia elétrica<sup>156</sup>. Ora, o sistema de gestão territorial em Portugal conjeturado no decreto-lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com a última alteração dada pelo DL nº 80/2015, de 14 de Maio<sup>157</sup> visa desenvolver as *“bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial”* (Art.º 1).

---

<sup>155</sup> Ferreira, J. C. e Rocha, J. (2010). Rede de Corredores Verdes para a Área Metropolitana de Lisboa, pág.52. Machado, J. (2004). A Estrutura Ecológica do Município de Alcobaca, pág.25.

<sup>156</sup> Ferreira, J. C.; Silva, C.; Tenedorio, J. A.; Pontes, S.; Encarnação, S and Marques, L. (2004). Journal of Coastal Research, SI 39, Itajaí, SC--Brazil, ISSN 0749-0208.

<sup>157</sup> Diário da República (2015) Decreto-Lei nº 80/15. Fonte: <http://www.pgdlisboa.pt/home.php>

Neste diploma a estrutura ecológica deve integrar os programas e os planos territoriais, definindo “as áreas, os valores e os sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rústicos e urbanos, designadamente as redes de proteção e valorização ambiental, regional e municipal, que incluem as áreas de riscos de desequilíbrio ambiental.” (Art.º 16º). Outros diplomas<sup>158</sup> e <sup>159</sup> incluem também as questões da estrutura ecológica no planeamento.

A estrutura ecológica é retratada por alguns objetivos que visa alcançar. Segundo Canguero, visa “limitar, potenciar ou mitigar a influência das atividades humanas, considerando os riscos, recursos e aptidões naturais (agricultura, silvicultura, edificabilidade, turismo); reconhecer e avaliar gradientes e polaridades ecológicas e naturais no território, por forma a estabelecer conexões valorizadoras dos sistemas ecológicos e naturais e do território em geral (corredores ecológicos); criar e valorizar ocorrências naturais em espaço urbano ou urbanizável (oásis, cinturas ou penetrações verdes - Eco Urbanismo)”<sup>141</sup>.

No processo de planeamento os benefícios da estrutura ecológica, são de frisar na preservação dos espaços naturais, rurais e urbanos na busca da defesa da sua valorização ambiental, face aos processos eco naturais e culturais, ao conceito de paisagem global<sup>160</sup> e à eventualidade de anexação das condicionantes ambientais legais nos espaços urbanos<sup>161</sup>.

---

<sup>158</sup> Diário da República (2015) Decreto-Lei nº 80/15. Fonte: <http://www.pgdlisboa.pt/home.php>

<sup>159</sup> Diário da República (2015) Decreto-Lei nº 15/15. Fonte: <http://www.pgdlisboa.pt/home.php>

<sup>160</sup> Canguero, J. (2005). A estrutura ecológica e os instrumentos de gestão do território, pág.45 e 38.

<sup>161</sup> Paisagem Global é explicada, segundo TELLES (1994), como o conceito onde paisagem urbana e rural encontram-se interligadas.

## 4.4 - Estrutura Ecológica Urbana

Em muitos casos, as cidades desenvolvem-se de forma confusa, surgindo ocupações caóticas nas estruturas fundamentais da paisagem, com prejuízos para a estrutura ecológica que a integra. Na verdade, uma “*das formas de respeitar o meio na construção da cidade é através da preservação da estrutura ecológica*”<sup>162</sup>. Contudo, devido à extensão e intensidade da urbanização é necessário a intervenção de novas linhas para a proteção da paisagem ecológica. Os ecossistemas urbanos devem ser observados como uma mais-valia das cidades, aproveitados para fins como o recreio ou o lazer. Pelo que a estrutura ecológica urbana apoia-se na defesa de um *Continuum Naturale* dentro do espaço urbano, fornecendo à cidade, uniformemente, um garante do funcionamento dos seus ecossistemas fundamentais, que englobe uma rede de biótopos interligados por corredores que auxiliem a vida silvestre<sup>163</sup>. A existência da estrutura ecológica urbana é essencial, sendo justificada por Telles<sup>164</sup> e Magalhães<sup>165</sup> como promotora do controlo de doenças, descontaminação da atmosfera e melhoria do ar, equilíbrio ecológico, qualidade da atmosfera e do espaço urbano, conforto bioclimático e oferta da função de recreio e lazer.

Ora, a ecologia urbana é estudada por diversos autores, os quais classificaram hierarquicamente as tipologias que expõem os maiores valores de riqueza natural. No topo estão as hortas urbanas e quintas permeáveis, tendo estas como características a humidade e profundidade do solo, dadas as frequentes mobilizações e anexações de matéria orgânica, aumentando o nível de vida microbiana e contribuindo para a conservação das cadeias tróficas<sup>166</sup>.

A estrutura ecológica urbana é constituída, segundo Telles<sup>167</sup>, por quatro tipologias de sistema:

1. Sistema húmido: constituído por áreas semelhantes aos leitos e margens, áreas adjacentes a linhas de água e bacias de retenção de águas pluviais existentes a montante das bacias hidrográficas. Incluem-se no sistema húmido, os espaços de grande utilização, como hortas urbanas e parques urbanos;
2. Sistema seco: associadas as Quintas de Recreio. Estas necessitam conter espaços verdes de média e baixa utilização e de integração de vias ou edifícios;
3. Sistemas de corredores: contêm a função de criar a ligação entre os dois sistemas anteriores para garantir a continuidade biológica;
4. Sistemas pontuais: constituído pelos elementos pontuais da paisagem. Elementos marcantes do ponto de vista paisagístico e cultural, como por exemplo o património construído; o ponto cénico único; ou árvores notáveis.

---

<sup>162, 165 e 166</sup> Magalhães, M. (2001). A arquitetura paisagista, pág.120 e 121.

<sup>163, 164 e 167</sup> Telles, G. (1997). Plano Verde de Lisboa, pág.142 a 149.

## **II Enquadramento Prático:**

**Parque da Trincheira de Pinhel**

### **Capítulo 5 - A cidade de Pinhel e o Parque da Trincheira**

Para iniciar a análise ao estudo de caso, objeto desta dissertação, torna-se essencial proceder à elaboração de um pequeno apontamento histórico e enquadramento territorial da cidade onde se integra. Para uma melhor compreensão do Parque da Trincheira, a estudar, serão referidas algumas características da cidade de Pinhel, dando importância aos vários pontos de interesse e ao território envolvente. Estes pontos serão acompanhados por levantamentos fotográficos para uma melhor compreensão e conhecimento do local, fazendo referência ainda a aspetos da economia da cidade. Será feita também, uma breve resenha da história do Parque da Trincheira com referência à personalidade que lhe deu o nome.

Posto isto e com base no que foi referenciado, será elaborado um diagnóstico urbanístico sobre as características, aspetos negativos e positivos que caracterizam o local, de modo a informar as propostas a apresentar no Capítulo 6. Inclui-se também o enquadramento da área de estudo no sistema de gestão territorial municipal, através dos instrumentos de gestão territorial em vigor no local. Neste caso o Plano Diretor Municipal de Pinhel.

## **5.1 - O Concelho de Pinhel: breve contexto Geográfico e Histórico**

### **5.1.1 - Apontamento histórico**

Os castelos de Pinhel, como hoje são designados, foram no passado conhecidos por torres da cidadela, classificadas como monumento nacional. Assinalam o perímetro da cidade como elementos marcantes de elevado valor histórico e patrimonial, *“esse majestoso perímetro amuralhado e o seu interior, o atual burgo medieval de Pinhel, que teve grande importância ao longo de muitos séculos, tanto na defesa da fronteira transcudana, como no travão às incursões de exércitos estrangeiros pelo país a dentro”*<sup>168</sup>.

---

<sup>168</sup> Virgílio, Abel S. (2011). Pinhel - O Coração tem Memória, pág.16 a37. Nasceu em Pinhel há 66 anos, filho de uma família modesta da cidade. É possuidor da licenciatura em línguas e literaturas modernas, foi professor, ingressou na Inspeção-Geral da Educação, está aposentado desde 2003.

Uma breve viagem na história da cidade, poderá ter início no reinado do primeiro Rei de Portugal, D. Afonso Henriques, onde havia um recinto fortificado na cidade que ganhou importância capital na reconquista cristã. D. Sancho I em 1189, ordenou a construção do castelo, vindo a ser reconstruídas, já no reinado de D. Dinis, as duas torres graníticas (a de menagem e a torre-prisão) (figura 33 e 34), bem como a muralha que rodeava os limites da vila na época (atual zona histórica) (figura 35, 36 e 37) aberta em seis portas: da Vila (demolida), de Alvacar (ver Fig. 38), de Marialva (figura 39), de São Tiago (figura 40), de São João (demolida) e de Marrocos (figura 41). A torre de menagem foi requalificada ainda no reinado de D. Manuel I, com a construção de uma janela com decoração naturalista em vergas manuelinas.



Fig.33:Zona histórica, Torre Sul do Castelo de Pinhel.

Fig.34:Zona histórica, Torre Norte ou Torre de Menagem do Castelo de Pinhel.

Fig.35 e 36:Zona histórica, rua Fonte do Bispo, subida para os Castelos, rua da Vila.

Fig.37:Entrada da zona histórica, rua da Vila. Fonte: Autora da Dissertação.



A primeira ocupação de Pinhel remonta às nas guerras da independência - os castelhanos (Henrique II) tomaram posse do castelo entre 1383 e 1385, por vingança pela fidelidade dos terços de Pinhel a D. João I, Mestre de Avis, por conseguinte, após as batalhas de São Marcos (Trancoso) e de Aljubarrota, os pinhelenses tornaram-se heroicos, a praça-forte de Pinhel foi reconquistada e libertada.

D. João II, no seu reinado no século XV, mandou distribuir bocas-e-fogo pelos diversos castelos, mostrando o interesse da coroa pelas zonas do Reino mais sensíveis, distribuindo assim, pelos castelos, cidades e vilas, munições, artilharias, pólvora e salitre. Aqui restam duas bombardas desta época, uma delas situada no Parque da Trincheira, construída em 1488, pesando cerca de 1500 quilos.

A seguir à restauração da independência (1640), por motivos de defesa e reforço da fortificação, houve obras no castelo e no perímetro amuralhado.

---

Fig.38:Zona histórica, Porta de Alvacar.

Fig.39:Zona histórica, Porta de Marialva na rua dos Tiros.

Fig.40:Zona histórica, Porta de São Santiago.

Fig.41:Zona histórica, acesso aos Castelos pela Porta de Marrocos.

A segunda ocupação deu-se na chamada guerra fantástica em 1761, na qual a vila foi invadida e o castelo foi tomado pelas tropas do Marquês de Sarria, com o propósito de libertar o país das forças inglesas. Em 1762 criou-se o tratado Fontainebleau, concebido pelo Conde de Lippe, pondo termo a essa guerra. A 25 de agosto de 1770, Pinhel ganhou o seu alvará de elevação a cidade e tornou-se sede de diocese por cissão da Diocese de Lamego ainda no Reinado de D. José I.

A terceira ocupação ocorreu durante as invasões napoleónicas, encontrando-se narrado que as tropas do general Loison tomaram e ocuparam a fortaleza e a então cidade, e que as *“duas torres-castelos da cidadela, sobranceiras e vigilantes do perímetro amuralhado, das cisternas (a água era indispensável no caso dos cercos), das tercenas da rua dos Tiros (locais de fabrico de armas e pólvora) e do restante burgo histórico mereceram, em 2 de maio de 1950, o justo reconhecimento de património considerado inequivocamente monumento nacional”*<sup>169</sup>. A 14 de novembro de 1810, deu-se um sangrento combate chamado de Batalha de Pinhel. Os exércitos franceses que combatiam na guerra peninsular procuravam alcançar e impor uma ocupação total do nosso território e do nosso povo, travando-se batalhas dessa guerra na cidade de Pinhel, sobre o comando General António da Silveira, mais conhecido por General Ventanias.



---

<sup>169</sup> Virgílio, Abel S. (2011). Pinhel - O Coração tem Memória, pág.16 a37. Nasceu em Pinhel há 66 anos, filho de uma família modesta da cidade. É possuidor da licenciatura em línguas e literaturas modernas, foi professor, ingressou na Inspeção-Geral da Educação, está aposentado desde 2003.

Fig.42 e 43: Zona histórica, escadas em redor do Castelo, Pinhel

A notícia<sup>170</sup> da proclamação da República em Lisboa, 5 de outubro de 1910, chegou aos pinhelenses pelo capitão Manuel Feliciano da Costa Bandarra<sup>171</sup>. A primeira cerimónia foi a do hastear da bandeira verde e rubra na varanda dos Paços do Concelho, que hoje em dia é uma Loja de produtos endógenos (figura 44). A população deu as boas vindas à República na Praça do Pelourinho (figura 45) e na rua Direita, batizada por rua da República (figura 46 e 46.1).

A 24 de julho de 1948 foi inaugurada a estação de caminho-de-ferro, na presença do presidente da República, Marechal Óscar Carmona, a vinte quilómetros da urbe (figura 47).

O símbolo que representa a cidade de Pinhel é o Falcão (figura 48) que simboliza o patriotismo dos pinhelenses que lotaram pela defesa da independência nacional.



<sup>170</sup> Notícia\_ texto publicado pelo jornal «Pinhel Falcão» em 4 de novembro de 2010.

<sup>171</sup> Capitão Manuel Feliciano da Costa Bandarra, natural de Pinhel, comandava a 3ª companhia do Regime de Infantaria 12, aquartelada na cidade.

Fig.44: Varanda dos Paços do Concelho. Loja de produtos Endógenos.

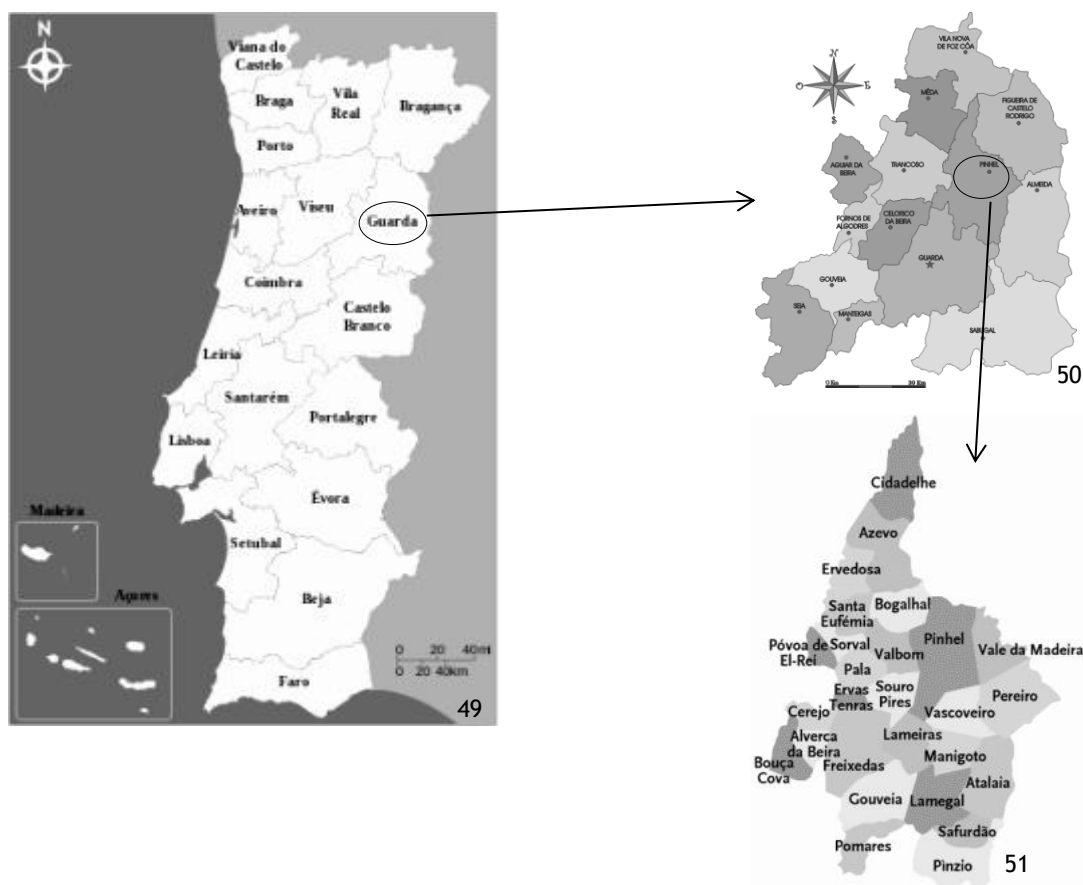
Fig.45: Praça do Pelourinho. Fonte: <http://gloriaqishizaka.blogspot.pt/2012/05/portugal-pinhel.html>

Fig.46: Rua Direita, nos dias de hoje a Rua da República. Fig.46.1: Início da Rua Direita, nos dias de hoje Largo da Câmara.

Fig.47: Estação ferroviária de Pinhel, situa-se a 20 Km da cidade. Fonte: <http://trajinha-sempre-no-coracao.blogspot.pt/2009/07/>

Fig.48: Símbolo de Pinhel. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pinhel>

## 5.1.2 - Enquadramento territorial



A cidade de Pinhel encontra-se no distrito da Guarda (figura 49), província da Beira Alta, Região Centro, com aproximadamente 3500 habitantes, segundo os últimos censos (2011)<sup>172</sup>.

<sup>172</sup> Censos (2011). Fonte:

[http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_publicacao\\_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub\\_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554)

Fig.49: Mapa de Portugal com divisões por distrito.

Fonte:<https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&ccid=qwxu6lGR&id=3FBF683511FDC8C21D4C8F9EA49A3C6FA4ECA4E8&thid=OIP.qwxu6lGR1VZVqCbSdfLEtGd6Fm&q=mapa+pinhel&simid=608043461216241345&selectedIndex=9&mode=overlay&first=1>

Fig.50: Mapa com distrito da Guarda.

Fonte:<https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&ccid=Wtp5J8V8&id=38A6B5D6232420EA3AAEBE63C5D217EEA94BA092&thid=OIP.Wtp5J8V8jMMcdNosW0VJtwEAEs&q=mapa+de+pinhel&simid=608031985083222651&selectedIndex=53&ajaxhist=0>

Fig.51: Mapa com Conselho de Pinhel.

Fonte:<https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&ccid=dJegvOg1&id=A7D391306D99EB3ABCA80D4FE2EC7AE3BEA820B&thid=OIP.dJegvOg1UmQmv1tqLuhj6QDQEr&q=mapa+de+pinhel&simid=608008706341996548&selectedIndex=2&ajaxhist=0>

Pinhel é sede de município com a superfície <sup>173</sup> de 484,52 Km<sup>2</sup> e 10.183 habitantes (Censos 2011)<sup>174</sup> distribuídos por 18 freguesias: Alverca da Beira/Bouça Cova, Atalaia e Safurdão, Vale do Côa, Valbom/Bogalhal, Terras de Massueime, Sul de Pinhel, Vale do Massueime, Alto do Palurdo, Ervedosa, Freixedas, Lamegal, Lameiras, Pala, Manigoto, Pinhel, Pínzio, Souro Pires, Vascopeiro (figura 50). É limitado a norte pelo município de Vila Nova de Foz Côa, a nordeste por Figueira de Castelo Rodrigo, a leste por Almeida, a sul pela Guarda e a oeste por Celorico da Beira, Trancoso e Mêda.

---

<sup>173</sup> Instituto Geográfico Português. Fonte: <http://ftp.igeo.pt/>

<sup>174</sup> Censos (2011). Fonte:

[http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_publicacao\\_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub\\_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554)

## 5.2 - Características da Cidade e do território envolvente

O concelho de Pinhel encontra-se entre os 350 e os 600 metros de altitude. Ao seu redor destaca-se o rio Côa (o qual percorre a zona raiana do distrito da Guarda) (figura 53), o rio Massueime (que nasce perto da cidade da Guarda, sendo afluente ao rio Côa), a ribeira das Cabras (com a nascente perto da aldeia de Rapoula, no concelho da Guarda, que é afluente do rio Côa, a noroeste da cidade de Pinhel) (figura 54) e a ribeira da Pêga (figura 55). A cidade fica envolvida por paisagens vistosas compostas por colinas, planaltos, montes e a Serra da Marofa (com altitude de 977 metros) (figura 56).

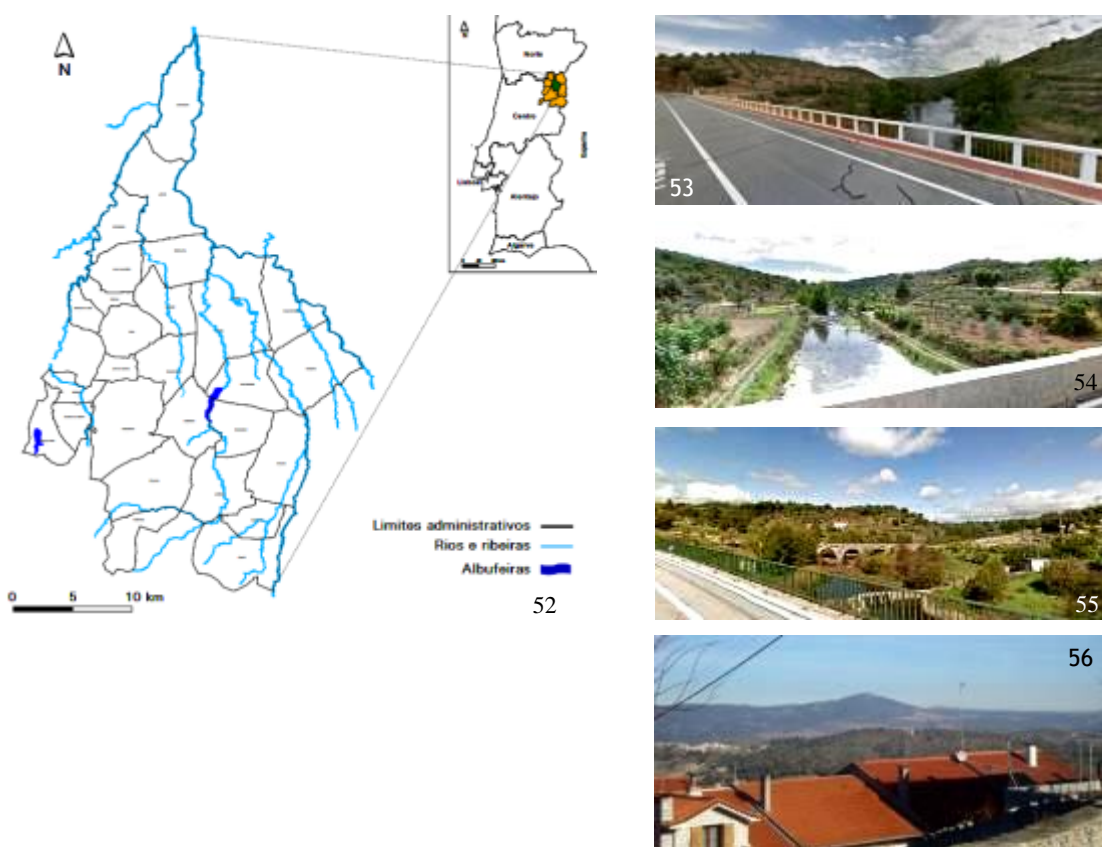


Fig. 52: Mapa do Concelho de Pinhel com rede hidrográfica. Fonte: Plano Diretor Municipal da Camara Municipal de Pinhel

Fig. 53: Rio Côa. Fonte: <https://www.google.pt/maps/place/Pinhel/@40.7796152,-7.3883262,10z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0xd3c604e3e112dd5:0xe07f2da4bb9fe753!8m2!3d40.778586!4d-7.1359377>

Fig. 54: Ribeira das Cabras. Fonte: <https://www.google.pt/maps/place/Pinhel/@40.7796152,-7.3883262,10z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0xd3c604e3e112dd5:0xe07f2da4bb9fe753!8m2!3d40.778586!4d-7.1359377>

Fig. 55: Ribeira da Pêga. Fonte: <https://www.google.pt/maps/place/Pinhel/@40.7796152,-7.3883262,10z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0xd3c604e3e112dd5:0xe07f2da4bb9fe753!8m2!3d40.778586!4d-7.1359377>

Fig. 56: Paisagem em redor da Cidade de Pinhel, mais precisamente do Bairro do Outeiro, com vista sobre a Marofa.



- **Igreja de Santa Maria do Castelo de Pinhel**, localizada no centro histórico da cidade, dentro das muralhas góticas que D. Dinis mandou reformular. Foi o principal templo da localidade durante a Idade Média, situando-se a sua construção entre os séculos XIII-XIV (figura 58);
- **Igreja da Trindade**, localizada no caminho de acesso a uma das portas do castelo (a de Marrocos), de estilo românico-gótico e de uma única nave, com um pórtico com três arquivoltas que rematam os capitéis decorados com motivos vegetais. No lado sul, existiu um cemitério Medieval. A capela foi erigida no século XIV<sup>177</sup> (figura 59);
- **Igreja da Misericórdia**, junto ao largo do Pelourinho, de estilo manuelino com uma esfera na decoração da fachada principal. Sem certezas nem referências exatas, julga-se que date da primeira ou segunda década do século XVI<sup>153</sup> (figura 60).



<sup>177</sup> Informação retirada <https://concelhodepinhel.jimdo.com/alguns-subsídios-para-a-história-de-pinhel/século-xvi/>

Fig.58: Igreja de Santa Maria.

Fig.59: Igreja da Trindade.

Fig.60: Igreja da Misericórdia.

- **Pelourinho**, edificado em 1510 de estilo manuelino. “O pelourinho está assente sobre soco de cinco degraus octogonais. A coluna, de fuste octogonal, possui base quadrada chanfrada nos ângulos e relevos na zona superior. O capitel, com base de gaiola, tem secção circular e está decorado com anel em forma de cabo decorado por florões e quadrifólios inseridos em círculos”<sup>178</sup> (figura 61).
- **Igreja de São Luís**, noutros tempos um convento fundado em 1596, que albergava uma comunidade de Clarissas. De 1797 a 1881 foi Catedral. Em 1910 foi fragmentada por diversas entidades, adaptando os espaços para receber um teatro, o tribunal e outras repartições públicas. O espaço envolvente tornou-se num jardim público. A sua planta é longitudinal, composta por dois corpos retangulares adossados, sendo estes os espaços da nave e capela-mor, ladeado por anexos e pela sacristia. “A fachada apresenta ao centro um portal com moldura em arco abatido, rematado com uma janela gradeada. (...) O retábulo-mor de talha dourada (...), integra ao centro uma tábua com figuração cristológica”<sup>179</sup> (figura 62).



<sup>178 e 179</sup> Informação retirada <https://concelhodepinhel.jimdo.com/alguns-subsídios-para-a-história-de-pinhel/século-xvi/>

Fig.61: Pelourinho. Fonte: <https://beira.pt/porta1/noticias/pinhel-acolhe-hoje-p-us-opera-no-patrimonio/>

Fig.62: Igreja de São Luís.

- **Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia**, localizados na Rua Silva Gouveia, que antecede a chegada ao cemitério à saída de Pinhel. “Foi desativado aquando da construção do novo Centro de Saúde na parte nova da cidade, tendo servido em tempos para quartel da Guarda Republicana”<sup>180</sup> (figura 63).
- **Fonte Nova**, localizada paralelamente à Av. Carneiro de Gusmão, à saída da cidade. Construída em granito, desconhece-se o ano de construção. Foi uma das fontes que abasteceu água à população até meados de 1885 <sup>181</sup> (figura 64).
- **Capela de Santa Rita**, à entrada da zona histórica de Pinhel. Foi construída em 1640 e “exibe dois pórticos: o lateral encimado pelas armas da família, o principal encimado por uma epígrafe” <sup>182</sup> (figura 65).



<sup>180, 181 e 182</sup> Informação retirada <https://concelhodepinhel.jimdo.com/alguns-subsídios-para-a-história-de-pinhel/século-xvi/>

Fig.63: Antigo Hospital.

Fig.64: Fonte Nova. Fonte: <http://kliqueseolhares.blogspot.pt/2011/04/fonte-nova.html>

Fig.65: Capela de Santa Rita.

- **Casa dos Correia Azevedo**, construída em 1621, entendida como uma obra muito equilibrada, com janelas chamadas de «meio avertal» e «varandas» suportadas por cachorros artísticos, situa-se junto à muralha (figura 66).
- **Solar dos Mena Falcão**, com arquitetura setecentista, situado no largo do Pelourinho, à entrada da rua da República, albergando a Câmara Municipal de Pinhel (ver Fig. 67).
- **Palácio dos Metelos**, edificado nos séculos XVII e XVIII na rua Tenente Beirão, cuja fachada nobre abre para poente, corrida de cantoneira de granito, com uma capela adossada feita à Romana (figura 68).
- **Solar Silva Ramos**, construído no século XVII, ocupado pelos franceses durante as Guerras Peninsulares. Localiza-se na rua Fonte do Bispo, que dá acesso aos Castelos de Pinhel. Atualmente pertence à Santa Casa da Misericórdia de Pinhel (figura 69).




---

Fig.66: Casa dos Correia Azevedo.

Fig.67: Solar dos Mena Falcão.

Fig.68: Palácio dos Metelos.

Fig.69: Solar Silva Ramos.

- **Solar Mendes Pereira**, localizado na principal praça da cidade, o Pelourinho, é de estilo barroco, com janelas de estilo joanino. A sua planta é triangular, com dois pisos, no inferior as lojas e no superior a parte nobre do edifício, valorizado na fachada pela decoração das janelas (figura 70).
- **Convento de Santo António ou Igreja dos Frades**, fundado em 1727 por alvará de D. João V. No início do século XX, sofreu um violento incêndio que destruiu grande parte das dependências conventuais, recuperado em 1983. Inclui a igreja de planta longitudinal e do claustro de planta quadrada. No interior, a nave única articula-se com a capela-mor, através de arco triunfal de volta perfeita. Para além das capelas laterais com arco em cantaria, destacam-se os altares colaterais de talha neoclássica e o retábulo-mor de talha durada e branca (figura 71).



---

Fig.70: Solar Mendes Pereira.

Fig.71: Convento de Santo António ou Igreja dos Frades.

- **Paço Episcopal**, de linhas clássicas e planta retangular, com quatro alas rodeando o pátio interior. Na fachada principal, sobre a porta está o brasão do bispo que ordenou a sua construção entre 1783 e 1797, para a diocese de Pinhel. Em 1888 acolheu o Regimento de Infantaria 24 e na década de 1940 passou a albergar o quartel da GNR e o posto da PSP. Em 1954 aqui se instala o Externato João Pinto Ribeiro, conhecido por Colégio da Beira. Em 1990 começou a funcionar como Residência de Estudantes e atualmente é a Casa da Cultura de Pinhel (figura 72).
- **Casa do Conde ou Casa Grande**, de fisionomia exemplar da arquitetura civil barroca, construída no início do século XVIII, para albergar a alcaidaria-mor da vila. Durante as Invasões Francesas ocupada pelas tropas, no século XX torna-se sede do Grémio da Lavoura e em 1973-1974 cooperativa agrícola. Cedido à autarquia de Pinhel é atualmente parcialmente ocupado pelo Posto de Turismo de Pinhel (figura 73).




---

Fig. 72: Paço Episcopal. Fonte: <http://portugalemfotos.com.pt/pt/foto/antigo-paco-episcopal-553/>  
 Fig. 73: Casa do Conde ou Casa Grande, o povo diz que "tem tantas portas e janelas como dias tem o ano".

- **Convento de Santa Clara**, despejado em 1836, altura em que foi construído o Passeio Público e se instalaram as repartições públicas na parte que dele sobrou. Hoje é ocupado pelo Centro Social e Cultural da Paróquia de Pinhel e alberga o Cineteatro São Luís (figura 74).
- **Torre do Relógio ou Igreja do Galo**, situado no local da primitiva Torre de Relógio do século XV, erigida em 1805, de planta quadrangular regular, apresenta arquitetura civil neoclássica, com cunhais em granito e coroamento piramidal (figura 75).



---

Fig.74: Convento de Santa Clara.  
Fig.75: Torre do Relógio ou Igreja do Galo.

- **Clube dos Caçadores**, construído em 1882, ao Jardim Passeio 5 de Outubro. Era um local de convívio e de animados bailes (figura 76).
- **Monumento aos Mortos da Grande Guerra**, inaugurado em 1922 em homenagem a todos aqueles que morrerem na 1ª Guerra Mundial, no Largo dos Combatentes. Baseou-se na Torre Eiffel, ideia trazida pelos soldados que naquela zona combateram. Nele se inscrevem em placas de mármore, os nomes de oficiais e soldados do concelho, mortos na Grande (figura 77).



Relativamente à economia, a cidade de Pinhel tem como atividade principal a agricultura, que tem vindo a sofrer um decréscimo em termos contributo para o sustento das famílias. Contudo, nos últimos tempos tem vindo a crescer, o cultivo do olival e da vinha, sendo a região com maior volume de vinhas da Beira Interior, destacando-se como símbolo de Pinhel, o vinho produzido na Adega Cooperativa. Uma das atividades económicas praticadas no concelho é também a extração de pedra.

---

Fig.76: Clube dos Caçadores.

Fig.77: Monumento aos Mortos da Grande Guerra. Fonte: <http://mapio.net/s/31142178/?page=2>

### 5.3 - Origens do Parque da Trincheira de Pinhel.

A revolução do 1º de Dezembro de 1640 tinha trazido o estado de guerra. Portugal lutava pela independência e Espanha por continuar a dominar. Portugal organizou-se com esforços próprios e com ajuda dos reforços que Inglaterra, estando de norte a sul em estado de alerta, especialmente junto à fronteira, como em Pinhel que recebeu artilharia para se fortificar. Um dos pontos importantes para a defesa para além das muralhas e do castelo era o monte, situado a noroeste que devido à sua altitude foi transformado num fortim natural, alimentado fora da sua zona, do lado nascente. O acesso que se fazia por um aqueduto subia às alturas do fortim e levava para ali as munições de boca e de guerra. Este local, no monte, ficou chamado de trincheira e o povo para ali levou e colocou na parte mais alta a “célebre peça de artilharia”<sup>183</sup> ainda hoje intacta e única no país. Refira-se que aquando do seiscentos anos da Artilharia portuguesa “*técnicos militares vieram a Pinhel e mediante autorização da Câmara, pretenderam levar a peça intacta que a cidade mostra orgulhosa no alto do seu melhor parque (...) junto do miradouro andava uma pobre mulher a «apanha erva» para os seus animaizinhos que se deu conta de que soldados se preparavam par «levantar» a peça (...) logo ela se levantou e uns sujeitinhos também, a cidade alvoroçou, os sinos tocaram a rebate e a peça ficou onde estava.*”<sup>184</sup>

Durante muitos anos naqueles terrenos e nos adjacentes, produzia-se centeio. Em 1936 sob a presidência municipal de José Carneiro de Gusmão<sup>185</sup>, começou neste local a construção do Parque da Cidade - Parque da Trincheira. Um ano depois começou a florestação com a plantação de centenas de árvores e em 1940 contabilizaram-se mais de oito mil unidades das mais diversas espécies.

---

<sup>183</sup> Marta, Ilídio. (1996). Pinhel Falcão, pág. 400 e 401.

<sup>184</sup> Marta, Ilídio. (1996). Pinhel Falcão, pág. 103 e 104.

<sup>185</sup> José Carneiro de Gusmão foi Presidente da Câmara de Pinhel entre 1931 e 1945, trabalhando em prol do engrandecimento do concelho, tendo oferecido ou doado terrenos de parte da sua herança para o parque. O abastecimento de água canalizada a Pinhel, o saneamento básico nas principais artérias da cidade, o calcetamento das ruas, o arranjo dos jardins, a florestação do parque da cidade, a construção da piscina nesse parque, a criação do Museu e da Biblioteca Municipais e a melhoria de estradas e caminhos entre a sede do concelho e as várias aldeias e lugares do território ocorreram sob a sua administração, bem como a edificação de escolas primárias do plano dos centenários e a substituição de muitas fontes de chafurdo por chafarizes.

Posto isto, fizeram-se diversas obras para que o Parque funcionasse, tais como a abertura de arruamentos a estabelecer a ligação entre os quatro fortins do antigo reduto militar, e a rede de acesso a todo o parque. Colocou-se algum mobiliário urbano, como o banco de azulejo decorado com a oitava rima do Padre Francisco da Silveira em saudação a Pinhel, e o banco em forma de meia-lua decorado também a azulejo alusivo ao brasão da cidade. Procedeu-se à colocação da Fonte dos Amores, hoje denominada por Fonte dos Namorados, trazida da cerca do Paço Episcopal, decorada a azulejo com uma quadra sobre a água. Houve o levantamento do Monumento Comemorativo do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal, com a colocação de uma escada de acesso ao coreto de música e construiu-se a Piscina Municipal, que foi a primeira de cariz público no país. Colocaram-se mesas em granito para serviço dos utentes da piscina e montou-se a iluminação em todo o parque. Na envolvente destacam-se algumas residências particulares, e a poente o Quartel dos Bombeiros, o Jardim-Escola e a Creche.

## 5.4 - Situação atual

### 5.4.1 - Caracterização da área de estudo

A área de estudo objeto desta dissertação, o Parque da Trincheira localiza-se a noroeste na cidade de Pinhel. É uma zona de fácil acesso pedonal ou de transporte com três entradas, a principal perto da entrada principal da cidade a Norte (figura 79), a segunda situa-se relativamente próxima desta (figura 80) na parte posterior do parque e a entrada inferior fica próximo do acesso a Sudoeste de Pinhel (figura. 81).



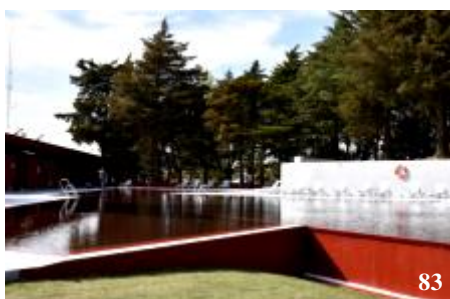
Fig.78: Localização geográfica da área de estudo. Delimitação do perímetro da proposta. [s/ escala]. (Imagem captada através da plataforma Google Earth, acedido a 3 de Janeiro de 2018).

Fig.79: Entrada Principal do Parque da Trincheira, a Norte. Fonte: Autora da Dissertação.

Fig.80: Segunda Entrada, perto da entrada principal no oposto do parque.

Fig.81: Entrada inferior do Parque da Trincheira, a Sudoeste de Pinhel.

Como se constatou anteriormente, trata-se de um parque com grande história e significado para a cidade de Pinhel, onde se destacam a Piscina Municipal descoberta (figura 82 e 83), o canhão na zona mais ampla do parque, de onde se pode usufruir de uma paisagem de grande excelência, permitindo uma vista desafogada sobre a cidade e redondezas (figura 83). Caracteriza-se pela fonte dos namorados na zona de cota mais baixa do parque, antigo lugar de uma fonte de água fresca, que pelo silêncio envolvente e sombra de frondosas árvores, era o local ideal para namorar e estudar (figura. 84).



---

Fig. 82: Piscina Municipal descoberta.

Fig. 83: Piscina Municipal descoberta.

Fonte: <http://cm-pinhel.pt/wp-content/uploads/2017/08/piscinasdescobertas-960x619.png>

Fig. 84: Canhão no Parque da Trincheira.

Fig. 85: Fonte dos Namorados no Parque da Trincheira.

Tem uma superfície aproximada de 2,97 ha dos quais 156 m<sup>2</sup> são ocupados pela piscina. Na orografia do local distinguem-se quatro níveis de altitude: basal entre 0-400 metros, submontano dos 400 aos 700 metros, montano entre os 700 e os 1000 metros, e o altimintano igual ou superior a 1000 metros. A generalidade do concelho encontra-se no nível submontano. Quanto ao clima do local, é como o da região envolvente, quente e temperado. O inverno tem mais pluviosidade que o verão, as temperaturas médias têm uma variação de 16.7 °C durante o ano, a temperatura média é de 21.9 °C, agosto é o mês mais quente do ano, em Janeiro a temperatura média é 5.2 °C e julho é o mês mais seco. Quanto à topografia da área de estudo, e sendo esta uma das zonas mais altas da cidade, encontra-se entre a cota de 647 metros, que corresponde a uma das entradas no parque, próximo da entrada a Sudoeste de Pinhel e a cota máxima de 660 metros. Denota-se que o relevo do terreno tem alguns declives com desníveis acentuados (figura 86).



86

---

Fig.86 - a, b, c e d: Fotografias de vários pontos com diversos desníveis, para uma melhor compreensão da área de estudo.

## A - Análise da envolvente próxima

O conhecimento da área envolvente ao Parque da Trincheira tem o intuito de maximizar a adaptação das propostas às características e identidade do local, na sua relação com a malha urbana envolvente e com o contexto global próprio da cidade, coerente com as necessidades da comunidade residente. Neste ponto proceder-se-á à recolha documental e ao levantamento fotográfico in loco de modo a melhor poder fazer o diagnóstico da situação existente, identificar os seus problemas que deverão ser minorados e as suas potencialidades que deverão ser maximizadas. Assim, e de um modo geral, a área de estudo encontra-se ladeada por diversos edifícios de cariz habitacional, e de outros de cariz público, para equipamentos e serviços, na zona que ocupa o acesso principal à cidade de Pinhel. Trata-se de um ponto da cidade ladeado por diversos equipamentos de grande importância para a cidade como o Quartel dos Bombeiros (figura 88), o Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia (figura 89), a Casa da Cultura (ver Fig. 90), a antiga Casa de Episcopal, a Academia de Música (ver Fig. 91), a Adega Cooperativa (figura 92) e o Lar da Santa Casa da Misericórdia (figura 93). Para além destes elementos do setor terciário, que conferem ao local um ponto de centralidade no contexto urbano, o setor residencial marca também a zona envolvente (figura 87).

Em síntese as atividades predominantes na envolvente próxima são a habitação e os equipamentos de utilização coletiva já referidos.

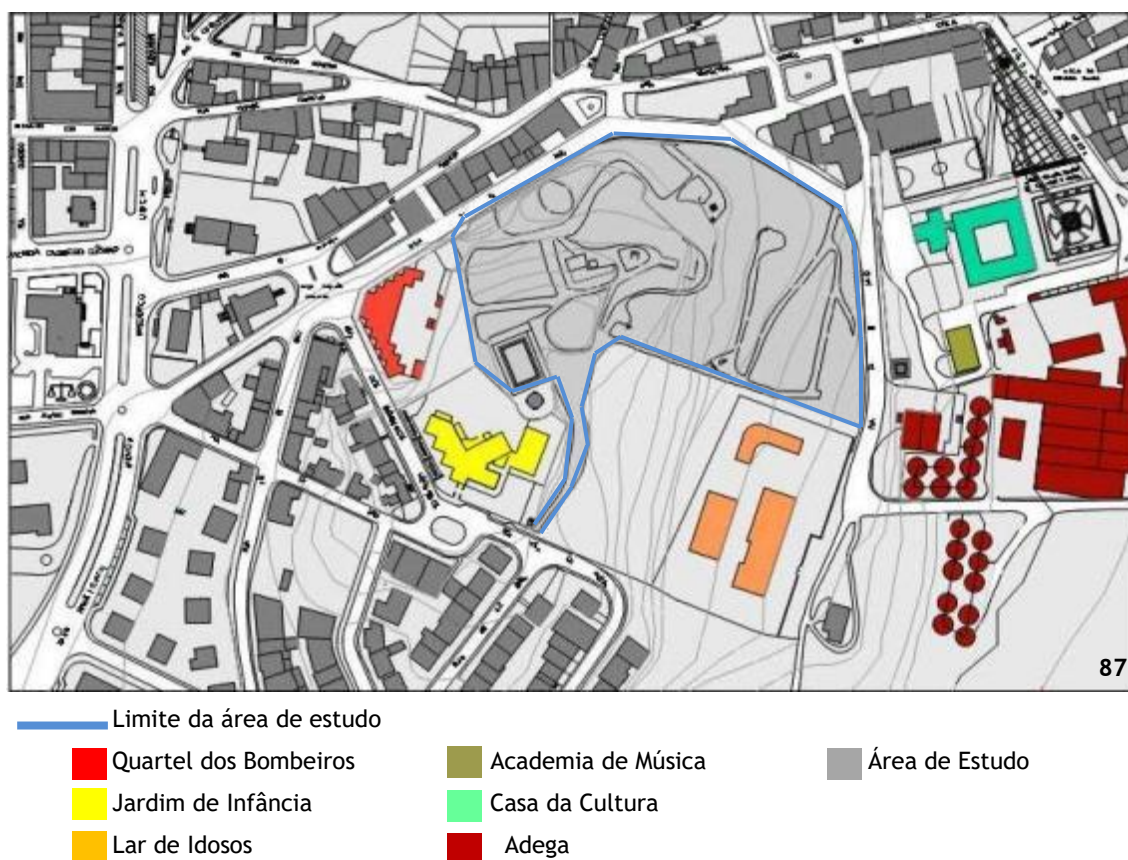


Fig.87: Planta de Caracterização: Envolvente Próxima. Identificação do edificado envolvente. [s/escala]



88



89



90



91



92



93

---

Fig.88: Quartel do Bombeiros.  
Fig.89: Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia.  
Fig.90: Casa da Cultura, antigo Paço Episcopal.  
Fig.91: Academia de Música.  
Fig.92: Adega Cooperativa.  
Fig.93: Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia.

Ao nível da rede viária e de transportes coletivos, a área de estudo é servida pela Rua 1º de Maio, Rua da Vila da Moita e Rua dos Bombeiros, estado dotada de transportes coletivos públicos, com a paragem de autocarros mais próxima situada a 100 metros da entrada principal do parque (figura 95) e das entradas Sudoeste e Este de Pinhel, na Rua 1º de Maio (figura 96). Existe outra opção de transporte próximo, a cerca de 150 metros de distância da entrada principal, que é a praça de táxis (figura 97).

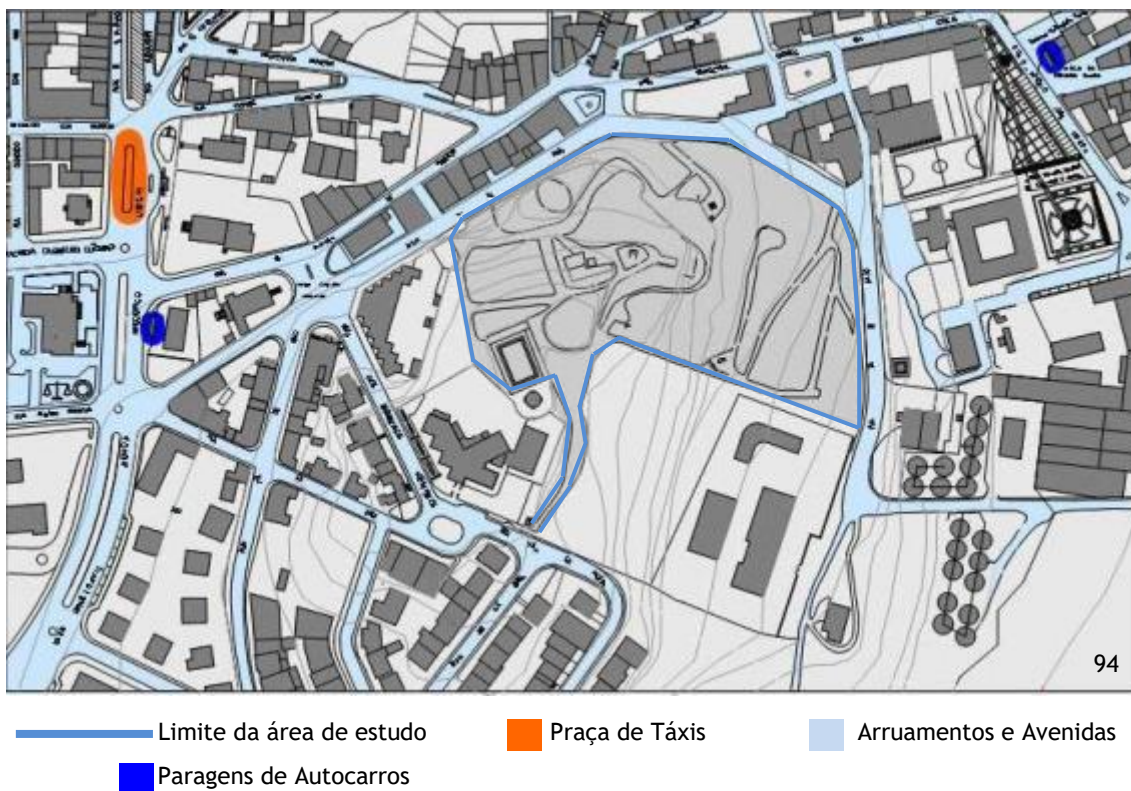


Fig.94: Planta de Caraterização: Identificação das vias e serviços de transporte coletivo. [s/escala]



---

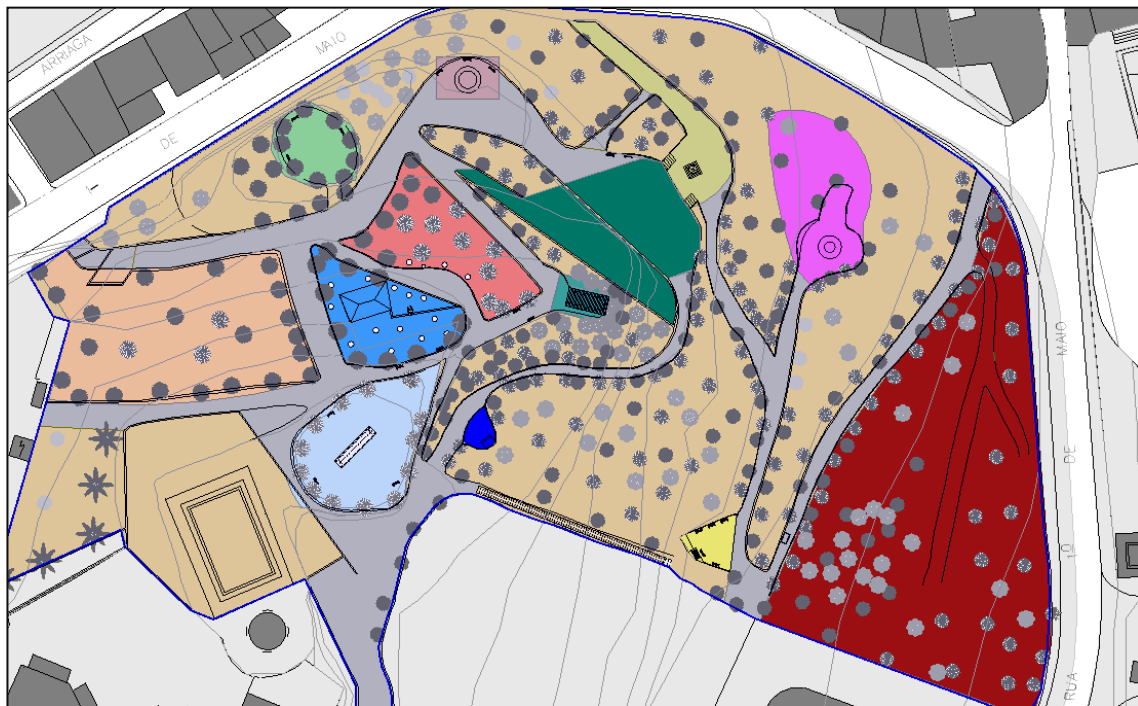
Fig.95: Paragens de autocarros a 100 metros de distância da entrada principal, a Noroeste do Parque da Trincheira.

















Fig.96: Paragens de autocarros a 100 metros de distância da entrada inferior, a Sudoeste do Parque da Trincheira.

Fig.97: Praça de táxis a 150 metros de distância da entrada principal do Parque da Trincheira.

## B - Análise da área de estudo

Para melhor compreensão da área de estudo e tendo em consideração as diversas zonas que a constituem com as suas particularidades, semelhanças e diferenças, procedeu-se à sua organização em 13 subáreas, partes ou zonas, que serão ordenadas desde a zona 1 até à zona 13 (figura 98). Como anteriormente referido, a área de estudo tem a superfície total de cerca de 3 ha sendo pautada por diversos elementos históricos que lhe conferem interesse cultural para além do seu interesse ecológico e natural associado às espécies arbóreas que a caracterizam e identificam no contexto da urbe.




- |  |   |  |
|--|---|--|
|  Limite da área de estudo |  Zonas de circulação |  Espaços amplos |
|  Zona 1                   |  Zona 6              |  Zona 10        |
|  Zona 2                   |  Zona 7              |  Zona 11        |
|  Zona 3                   |  Zona 8              |  Zona 12        |
|  Zona 4                   |  Zona 9              |  Zona 13        |
|  Zona 5                   |   |  |

98


Fig.98: Planta de Caracterização da área de estudo, Parque da Trincheira, Pinhel. Identificação das zonas de circulação, zonas amplas e 13 zonas propostas para maior detalhe de intervenção. [s/escala]

As 13 áreas que compõem o Parque da Trincheira caracterizam-se por uma série de aspetos que serão detalhadamente descritos na análise que se segue.

 Zona 1 (figura 98) caracteriza-se por ser um local de altimetria elevada, de forma arredondada, rodeada por elementos do mobiliário urbano, com três bancos em pedra de granito e árvores de grande porte, um pouco acima do acesso ao local da entrada Nordeste. (figura 99).



99

 Zona 2 (figura 98) é um espaço com algum desnível, situado logo à entrada, Nordeste, do lado esquerdo é constituído por uma fonte que atualmente não funciona e por grandiosas árvores. Faz parede com a Piscina Municipal (figura 100).



100

Fig.99: Levantamento fotográfico Zona 1. 1,2 e 3 - Perspetiva da zona em análise.

Fig.100: Levantamento fotográfico Zona 2. 1,2 e 3 - Perspetiva da zona em análise.

Zona 3 (figura 98) é denominada de zona da Bombarda/Canhão (pela presença de elementos da artilharia militar, como referido no ponto 5.3, com dois bancos a ladear o espaço livre em pedra granítica e árvores de grande porte (figura 101).



101

Zona 4 (figura 98) é um espaço destinado às mesas e bancos em granito, no passado destinados para usufruto dos utentes da piscina como referido no ponto 5.3. Inclui ainda as casas de banho públicas, que se encontram encerradas há muito e terreno um pouco declivoso (figura 102).



102

Fig.101: Levantamento fotográfico Zona 3. 1,2 e 3 - Perspetiva da zona em análise. 3 - Zona específica.  
Fig.102: Levantamento fotográfico Zona 4. 1- Vista panorâmica. 2, 3 e 4 - Perspetiva da zona em análise.

Zona 5 (figura 98) é um espaço maioritariamente vazio, despido de elementos do mobiliário urbano onde restam algumas mesas e bancos em granito, uma torneira fixada num pilar em pedra e algumas árvores de grande porte, com um terreno com algum desnível (figura 103).



103

Zona 6 (figura 98) é constituída por uma pérgula em pedra granítica que tem por nome Miradouro, também este bastante ladeado por árvores majestosas, que enfraquecem o foco de visão (figura 104).



104

Fig.103: Levantamento fotográfico Zona 5. 1- Vista panorâmica. 2, 3 e 4 - Perspetiva da zona em análise.

Fig.104: Levantamento fotográfico Zona 6. 1- Vista panorâmica. 2, 3 e 4 - Perspetiva da zona em análise.

Zona 7 (figura 98) é um espaço com dois vazios, outrora ocupados pelo coreto de música, dando a percepção de que é constituído por um palco que aproveita o desnível existente e uma zona de assistência para o público (figura 105).



105

Zona 8 (figura 98) possui um monumento em forma de iglô em pedra mármore de construção recente, conhecido como Miradouro de Agora (figura 106).



106

Fig.105: Levantamento fotográfico Zona 7. 1- Vista panorâmica. 2, 3 e 4 - Perspetiva da zona em análise.

Fig.106: Levantamento fotográfico Zona 8. 1- Vista panorâmica. 2, 3 e 4 - Perspetiva da zona em análise.

Zona 9 (figura 98) inclui o Monumento do Duplo Centenário da Independência e Restauração de Portugal para além do qual um espaço vazio, rodeado de árvores ilustres, sem inclinação do terreno, sendo, portanto, uma das raras zonas planas do parque (figura 107).



107

Zona 10 (figura 98) usufrui de um banco em forma de meia-lua decorado a azulejo com o brasão da cidade, já mencionado no ponto 5.3. Trata-se de um espaço desocupado, onde sobressaem as árvores nobres que o ladeiam, com um terreno de pouco inclinação (figura 108).



108

Fig.107: Levantamento fotográfico Zona 9. 1- Vista panorâmica. 2, 3 e 4 - Perspetiva da zona em análise.

Fig.108: Levantamento fotográfico Zona 10. 1- Vista panorâmica. 2, 3 e 4 - Perspetiva da zona em análise.

Zona 11 (figura 98) está ocupada por um dos pontos mais característicos do parque que é a já mencionada Fonte dos Namorados, composta por uma bica onde ainda corre água, contendo escrito no seu topo em um azulejo a seguinte quadra (figura 109):

*“Venho de longe, da serra  
Corro com gosto vêde:  
Deus quis que na nossa Terra  
Nunca mais Houvesse sede”*



109

Fig.109: Levantamento fotográfico Zona 11. 1- Vista panorâmica. 2, 3 e 4 - Perspetiva da zona em análise.

Zona 12 (figura 98) é um espaço com uma área considerável, algo desnivelada. É constituída por barras de madeira de diversas alturas, para o exercício físico, pouco ou nada utilizado (figura 110).



110

Zona 13 (figura 98) é composta por um banco em pedra granítica, decorado com a oitava rima do Padre Nascimento da Silveira, atualmente um pouco danificada para se conseguir a sua leitura na totalidade (figura 111).



111

Fig.110: Levantamento fotográfico Zona 12. 1- Vista panorâmica. 2, 3 e 4 - Perspetiva da zona em análise.

Fig.111: Levantamento fotográfico Zona 13. 1, 2 e 3 - Perspetiva da zona em análise.

Para além das 13 zonas do parque anteriormente descritas, este espaço é ainda constituído um pouco por todo o lado, por grandiosas árvores de diversas espécies, arbustos e plantas, por caminhos que ligam as 13 zonas entre si e acedem ao exterior, por zonas com desnivelamentos mais acentuados e pelo espaço ocupado pela piscina municipal.

Como se analisou no Capítulo 3 - Os espaços verdes e a cidade, no ponto 3.5.1, os parques urbanos são interpretados de várias perspetivas por diversos autores. Contudo, poder-se-á concluir que todos eles partilham a ideia de que um parque urbano como o parque da Trincheira é um elemento morfológico da cidade, maioritariamente composto por árvores de grande porte, arbustos e plantas vivazes, com grande oferta de espaços verdes e farta vegetação, frequentemente comparado a uma mata. Permite a prática de variadas atividades, onde existem prados verdes, zonas pavimentadas ou locais de estadia.

## 5.4.2 - Diagnóstico urbanístico

Como se pode verificar no Capítulo 3 os espaços verdes e a sua adequada composição contribuem de maneira decisiva para o bem-estar da população e equilíbrio da cidade. Os espaços verdes urbanos estão cada vez mais em debate, devido à necessidade da sua existência nas urbes. São espaços que ao longo dos tempos têm sido estudados e tem-se comprovado que trazem grandes benefícios à sociedade a vários níveis.

Para uma boa qualidade de vida da população, as cidades devem possuir espaços verdes urbanos, que aumentam os benefícios ao nível social, ambiental, ecológico e ainda na saúde. Posto isto, sabe-se que os recursos naturais que constituem os espaços verdes reduzem os impactos negativos resultantes da urbanização, reduzem a poluição, o ruído, melhoram o clima urbano e colaboram para a requalificação da estrutura urbana, trazendo atração para a cidade. Somente pela sua existência, executam entre outras, três funções fundamentais:

- Ambiental que colabora na qualidade ambiental, fundindo-se com dois tipos de serviços, identitário e cultural, relacionando o Homem com o ambiente e com a estrutura a urbe e da paisagem, entendida como estética, cultura e identidade do lugar;

- Social que resulta da capacidade de oferecer aos habitantes das urbes, zonas de lazer e socialização, contribuindo para a valorização estética e cultural da cidade e possibilitando o desenvolvimento de atividades a nível educativo e pedagógico, com benefícios ao nível da saúde física e psicológica;

- Económica que resulta na saliência da importância das paisagens mais atrativas, aumentando a afluência a estas zonas, como destino turístico capaz de originar receitas e postos de trabalho.

Estes espaços para serem bem-sucedidos devem promover o desenvolvimento sustentável, ao nível de desenho e da construção, como da própria gestão e conseqüente manutenção. Neste contexto, a área de estudo da Trincheira apresenta uma singularidade quanto ao que foi referido anteriormente. É um espaço de grandes dimensões à escala de Pinhel que tem tudo o que é necessário para se tornar num parque urbano desejado pela população, executando as funções necessárias para um bom desenvolvimento. O espaço é uma mais-valia para a imagem urbana, assim como para a qualidade de vida da população, tanto a nível social, como a nível de saúde e um ponto que se pode tornar muito atrativo e de fácil acesso, seja pedonal ou de transportes motorizados. Pelas inúmeras razões apresentadas, a sua preservação e requalificação torna-se um objetivo chave para a cidade.

Assim, sistematizam-se neste diagnóstico urbanístico algumas das principais potencialidades e problemas detetados no Parque da Trincheira (Tabela 1). Tal diagnóstico é indispensável para informar qualquer ação de requalificação do local que no futuro a autarquia possa vir a levar a efeito, nomeadamente no âmbito dos instrumentos de gestão territorial, como seja a figura do Plano de Pormenor.

	Aspetos Positivos	Aspetos Negativos	Proposta
Espaço Global	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dimensão ± 3ha;</li> <li>- Combinação entre zonas de sombra e zonas abertas;</li> <li>- Enquadramento favorável / central na malha urbana;</li> <li>- Valor histórico, com origem na década de 1930;</li> <li>- Valor cultural, único parque da cidade;</li> <li>- Piscina Municipal inserida no parque;</li> <li>- Possibilidade de organização de eventos ao ar livre e de lazer;</li> <li>- Mancha verde, arborizada com vantagens ambientais;</li> <li>- Equipamentos da envolvente (casa da cultura, jardim de infância, academia de música);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Muitos espaços degradados/vazios;</li> <li>- Falta de infraestruturas/ mobiliário urbano;</li> <li>- Zonas de circulação pedonal degradadas e sem pavimentação;</li> <li>- Falta de ligação entre a piscina Municipal e o parque;</li> <li>- Falta de manutenção;</li> <li>- Tubos de escoamento da piscina ao descoberto;</li> <li>- Colocação desordenada dos caixotes do lixo;</li> <li>- Falta de segurança;</li> <li>- Colocação de quadros elétricos em troncos;</li> <li>- Iluminação insuficiente;</li> <li>- Pontos de água existentes em estruturas não</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Zonas de circulação pavimentadas, com dois tipos de pavimentos, para circulação pedonal e ciclovias;</li> <li>- Criação de espaço com ligação entre o recinto da piscina e a zona 2;</li> <li>- Colocação de caixotes do lixo em pontos estratégicos, assim como papeleiras e cinzeiros;</li> <li>- Criação de mais iluminação;</li> <li>- Implementação de fontes em pontos estratégicos;</li> <li>- Restauração de pio;</li> <li>- Plantação de escalracho (tipo de relva sem grandes custos de manutenção);</li> <li>- Restauração dos muros;</li> <li>- Implementação de aparcamentos para</li> </ul>
Espaço Global			

		<p>próprias e não funcionais;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Muros degradados;</li> <li>- Inexistência de ciclovias;</li> </ul>	<p>bicicletas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Placa informativa com rota cultural e ambiental;</li> </ul>
Zona 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Combinação entre zonas de sombra e zonas abertas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Piso em terra batida;</li> <li>- Falta de gradeamento, com risco de queda;</li> <li>- Espaço vazio;</li> <li>- Mobiliário urbano degradado;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colocação de vedação para proteção e segurança;</li> <li>- Implementação de relva em tapete;</li> <li>- Remodelação do mobiliário urbano (bancos de jardim em madeira);</li> </ul>
Zona 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Combinação entre zonas de sombra e zonas abertas;</li> <li>- Zona com possível ligação à piscina;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Zona vazia, por aproveitar;</li> <li>- Falta de manutenção;</li> <li>- Colocação desordenada dos caixotes do lixo;</li> <li>- Tubos de escoamento da piscina ao descoberto;</li> <li>- Piso em terra batida;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação de relva em tapete;</li> <li>- Colocação de chuveiro lava-pés;</li> <li>- Mobiliário urbano (espreguiçadeiras de apoio à piscina em polipropileno);</li> </ul>

Zona 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Combinação entre zonas de sombra e zonas abertas;</li> <li>- Elemento Histórico;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de manutenção do espaço;</li> <li>- Piso em terra batida;</li> <li>- Mobiliário urbano degradado;</li> <li>- Falta de gradeamento, com risco de queda;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação de relva em tapete;</li> <li>- Remodelação do mobiliário urbano (Bancos de jardim em madeira)</li> <li>- Placa informativa com rota cultural e ambiental;</li> </ul>
Zona 4	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Localização, próxima da piscina;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mobiliário urbano degradado;</li> <li>- Casas de Banho degradadas e fechadas;</li> <li>- Piso em terra batida</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recuperação e reestruturação das casas de banho;</li> <li>- Implementação de relva em tapete;</li> <li>- Criação de um Quiosque/Snack-bar;</li> </ul>
Zona 5	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Zona de grandes dimensões;</li> <li>- Zona de sombra;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pontos de água existentes em estruturas não próprias e não funcionais;</li> <li>- Mobiliário urbano degradado;</li> <li>- Piso em terra batida</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação de fonte, em substituição do ponto de água;</li> <li>- Colocação de equipamento urbano destinado a zona de merendas;</li> <li>- Implementação de relva em tapete;</li> </ul>

Zona 6	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Elemento histórico (Pérgula);</li> <li>- Zona com vista sobre a cidade e sua envolvente;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ladeado de arvoredo de grandes dimensões, que impedem a vista;</li> <li>- Falta de manutenção;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Restaurar da pérgula;</li> <li>- Desbastar arvoredo ao redor, para visualização da cidade e sua envolvente;</li> <li>- Colocação de binóculo de visualização;</li> </ul>
Zona 7	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaço amplo;</li> <li>-Espaço para palco e para plateia pavimentados;</li> <li>- Zona plana;</li> <li>- Acesso direto por escadas à zona 9;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mobiliário urbano e pavimento degradado;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Remodelação do pavimento e do mobiliário urbano;</li> <li>- Limpeza e restauração do espaço;</li> <li>- Espaço destinado a eventos ao ar livre;</li> </ul>
Zona 8	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Zona aberta;</li> <li>- Monumento escultórico;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Piso em terra batida;</li> <li>- Zona de circulação;</li> <li>- Mobiliário urbano degradado;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Remodelação do mobiliário urbano;</li> <li>- Colocação de pavimento, com separação entre a zona do monumento e a zona de circulação;</li> <li>- Valorização do monumento;</li> </ul>

Zona 9	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Monumento do Duplo Centenário da Independência e Restauração de Portugal;</li> <li>- Acesso vertical à zona 7;</li> <li>- Zona plana;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Piso num dos lados em terra batida e vazio;</li> <li>- Pavimento degradado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Restauração do Monumento;</li> <li>- Colocação de pavimento ao redor;</li> <li>- Colocação de Equipamento infantil, com respetivo pavimento exigido por lei, com acesso à zona 10;</li> <li>- Colocação de mobiliário urbano;</li> </ul>
Zona 10	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Banco em meia-lua, com brasão da cidade;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Zona degradada;</li> <li>- Falta de manutenção do espaço;</li> <li>- Piso em terra batida;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Restauração do banco em meia-lua;</li> <li>- Colocação de pavimento e mobiliário urbano;</li> <li>- Colocação de Mobiliário infantil, com acesso à zona 9 e ao patamar inferior, com o respetivo pavimento exigido por lei;</li> </ul>
Zona 11	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fonte dos Namorados;</li> <li>- Ponto de água;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Zona degradada;</li> <li>- Falta de manutenção;</li> <li>- Piso em terra batida;</li> <li>- Mobiliário urbano</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Restauração da Fonte dos Namorados;</li> <li>- Colocação de mecanismo de utilização incorporada na Fonte</li> </ul>

		degradado;	dos Namorados;  - Colocação de pavimento;  - Remodelação do mobiliário urbano;
Zona 12	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Zona de grande dimensão;</li> <li>- Existência de pouco desnível;</li> <li>- Área destinada à prática de exercício físico;</li> <li>- Combinação entre zonas de sombra e zonas abertas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de mobiliário urbano para a prática de exercício físico;</li> <li>- Falta de manutenção;</li> <li>- Piso em terra batida;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaço organizado com diferentes pavimentos para diferentes práticas desportivas;</li> <li>- Colocação de mobiliário urbano destinado à prática desportiva;</li> </ul>
Zona 13	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Banco em pedra granítica;</li> <li>- Combinação entre zonas de sombra e zonas abertas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de Manutenção;</li> <li>- Piso em terra batida;</li> <li>- Zona degradada;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Restauração do Banco em pedra granítica;</li> <li>- Colocação de pavimento;</li> </ul>

Tabela 1: Aspetos positivos, negativos e proposta para a intervenção sugerida para o Parque da Trincheira.

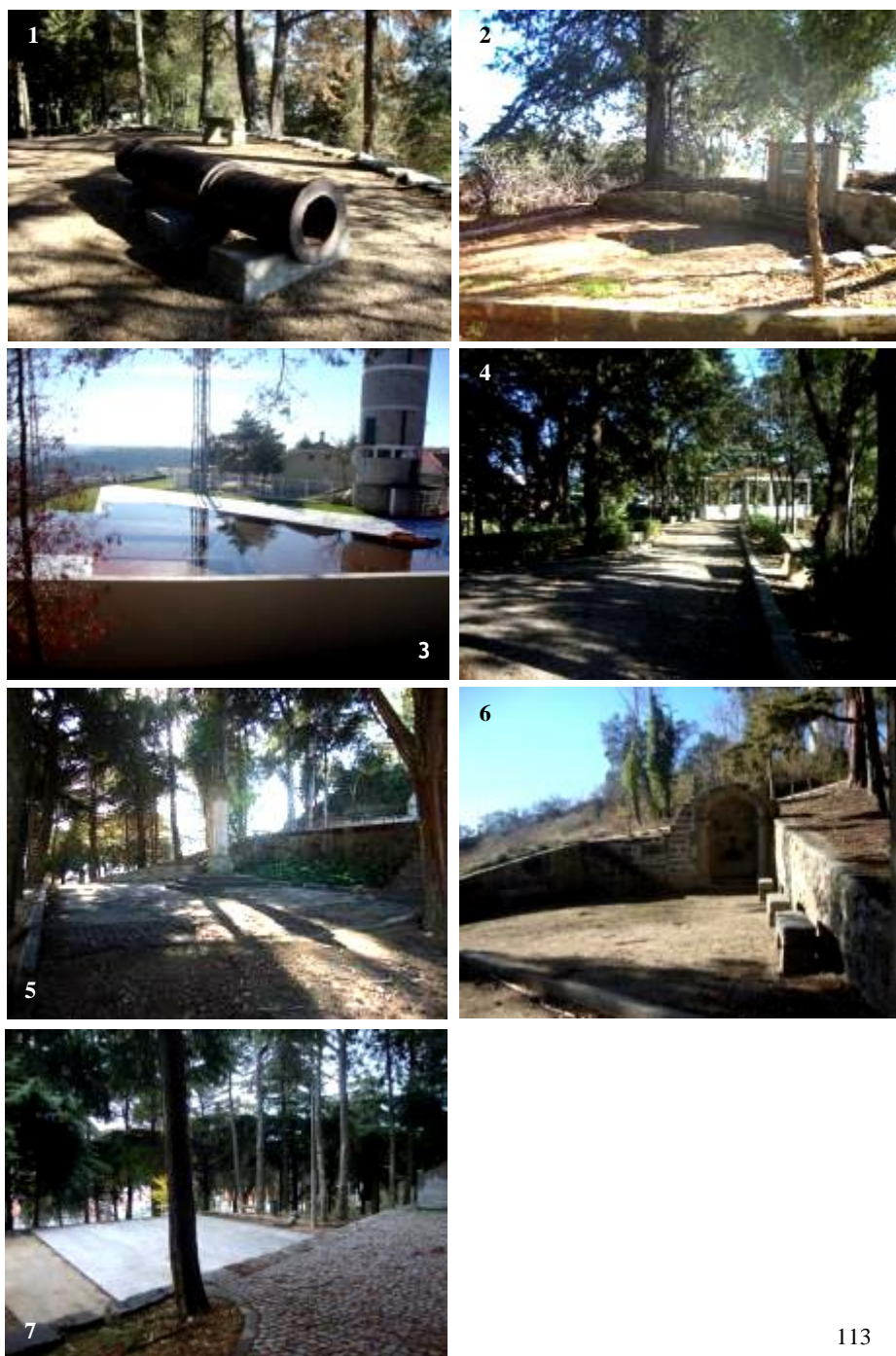
## A - Aspetos Positivos

Relativamente aos aspetos positivos, não fazendo a distinção pelas 13 zonas, a área de estudo possui de um modo geral, diversos aspetos que a favorecem. Possui grandes dimensões à escala da cidade, tem diversos apontamentos históricos dispersos pelos diversos taludes, zonas de escarpas com variadíssimas espécies de arvoredo e é constituída por espaços de combinação entre zonas de sombras e zonas mais abertas à exposição solar. Inclui vários percursos com vários desníveis e alguns espaços pavimentados que permitem a organização de eventos ao ar livre. Existem diversos pontos de água e a piscina municipal descoberta da cidade, como equipamento marcante. Apesar destes aspetos positivos, não é um espaço atrativo para a população, sendo preterido quer por residentes quer por visitantes (figuras 112 e 113).



112

Fig.112: Levantamento fotográfico. 1, 2 e 3 - Várias vistas panorâmicas da área de estudo, em três zonas distintas, para mostrar a dimensão do Parque e como este se encontra elaborado.



113

Fig.113: Levantamento fotográfico. 1 - Apontamento histórico, caracterizante da área de estudo. Canhão encontra-se num local erguido. 2 - Apontamento histórico. Um banco no Parque com a oitava rima «Pinhel Cidade Nova, Vila Antiga» do Padre Nascimento da Silveira, em azulejo. 3 - Piscina Municipal descoberta remodelada e inaugurada em Agosto de 2017. 4 - A Pérgola, mais um apontamento histórico do Parque. Pode-se observar na imagem o arvoredo em redor e o pavimento em gravilha até ao local. Fonte: Autora da Dissertação. 5 - Apontamento histórico, caracterizante da área de estudo. Monumento erguido em 1940, pelo nome Monumento do Duplo Centenário da Independência e Restauração de Portugal. O pavimento do espaço é em cimento e em terra batida. 6 - Apontamento histórico, Fonte dos Namorado. A fonte é constituída por uma bica com água corrente, sobre esta um azulejo artístico com uma quadra. 7 - Espaço destinado à organização de eventos ao ar livre e com o piso pavimentado, sendo um em calçada e outro mosaico.

## B - Aspectos Negativos

Relativamente aos aspetos negativos, não fazendo a distinção pelas 13 zonas, a área de estudo possui em termos gerais, diversos aspetos menos bons que o desqualificam e afastam os utilizadores. Possui pouca iluminação, poucos percursos pedonais pavimentados ou com condições de conforto à caminhada, que em certos locais se encontram pouco cuidados e muito degradados. Todos os equipamentos urbanos que constituem o parque encontram-se envelhecidos e desgastados, nomeadamente os elementos do mobiliário urbano, como mesas, bancos, casas de banho e até mesmo os apontamentos históricos estão abandonados e sem a devida manutenção e preservação. Podem-se encontrar vários pontos de água com estruturas não próprias para o seu consumo, assim como vários caixotes do lixo em locais desapropriados. É constituído por diversas zonas vazias, em terra batida e espaços com falta de gradeamento que garanta a segurança do lugar. Devido aos desníveis que em alguns locais são acentuados, a falta de manutenção e a má gestão/manutenção (poda) das árvores de grande porte, perigam a segurança dos utentes que ainda o utilizam.

Os equipamentos existentes para a prática do desporto ao ar livre, compostos por várias barras de exercícios, encontram-se degradados e sem manutenção, limitando assim a atratividade do espaço. No local da piscina municipal descoberta, a única da cidade, as obras recentes de restauro, cortaram a conexão que tinha anteriormente com o espaço do parque, impedindo que os utilizadores possam circular diretamente entre os dois espaços e o usufruto direto entre o parque e a piscina. Por outro lado, neste local deixou a descoberto no interior do parque, um tubo de escoamento de águas e sem a devida canalização, com algum perigo para os seus utentes.

O parque é utilizado por vezes para eventos ao ar livre, tendo um local próprio para esse efeito. Contudo, a necessidade de colocação de um quadro elétrico próximo do lugar, num dos troncos de uma das muitas árvores, diminuiu as questões de segurança do local.

Desta forma, é possível uma requalificação e valorização do espaço nos aspetos apontados como negativos, de forma a unificar e dinamizar todo este espaço (figuras 114, 115, 116 e 117).



114

Fig.114: Levantamento fotográfico. Vista panorâmica em zona distinta da área de estudo, expondo as zonas de circulação pedonal degradadas e em terra batida.



116

Fig.115: Levantamento fotográfico. Vista panorâmica em zona distinta da área de estudo, expondo as zonas de circulação pedonal degradadas e em terra batida. Fonte: Autora da Dissertação.

Fig.116: Levantamento fotográfico. 1 - Perspetiva do espaço que se encontra constituído por diversos equipamentos urbanos muito degradado e sem manutenção, bem como as casas de banho. Espaço amplo em gravilha e terra batida, pouco cuidado. 2 - Um banco no Parque com a oitava rima «Pinhel Cidade Nova, Vila Antiga» do Padre Nascimento da Silveira, em azulejo. O banco encontra-se degradado, sem leitura correta da rima, sem manutenção e o piso é em terra batida. 3 - Perspetiva de uma zona vazia junto ao Monumento do Duplo Centenário da Independência e Restauração de Portugal, em terra batida e sem manutenção. 4 - Perspetiva do espaço à entrada da área de estudo, com colocação desordenada dos caixotes do lixo, sem manutenção. 5 e 6 - Perspetiva de espaços com pontos de água corrente com estruturas não próprias e sem manutenção.



117

Fig.117: Levantamento fotográfico. 1 - Zona destinada à prática de atividade física ao ar livre, sem grandes estruturas para tal e com barras em madeira degradadas, zona sem manutenção. 2 - Área degradada, sem arranjo, sem manutenção e sem gradeamento para segurança do local devido ao desnível. 3 e 4 - Perspetivas de dois espaços deixados ao abandono devido à restauração da Piscina Municipal, piso em terra batida, sem manutenção e em plena degradação. 5 - Perspetiva de um tubo de escoamento saído da Piscina Municipal ao descoberto, zona sem manutenção e degradada. 6 - Perspetiva de um tronco de uma das árvores que constituem o Parque com um quadro elétrico improvisado e deixado ao esquecido. Este quadro deveria ter sido utilizado para algum evento feito ali ao ar livre.

### 5.4.3 - Enquadramento no Plano Diretor Municipal de Pinhel

O Plano Diretor Municipal de Pinhel (PDMP) publicado a 11 de maio de 1995, encontra-se em revisão, estando em conformidade com os demais regulamentos urbanísticos previstos para o concelho. Desta forma, o PDMP inclui o regulamento de gestão territorial e a planta de ordenamento, de forma a estabelecer um modelo coerente do desenvolvimento do concelho.

Pela análise do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, referida no Capítulo 4 é importante para que a proposta seja apresentada corretamente, sendo que estará condicionada à classificação do solo, usos e condicionantes do mesmo, ou seja à conformidade com o PDMP.

#### A - Usos do Solo

Em termos de usos do solo e segundo o regulamento do PDMP<sup>186</sup>, a área de estudo encontra-se inserida na Área Urbana e Urbanizável. Nesta classe de espaço estão incluídos “os espaços delimitados nas cartas de ordenamento e designados por áreas urbanas e urbanizáveis” (Capítulo II, Art.º 5).

Através da análise da Planta de Ordenamento do PDMP, verifica-se que a área de estudo está classificada como referido anteriormente nas áreas Urbanas e Urbanizáveis na categoria de uso do solo correspondente a Equipamentos Existentes (Art.º 12) na qual se estabelecem as seguintes regras:

- *As áreas destinadas a equipamentos públicos ou privados e espaços livres públicos encontram-se delimitadas nas cartas de ordenamento;*
- *As áreas de equipamentos ou de reserva de equipamentos públicos ou privados e os espaços livres públicos referidos nas cartas de ordenamento não poderão ter destino diverso do definido no presente Plano;*
- *Todos os equipamentos públicos deverão prever, no interior do respetivo lote, o estacionamento suficiente ao seu normal funcionamento.*

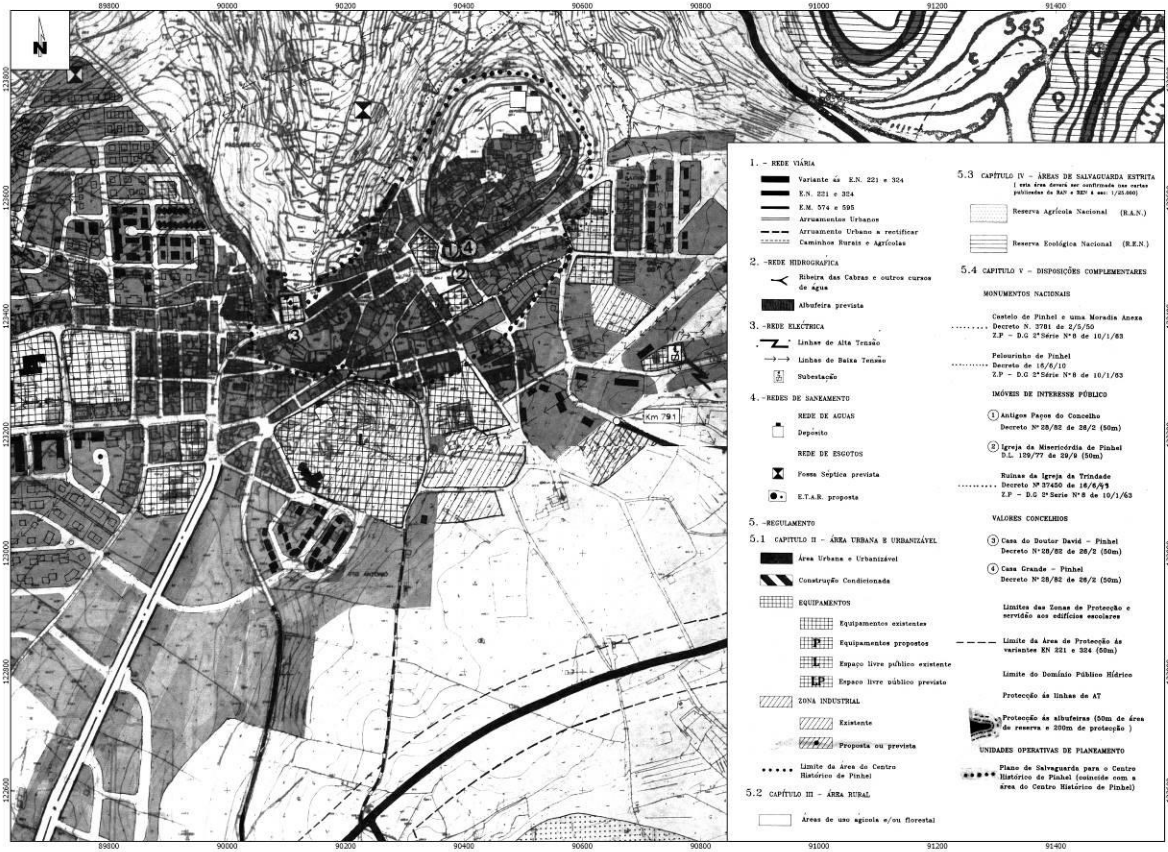
Ora estabelece ainda (Art.º 13) que a autarquia local “estabelecerá normas que garantam a plantação de árvores nas áreas a urbanizar, no sentido de melhorar as condições ambientais e de conforto bio-climático”. Contudo, não se conhecem tais regras (figura 118).

---

<sup>186</sup> Plano Diretor Municipal de Pinhel

## B - Condicionantes aos usos do solo

Relativamente às condicionantes, verifica-se que a área de estudo, não está inserida nas Áreas de Salvaguarda Estrita, da Reserva Agrícola Nacional nem na reserva Ecológica Nacional (figura 118).



118

Fig.118: Extrato da Carta de Ordenamento da Cidade de Pinhel - PDM 1995 - Escala 1:5.000. Fonte: Dr. Pedro Venâncio, Cartógrafo da Câmara Municipal de Pinhel.

## **Capítulo 6 - Estratégias de valorização e requalificação urbana**

Através dos conteúdos teóricos e práticos anteriormente desenvolvidos, este capítulo apresentará um conjunto de estratégias e boas práticas que visam contribuir para valorizar e requalificar o Parque da Trincheira de Pinhel. Neste sentido revelou-se pertinente repensar este local ao nível de uma série de propostas, estratégicas ou simplesmente recomendações a seguir que contribuam para melhorar a sua fruição ao nível dos residentes e utentes. Desta forma, as sugestões propostas incidirão na apresentação de um conjunto de boas práticas para as diversas Zonas do Parque da Trincheira. Como referido desde o início, não constitui objetivo desta dissertação apresentar para a área de estudo uma solução de desenho urbano formal à escala 1/1000 ou 1/2000, características deste tipo de intervenção. Tal iniciativa ficará a cargo da autarquia, e pretende-se que possa contar com a opinião dos Pinhelenses dando resposta às suas expectativas face a este espaço, bem como com a correta adequação ao orçamento e objetivos da autarquia para o local. Certo é que todos os agentes envolvidos, autarquia, população em geral e projetistas, concordam com a necessidade de repensar este espaço, devolvendo-o à população local.

## **6.1 - Descrição geral das recomendações de requalificação urbana**

De modo geral, a necessidade de revalorizar o Parque da Trincheira, surge como resultado do diagnóstico urbanístico apresentado no Capítulo 5, na Tabela 1, que descreve os principais pontos positivos e negativos que a área de estudo apresenta, estando estes discriminados como Espaço Global e 13 Zonas. Pretende-se valorizar o Parque da Trincheira, restituindo-lhe o seu valor histórico e ambiental como parque urbano de referência, tornando-o no pulmão verde da cidade e no elemento central do seu contínuo natural.

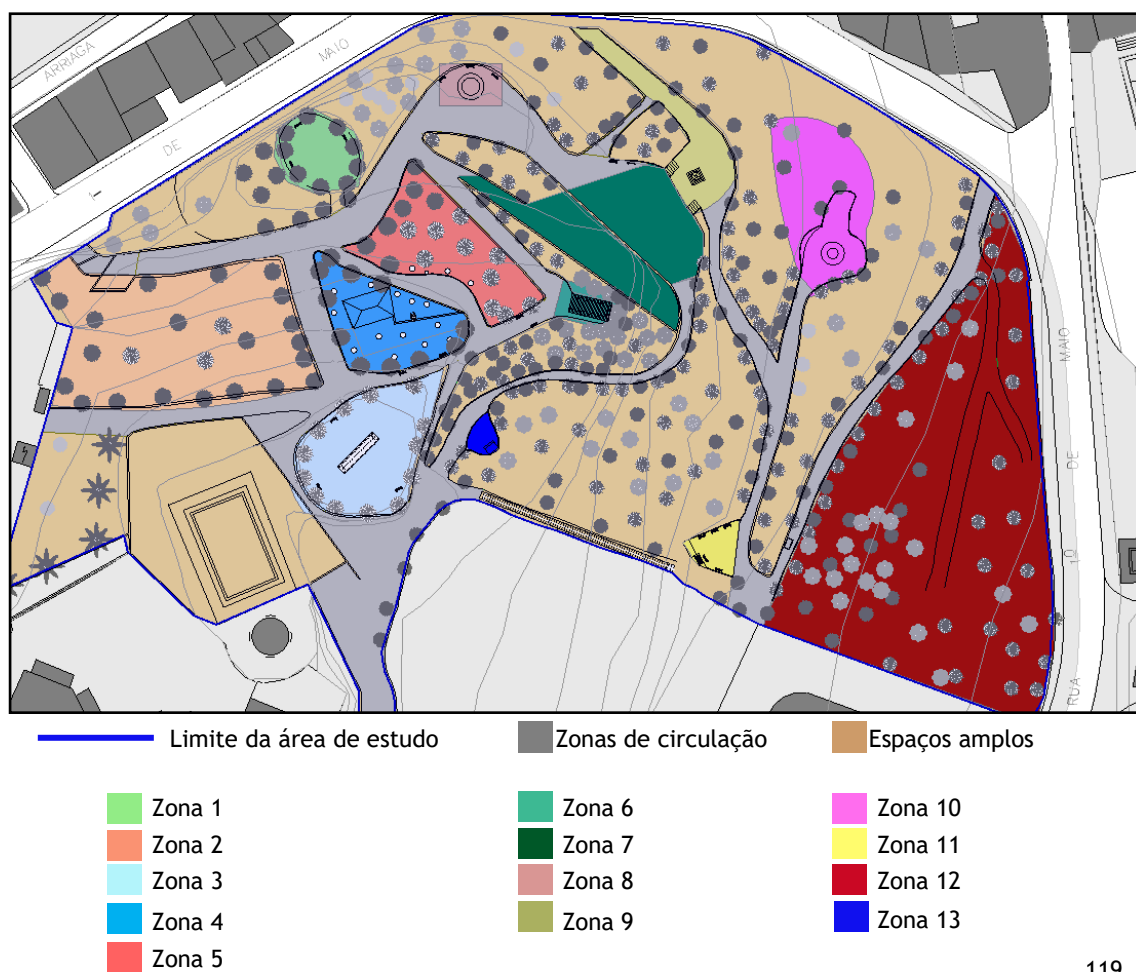
Pretende-se devolver-lhe o papel de lugar procurado pelos habitantes, recolocando-o no mapa mental dos pinhelenses, apto para desempenhar com propriedade as funções associadas aos espaços verdes urbanos, promotor de uma melhor qualidade de vida da população. Um parque que desempenhe as suas funções ambiental, de regularização climática e de purificação atmosférica, social, de ligação ao convívio e ao relacionamento da comunidade e económica, salientando-se a importância das paisagens atrativas, como meio de aumentar a afluência ao local, como destino a visitar, turístico, capaz de originar receitas e criar postos de trabalho. Aspetos estes confirmados no Capítulo 3.

Pretende-se que a área de estudo possa vir a ser um espaço seguro, sem perigos para os seus utilizadores, para que possam usufruir em plenitude das funções que oferece, tornando-se um local com vigilância permanente.

Como se verificou no Capítulo 4 relativo a aspetos sobre a estrutura verde e ecológica, estes locais não devem apenas integrar componentes ambientais e cénicos, mas também outros equipamentos para o uso do público, que sejam seguros para os seus utilizadores.

Como referido anteriormente no Capítulo 5, Tabela 1, onde se descreveram os pontos positivos e negativos da área de estudo, foram destacadas 13 zonas de estudos nas quais as

recomendações se centrarão em propostas ora mais profundas, ou seja com maiores alterações face à situação atual, ora mais leves, ou seja com menores alterações face à situação atual que será preferencialmente mantida no todo ou em parte (figura 119). Para as restantes áreas do parque fora das 13 zonas, propõe-se uma ação mais regular e eficaz de limpeza, desbaste de árvores e manutenção dos elementos de mobiliário urbano. Existem, portanto, locais que se propõe permanecerem como atualmente, ainda que objeto de uma ou outra ação, como seja a sua dotação de pavimentação mais adequada à circulação pedonal e à criação de ciclovias.



119

Fig.119: Planta de identificação das Zonas de intervenção. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

Deste modo, poder-se-ão observar as alterações entre a situação atual (figura 120) e as recomendações propostas (figura 121) para este espaço verde público.

Antes

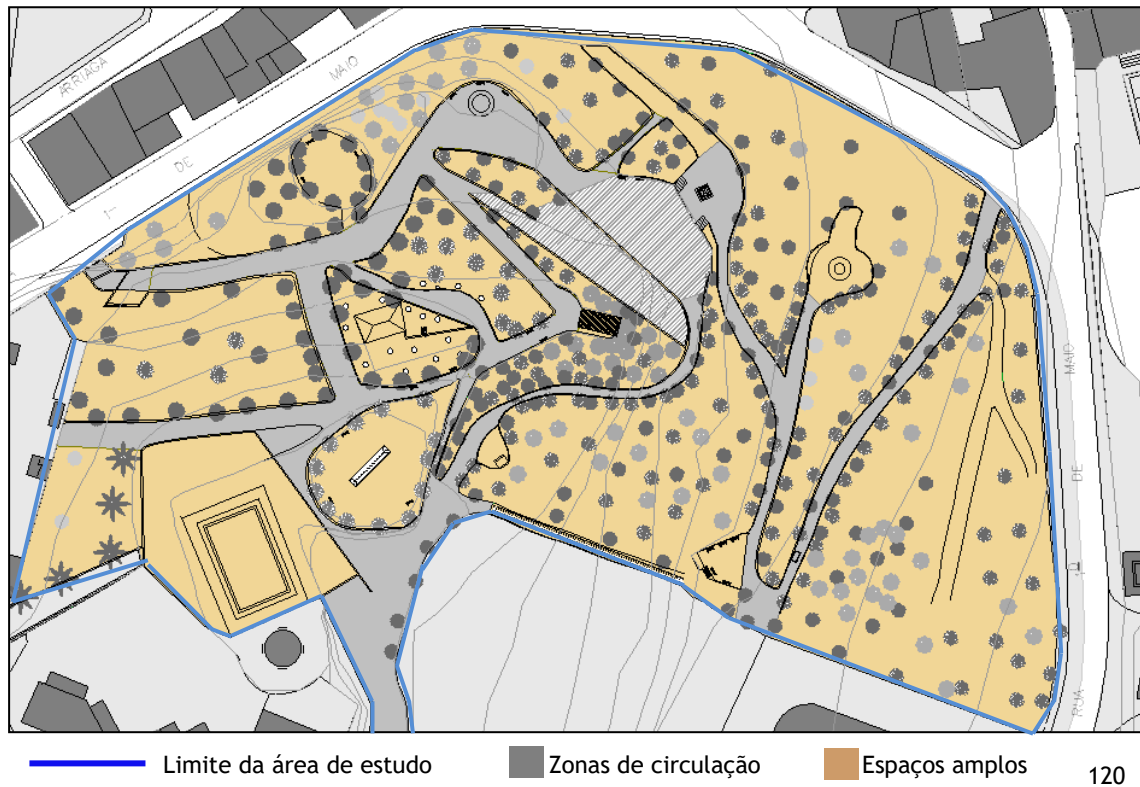


Fig.120: Planta atual do Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

As alterações sugeridas para este espaço (figura 121), passam essencialmente pela alteração do pavimento em algumas Zonas, a plantação e aplicação de relva mais adequada para cada Zona, a remodelação do mobiliário urbano e a restauração de alguns elementos históricos. Estes aspetos serão apresentados seguidamente nesta dissertação de modo mais pormenorizado.

Depois



- |  |  |  |                             |
|--|--|--|-----------------------------|
|  | Limite da área de estudo   |  | Zonas de circulação pedonal |
|  | Espaços amplos destinados à plantação de escalracho  |  | Zona de ciclovia            |
|  | Zonas com aplicação de relva em tapete (Zona 1,2,3,4 e 5)  |  |                             |
|  | Zona com pavimento em betuminoso colorido, destinado ao parque infantil (envolvente à Zona 9 e 10)       |  |                             |
|  | Zonas de estar com pavimento em blocos de pavimentação de betão de cor acinzentada (Zona 8,9,10,11 e 13) |  |                             |
|  | Zona de corrida (Zona 12)  |  |                             |
|  | Zona de para prática de exercícios livres ou em grupo ao ar livre (Zona 12)                              |  |                             |
|  | Zona com aparelhos fitness para prática de exercício ao ar livre (Zona 12)                               |  |                             |

121

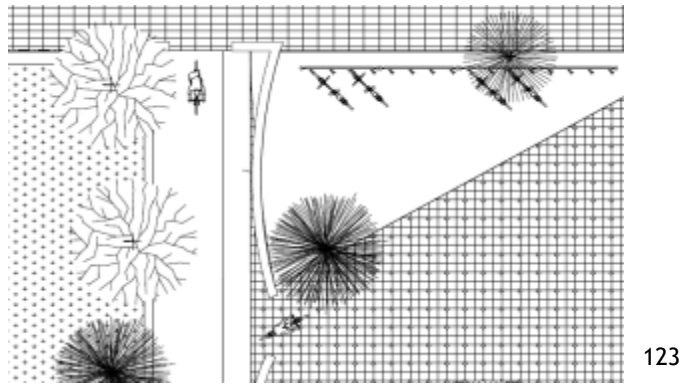
Fig.121: Planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, com as alterações sugeridas. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

Nas zonas de circulação, o princípio mais evidente é a criação de condições para os peões e para as bicicletas, com os respetivos pavimentos apropriados, visto que estas zonas se encontram degradadas e sem pavimento. O material a utilizar no pavimento que é proposto para a zona de circulação é o betuminoso colorido<sup>187</sup>, em cinza para a zona pedonal com o perfil de 1,20 m de largura e em vermelho para zona de ciclovia com o perfil de 1,50 m de largura (para cada um dos sentidos). Assim, todas as zonas de circulação poderão funcionar como percursos pedonais e algumas delas, paralelamente como zonas de ciclovias. Neste caso, as ciclovias deverão estar interligadas entre si e dando acesso a todas as saídas/entradas do Parque (figura 122). Para a arrumação ou estacionamento das bicicletas são sugeridos alguns equipamentos, colocados em locais estratégicos do Parque, de fácil acesso e bem visíveis. Tenta-se aproveitar o trajeto da ciclovia, para a colocação destes equipamentos, um junto à entrada principal, o segundo situado na zona central do Parque perto da Zona infantil e o restante na entrada Sudoeste do Parque (figura 122, 123 e 124).



<sup>187</sup>Betuminoso Colorido é um pavimento drenante, destinado para pavimentos pedonais e clicáveis, estando disponível em todas as cores.

Fig.122: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, com representação das ciclovias e respetiva arrumação ou estacionamento das bicicletas. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]



É de salientar que a sugestão para a criação das ciclovias tem o intuito de promover a prática do exercício físico e conseqüentemente contribuir para uma melhor condição física dos seus utilizadores. Ora, em aglomerados de pequena dimensão como é a cidade de Pinhel, estas ações também elas simples, que implicam poucos recursos financeiros ou técnicos para se concretizarem, poderão fazer a diferença, nomeadamente face às práticas anteriores de ausência ou escassez de ações de qualificação dos espaços públicos.

Nos espaços amplos do Parque, as recomendações propostas passam essencialmente pela limpeza dos espaços e a sua manutenção, com ações regulares de poda ou limpeza de árvores, colocação de iluminação e plantação de escalracho<sup>188</sup> (um tipo de relva sem grandes custos de manutenção). Sugere-se com isto a criação de zonas de repouso, zonas para caminhar e para simplesmente para e observar. Tais premissas serão reforçadas através da plantação de escalracho que permite aos seus utilizadores caminhar ou simplesmente sentarem-se sobre o relvado, observando e desfrutando da sua envolvente que é a natureza. Quanto à limpeza, com o auxílio da poda das árvores o espaço relevar-se-á mais limpo, espaçoso e com pontos de observação mais cuidados e aprazíveis.

<sup>188</sup> O escalracho é uma espécie vegetal muito resistente, de reduzida manutenção, que permite ter um espaço verde e cuidado por longos períodos de tempo. É uma espécie que não precisa de muita água e que aguenta bem o pisoteio de animais e de pessoas.

Fig.123: Extrato da planta com espaço e possível equipamento para suporte das bicicletas. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

Fig.124: Reading do espaço e possível equipamento para suporte das bicicletas. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

## Zona 1



Na Zona 1, a necessidade de repensar o espaço surge pela falta de gradeamento que garanta a sua segurança, visto ser um espaço de declive. Propõe-se a remodelação do mobiliário urbano e o tratamento do solo, visto ser em terra batida. Esta zona é relativamente próxima da entrada principal do parque, pelo que se sugere a criação de uma zona de estar, com a aplicação de relva em tapete<sup>160</sup>, para o conforto dos utentes. A colocação de bancos de jardim em madeira com costas, proporcionará um melhor conforto e a aplicação do gradeamento em ripas de madeira assegurará a segurança do espaço.



Fig.125: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 1. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala].

Fig.126: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 1. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 1. Parque da Trincheira de Pinhel.

Antes



126.1

Depois



126.2

## Zona 2



Na Zona 2, sugere-se a ligação da piscina municipal ao interior do Parque, visto ser um espaço de grandes dimensões, que facilitaria o convívio entre utilizadores de ambos os locais, tornando-os mais interligados, complementares e articulados. É pretendida a criação de um espaço com a aplicação de relva em tapete <sup>190</sup>, para um maior conforto dos utentes, podendo simplesmente esticar a toalha e usufruir do sol ou da sombra, proporcionada pelas diversas espécies de árvores que povoam esta zona. Sugere-se a colocação ao longo deste espaço de espreguiçadeiras em polipropileno <sup>191</sup>, mais uma vez para o conforto e bem-estar dos utentes, assim como de caixotes do lixo e chuveiros lava-pés, em pontos estratégicos a definir, e ainda a criação de um portão na vedação da piscina para assegurar a ligação entre estes espaços.



<sup>190 e 191</sup> A relva em tapete é uma opção com inúmeras vantagens, nomeadamente ter uma aplicação rápida e uniforme e ser muito resistente, pois a relva já integra uma base de terra vegetal, o que dificulta, numa fase inicial, o crescimento de plantas infestantes.

Antes



128.1

Depois



128.2

Fig.127: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 2. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

Fig.128: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 2. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 2. Parque da Trincheira de Pinhel

## Zona 3



Zona 3

129

Na Zona 3, pretende-se mais uma vez criar um espaço de lazer. A proposta para esta zona surge da falta de gradeamento para segurança dos utentes, visto ser um espaço de declive, na remodelação do mobiliário urbano e no tratamento do solo, visto ser em terra batida. É sugerida a colocação de relva em tapete<sup>192</sup>, bancos de jardim em madeira com costas, assim como de um gradeamento em ripas de madeira para garantir a segurança. Esta zona é complementada com um elemento histórico, o Canhão, pelo que pretende-se que seja relvada para melhor visualização sobre o elemento histórico, ou simples usufruto da natureza. Sugere-se a criação de uma placa interativa e explicativa que assinala o interesse do local, a colocar à entrada desta zona, com referências ao Canhão - Placa da Rota Cultural e Ambiental, a espalhar por outros locais do Parque.



<sup>192</sup> A relva em tapete é uma opção com inúmeras vantagens, nomeadamente ter uma aplicação rápida e uniforme e ser muito resistente, pois a relva já integra uma base de terra vegetal, o que dificulta, numa fase inicial, o crescimento de plantas infestantes.

Antes



130.1

Depois



130.2

Fig.129: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 3. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

Fig.130: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 3. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 3. Parque da Trincheira de Pinhel.

## Zona 4



 Zona 4

132

Na Zona 4, a necessidade de intervenção passa essencialmente pela melhoria do parque de merendas degradado, assim como das casas de banho encerradas e ainda no tratamento do solo. É proposta para esta Zona a restauração das casas de banho públicas e a criação de um quiosque/snack-bar, assim como a colocação de relva em tapete<sup>193</sup>. Pretende-se que este espaço seja um lugar de convívio e apoio, oferecendo aos utentes os serviços de quiosque/snack-bar com uma zona de esplanada, constituída por bancos e mesas em troncos de árvores com o solo todo relvado, para um maior usufruto da natureza. O quiosque/snack-bar dará resposta à necessidade estabelecer um ponto chamativo para a população se deslocar ao Parque, e ali desfrutar não só da natureza e do meio envolvente, mas também de serviços que permitam o encontro e a garantia alguma oferta de cafetaria e comidas rápidas. As casas de banho públicas seriam de acesso livre para todo o Parque.



<sup>193</sup> A relva em tapete é uma opção com inúmeras vantagens, nomeadamente ter uma aplicação rápida e uniforme e ser muito resistente, pois a relva já integra uma base de terra vegetal, o que dificulta, numa fase inicial, o crescimento de plantas infestantes.

Antes



133.1

Depois



133.2

Fig.132: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 4. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

Fig.133: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 4. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 4. Parque da Trincheira de Pinhel.

## Zona 5



Zona 5

134

Na Zona 5, a intervenção proposta surge na sequência da Zona 4 da qual se pretende que venha a ser a continuidade, como lugar de convívio e de estar. Surge a necessidade da criação de um novo parque de merendas, ficando este próximo da piscina municipal, do quiosque/snack-bar e ainda das casas de banho públicas. Esta Zona atualmente um espaço amplo e de grandes dimensões, com muita sombra seria dotada de diversos elementos do mobiliário urbano, mesas de merendas com bancos e caixotes do lixo em pontos estratégicos. Seria colocada relva em tapete<sup>194</sup>, para maior conforto dos utentes, maior contato com a natureza. Propõe-se ainda, a substituição do ponto de água numa estrutura não própria, por uma fonte com água potável para utilização dos utentes, adequada ao espaço.



<sup>194</sup> A relva em tapete é uma opção com inúmeras vantagens, nomeadamente ter uma aplicação rápida e uniforme e ser muito resistente, pois a relva já integra uma base de terra vegetal, o que dificulta, numa fase inicial, o crescimento de plantas infestantes.

Antes



135.1

Depois

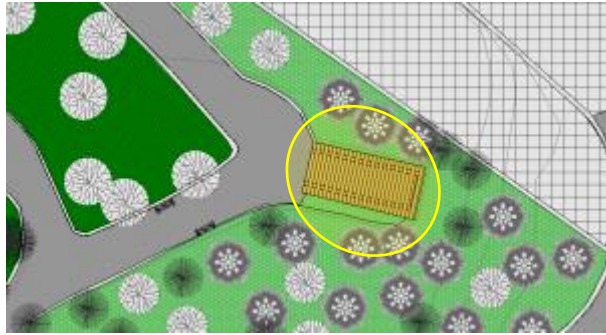


135. 2

Fig.134: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 5. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

Fig.135: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 5. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 5. Parque da Trincheira de Pinhel.

## Zona 6



136

 Zona 6

Na zona 6, existe um elemento histórico, Pérgola, degradada. A intervenção para esta Zona incide na restauração da Pérgola, limpeza do espaço e na colocação de um binóculo de observação, para visualização da cidade e sua envolvente, sendo para isso preciso proceder à poda e à limpeza de algumas das árvores em seu redor. Por fim, e visto existir um elemento histórico, propõe-se a colocação de uma placa interativa e explicativa na entrada desta zona, com referências à Pérgola - Placa da Rota Cultural e Ambiental.



138

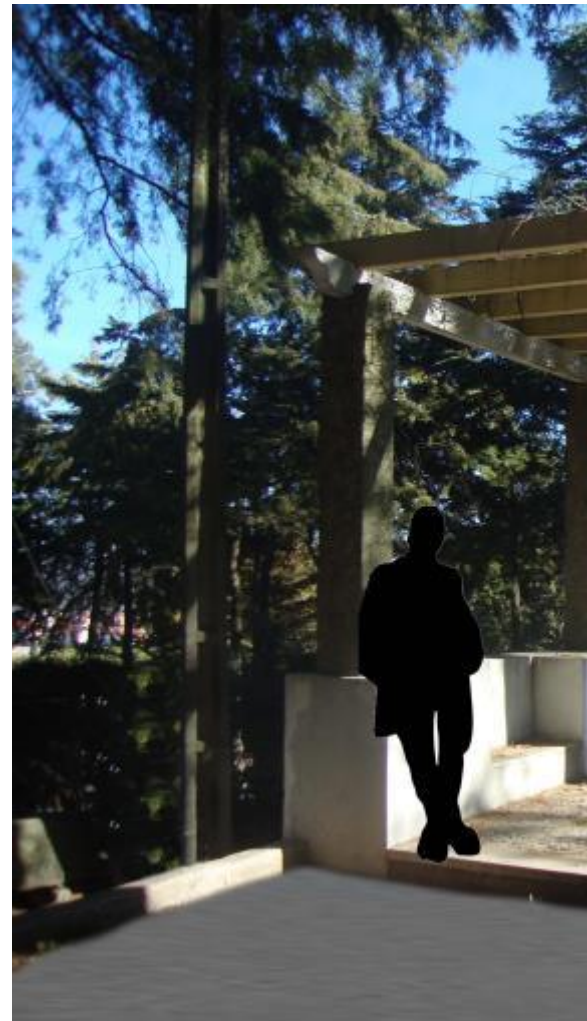


Fig.136: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 6. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

Fig.137: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 6. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 6. Parque da Trincheira de Pinhel.

Fig.138: Placa interativa e explicativa com referências à Pérgola - Placa da Rota Cultural e Ambiental.

Antes



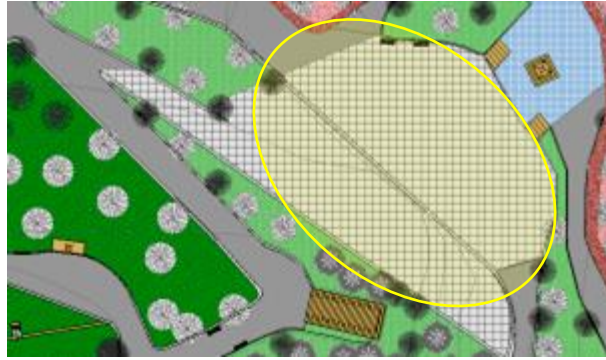
137. 1

Depois



137. 2

## Zona 7



Zona 7

139

Na Zona 7, a necessidade de intervenção passa essencialmente pela colocação de um novo pavimento, remodelação do mobiliário urbano e limpeza do espaço. Trata-se de uma zona plana com espaço para um palco e plateia, destinada à realização de concertos e outros eventos musicais e culturais ao ar livre. Para tal é necessário colocar um pavimento novo, para o qual se propõe a escolha de blocos de pavimentação em betão, de cor acastanhada para conferir uma imagem mais natural e próxima do meio envolvente, visto o existente se encontrar degradado. Assim como a remodelação do mobiliário urbano, com a colocação de bancos de jardim em madeira com costas, como apontamento promotor de maior funcionalidade do local.



Fig.139: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 7. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

Fig.140: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 7. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 7. Parque da Trincheira de Pinhel.

Antes



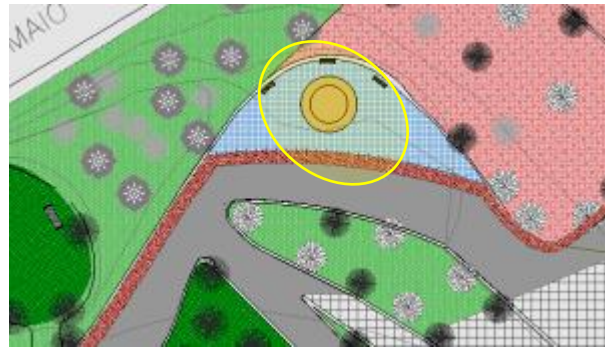
140. 1

Depois



140. 2

## Zona 8



● Zona 8

141

A Zona 8 é constituída por um Monumento Escultórico em pedra granítica e está atualmente em terra batida. Para o local sugere-se a colocação de pavimento em redor do monumento, utilizando como material de construção os blocos de pavimentação em betão de cor acinzentada, tornando o espaço mais limpo e o mais natural possível. Na remodelação do mobiliário urbano, propõe-se a colocação de bancos de jardim em madeira com costas para o conforto dos utentes. A zona de circulação pedonal e a ciclovia atravessam o local, dotadas do respetivo pavimento em betuminoso colorido, como referido anteriormente. Propõe-se assim criar uma zona de estar, com vista sobre a cidade e sobre as Zonas 7 e 5 do Parque.



143



Fig.141: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 8. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

Fig.142: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 8. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 8. Parque da Trincheira de Pinhel.

Fig.143: Placa interativa e explicativa com referências à Pérgola - Placa da Rota Cultural e Ambiental.

Antes



142. 1

Depois



142. 2

## Zona 9



Zona 9

144

Na Zona 9 encontra-se erigido o Monumento do Duplo Centenário da Independência e Restauração de Portugal. A intervenção proposta para o local passa essencialmente pela restauração do monumento, visto se encontrar degradado, na colocação de um novo pavimento, estando o atual em degradação e na limpeza do espaço. Sugere-se a colocação de pavimento em redor do monumento, propondo-se blocos em betão de cor acinzentada, tornando-o o mais natural possível e a colocação de uma placa interativa e explicativa na entrada desta zona, com referências ao Monumento - Placa da Rota Cultural e Ambiental.



146



Fig.144: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 9. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

Fig.145: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 9. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 9. Parque da Trincheira de Pinhel.

Fig.146: Placa interativa e explicativa com referências ao Pelourinho - Placa da Rota Cultural e Ambiental.

Esta Zona, para além da área onde se encontra o monumento integra um amplo espaço vazio em terra batida, no qual se propõe a criação de um parque infantil com a colocação de piso apropriado, betuminoso colorido e equipamento urbano infantil. Para este espaço propõe-se ainda uma ligação vertical, por escadas e escorrega para as crianças, para a Zona 10 e para a Zona 12 (na entrada Sudoeste do Parque), ficando todas interligadas entre si. Pretende-se aqui criar um espaço de diversão e atração para as crianças, confortável para os adultos que as acompanham, equipada com o mobiliário urbano adequado para tal. Assim, os adultos poderão manter um acompanhamento e olhar vigilante sobre as crianças, desfrutando do local e usufruindo do elemento natureza.

Antes

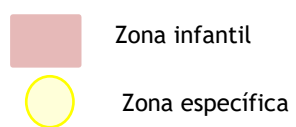


145. 1

Depois



145. 2



147



Fig.147: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona Infantil. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

Fig.148: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona Infantil. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona Infantil. Parque da Trincheira de Pinhel.

Antes



148. 1

Depois



148. 2

## Zona 10



Zona 10

149

A Zona 10 é constituída por um banco de formato meia-lua com o brasão da cidade. Esta zona encontra-se em terra batida e o mobiliário urbano está degradado. Propõe-se o restauro dos bancos e a colocação de um novo pavimento, sugerindo-se os blocos de betão de cor acinzentada, tal como na Zona 9. Pretende-se assim que este local, à semelhança da Zona 9 seja um espaço lazer, estadia ou de pausa no caminhar, a partir do qual se podem acompanhar e observar as crianças que se divertem nas zonas destinadas à diversão infantil, usufruindo da natureza e de todo o espaço de alegria, recreio e brincadeira que este lugar proporcionará aos utentes.



151



Fig.149: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 10. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

Fig.150: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 10. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 10. Parque da Trincheira de Pinhel.

Fig.151: Placa interativa e explicativa com referências ao Banco - Placa da Rota Cultural e Ambiental.

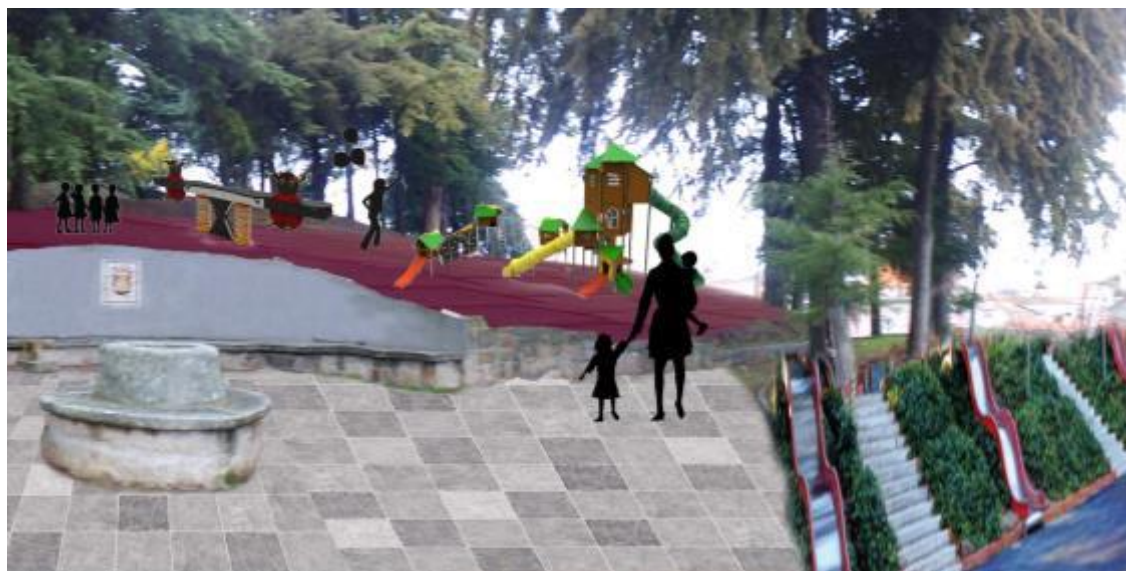
Propõe-se ainda, a colocação de uma placa interativa e explicativa na entrada desta zona, com referências ao banco em meia-lua e seu brasão - Placa da Rota Cultural e Ambiental.

Antes





150. 1

Depois



150. 2



-  Zona infantil
-  Zona específica

152



Fig. 152: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona Infantil. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

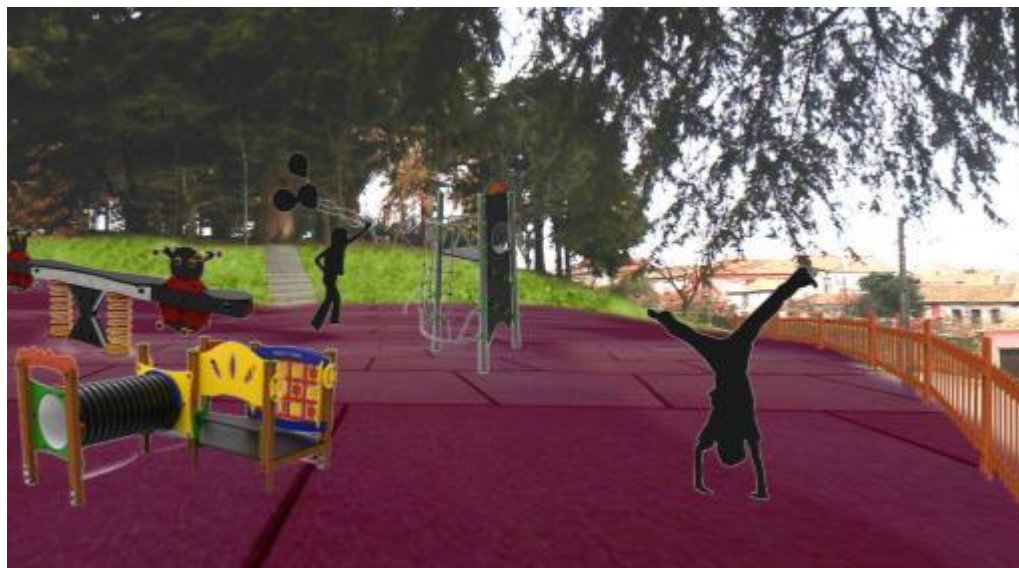
Fig.153: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona Infantil. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona Infantil. Parque da Trincheira de Pinhel.

Antes



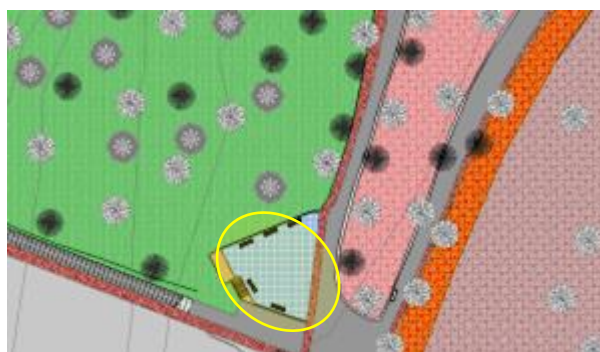
153. 1

Depois



153. 2

## Zona 11



Zona 11

154

Na Zona 11 encontra-se a Fonte dos Namorados visivelmente degradada e ladeada por um recinto em terra batida. Sugere-se o restauro e limpeza da fonte, permitindo aos utentes usufruírem de água potável e a colocação de pavimento, em blocos de betão acinzentados, á semelhança dos das Zonas 9 e 10. Sugere-se também a remodelação do mobiliário urbano, com bancos de jardim em madeira com costas, que permitam a contemplação dos elementos água e natureza. Propõe-se ainda a colocação de uma placa interativa e explicativa na entrada desta zona, com referências à Fonte dos Namorados - Placa da Rota Cultural e Ambiental.



156



Fig.154: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 11. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

Fig.155: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 11. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 11. Parque da Trincheira de Pinhel.

Fig.156: Placa interativa e explicativa com referências à Fonte dos Namorados - Placa da Rota Cultural e Ambiental.

Antes

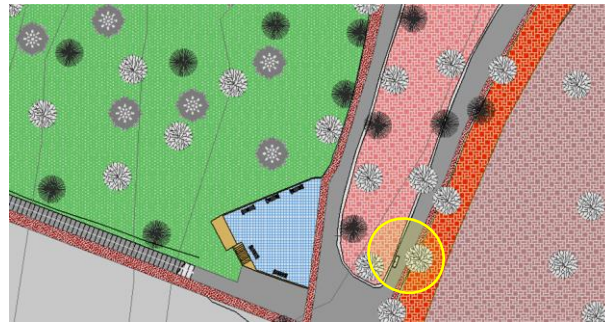


155. 1

Depois



155. 2



Zona referente ao pio

157

Na zona de circulação entre as Zonas 11 e 12, encontra-se um pio antigo degradado. A intervenção proposta para este local é a limpeza e restauração do pio, com uma boca de água de formato tipo mini cascata. Sugere-se manter a presença simbólica da água como elemento que transmite uma sensação de tranquilidade aos cidadãos.



Fig.157: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona do Pio. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

Fig.158: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona do Pio. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona do Pio. Parque da Trincheira de Pinhel.

Antes

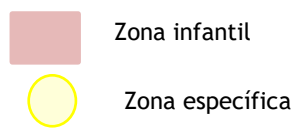


158. 1

Depois



158. 2



159



Fig. 159: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona Infantil. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

Fig.160: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona Infantil. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona Infantil. Parque da Trincheira de Pinhel.

Antes



160. 1

Depois



160. 2

## Zona 12



Zona 12

161

A Zona 12 é um espaço que aparenta ser destinado à prática de exercício físico. É constituído por algumas barras em madeira com diversas alturas e o piso é em terra batida. A intervenção proposta para esta zona passa pela colocação de um novo pavimento adequado à prática de exercício físico ao ar livre. Sugere-se o betuminoso colorido, já mencionado anteriormente, com três cores diferentes, para se distinguirem.



Fig.161: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 12. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

Fig.162: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 12. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 12. Parque da Trincheira de Pinhel.

Antes



162. 1

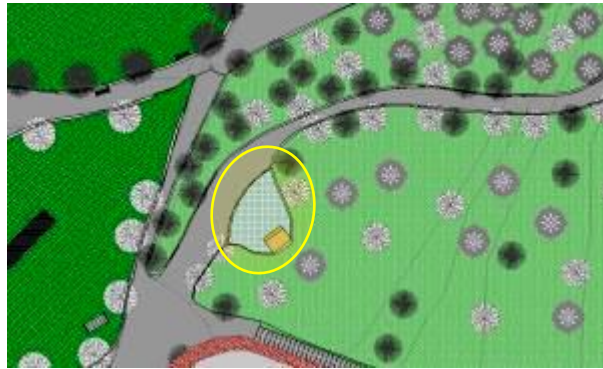
Este espaço é de grandes dimensões, propondo-se assim três compartimentações distintas. Uma para a prática de exercício livre, individual ou em grupo, consoante a necessidade dos utentes, outra com aparelhos de fitness e a última dotada de uma pista em toda a volta do local para a prática de corrida. Pretende-se criar uma zona verdadeiramente vocacionada para a prática desportiva, por forma a dimensionar as valências do parque na sua vertente de lazer e saúde. O que aliado às outras zonas já elencadas proporcionará um leque variado de atividades aos utentes quanto à idealização de se deslocarem ao parque, sempre com um sector adequado às diferentes condições física e psicológica dos utentes, que podem optar pela descompressão através do exercício físico e contacto com a natureza.

Depois



162. 2

## Zona 13



Zona 13

163

A Zona 13 é constituída por um banco de pedra granítica, no qual está inscrita uma quadra alusiva à cidade, é também elemento marcante do Parque. O local encontra-se em terra batido pelo que a proposta passa pela restauração do banco e repavimentação em blocos de betão acinzentados como nas Zonas 9, 10 e 11, tornando o espaço mais limpo e agradável. Propõe-se ainda a colocação de uma placa interativa e explicativa na entrada desta zona, com referências ao Banco e á sua quadra referente à cidade - Placa da Rota Cultural e Ambiental.



165



Fig.163: Extrato da planta de identificação das Zonas de intervenção propostas, Zona 13. Parque da Trincheira de Pinhel. [s/escala]

Fig.164: 1 - Levantamento fotográfico, vista panorâmica referente à Zona 13. 2 - Esquema de intervenção proposta para a Zona 13. Parque da Trincheira de Pinhel.

Fig.165: Placa interativa e explicativa com referências ao Banco - Placa da Rota Cultural e Ambiental.

Antes



164. 1

Depois



164. 2

Em síntese, as propostas e sugestões anteriormente expostas visam criar zonas de funções distintas no Parque da Trincheira que respondam às mais variadas necessidades dos seus utentes. Desde zonas destinadas às crianças, a zonas para uma prática desportiva mais intensa, a zonas associadas a alguns equipamentos como a piscina municipal ou o quiosque/snack bar. É o caso das zonas 2, 4, 5, 9 e 10. Paralelamente assinalam-se as zonas de maior contemplação e descanso, com sistemas de vistas sobre a cidade ou sobre o próprio Parque. É o caso das zonas 1, 3, 6, 8 e 11. Para além do mais, destacam-se zonas cuja identidade é reforçada pela presença de elementos marcantes, associados à história e cultura da cidade. É o caso das zonas 3, 6, 8, 9, 10 e 11.

Como elo de ligação e articulação global entre as 13 zonas do Parque que assegurem a continuidade entre elas, destaca-se a ciclovia, os percursos pedonais e a rota cultural dos painéis explicativos.

A renovação dos pavimentos, dos elementos do mobiliário urbano, dos elementos de segurança (como os gradeamentos) e as ações de limpeza e poda das espécies arbóreas contribuirão de modo decisivo para a qualificação deste espaço.

Por último refira-se que o reforço e qualificação de alguns equipamentos, como a piscina municipal, o parque infantil ou o quiosque, propostos pretendem assegurar maior diversidade funcional no Parque em continuidade com os equipamentos existentes na envolvente urbana.

## **Capítulo 7 - Conclusão**

Esta dissertação mais do que um ponto de chegada pretende ser um ponto de partida para que os espaços verdes urbanos possam assumir na cidade contemporânea todas as suas funções, tornando os bairros e as comunidades mais próximas dos seus benefícios. Tal exercício centrado no caso particular do Parque da Trincheira em Pinhel, torna-se uma tarefa de elevada importância dada a situação atual do local, que espera por soluções que o devolvam a Pinhel e aos seus visitantes.

Ora, como se constatou no capítulo 2, os espaços verdes sempre estiveram presentes na história das cidades. Tanto o modelo de cidade linear como o da cidade jardim patenteavam da mesma preocupação, difundir a descentralização urbana e minorar os contrastes entre cidade e campo, sugerindo soluções que passavam pela penetração de faixas de espaços verdes que articulavam os tecidos edificados destinados a distintos usos, obstruindo o alastramento contínuo da edificação. Estes modelos de cidades tentaram cooperar para uma melhor qualidade de vida, tanto a nível ambiental como a nível social, como ainda no desenvolvimento de atividades humanas, para a valorização visual do ambiente urbano e para a diversificação da paisagem construída. Para tal incluíam os espaços verdes para assumir este papel.

A abordagem que a arquitetura faz da valoração dos espaços verdes, nas suas variadas formas e modelos, evoluiu, sempre partindo da sua visão partilhada entre o esteticamente aprazível e a necessária funcionalidade que estes introduziam nas sociedades que deles se serviam.

Partindo do conhecimento e compilação de teorias acerca destes espaços e da sua função integrada e integradora de arquitetura, verificou-se que tanto a *Carta de Atenas* como o *Continuum Naturale* descrevem os princípios gerais da formação e desenvolvimento dos espaços verdes, para que a sua essência seja garantida e evidenciada com naturalidade. Agregam-se estudos e constatações daquilo que a sua falta ou ausência representam para a comunidade que deles prescinde. Na ligação destes pontos, está na verdade, a melhoria e inclusão das cidades no seu ambiente natural, e também do próprio Homem no seu habitat, que também é no seu íntimo a natureza. Ao longo dos Capítulos 2, 3 e 4 a abordagem descrita pretendeu analisar uma permanente preocupação em elencar esta simbiose e os seus efeitos, ou quais se tornam relevantes com a perceção de que o mundo entrou em aceleração com a revolução industrial e a voracidade que esta provocou na sociedade, levou ao esquecimento da importância da natureza, enquanto elemento de ligação e implantação da cidade e do ser humano. Assistiu-se a um desequilíbrio tal que ainda hoje existem urbes que se debatem com os efeitos da falta de enquadramento dos elementos da cidade, com o Homem e a natureza.

O que o estudo de caso permitiu concluir, centrado num parque urbano de uma cidade do Interior, com perda populacional foi que mesmo à escala das pequenas cidades em regiões de envolvimento rural e agrícola como é Pinhel, os espaços verdes urbanos são insubstituíveis. O Parque da Trincheira merece recuperar o seu lugar de elemento identitário, histórico-cultural no imaginário coletivo dos cidadãos de Pinhel. Ora, por mais pequenas que sejam as cidades, por mais ou menos relevância histórica que as caracterize, o que se

pretendeu demonstrar com a escolha desta temática é que todos os elementos urbanos têm o seu papel no conjunto da urbe, uma função, um propósito, uma história e uma sociedade com eles interage em situação de benefício ou de prejuízo. Como se pode concluir pela análise dos Capítulos 5 e 6 também em Pinhel, os elementos morfológicos de cariz público, têm um papel essencial no bem-estar social, económico e físico dos seus habitantes, devendo proporcionar-lhes benefícios e potencialidades. Se o Capítulo 5 revelou a história rica de Pinhel que em alguns momentos marcou o rumo da própria nação portuguesa, assente da necessidade de defesa das fronteiras terrestres e integridade de Portugal, alguns elementos desse percurso notável, estão hoje esquecidos. O Castelo e as muralhas, são legados históricos da participação em batalhas e guerras. Contudo, o Parque a Trincheira tem também o seu lugar neste percurso histórico, que as recomendações propostas no Capítulo 6 pretende contribuir para recuperar.

Nas grandes urbes, o estilo de vida citadino apressado, foi eliminando o contacto com o espaço rural e os seus elementos vegetais e naturais, com a fauna e a flora. Deu lugar aos espaços de produção secundária e terciária, em setores da indústria e comércio, o que levou a que a população assumisse a cidade como elemento de afirmação. Neste processo, esbateu-se a valoração dos espaços verdes, tanto na construção da cidade como na construção social que adveio, o que desvirtuou um pouco o seu papel. De facto, verificou-se em Pinhel que uma observação mais atenta da zona histórica e das casas senhoriais que ainda existem, elencadas no Capítulo 5, sempre existiram tentativas de as preservar e de manter a envolvência com a natureza, quer com jardins privados e logradouros, quer por pequenos espaços verdes de enquadramento. Contudo o elemento verde central da cidade é o Parque da Trincheira.

Se no século passado assumido a função de ser o pulmão verde da cidade de Pinhel e um local de integração de elementos históricos, quer pela outrora função militar, quer pela integração de elementos de culto, homenagem aos notáveis e lazer, com o passar do tempo foi deixado à degradação, quer natural, quer histórica. Exceção feita às piscinas municipais, que sofreram remodelações ainda que tenham nos dias atuais uma importância adormecida. A este facto não será alheia a degradação do Parque da Trincheira que as envolve.

Nas rotinas criadas em todas as cidades, mesmo nas mais pequenas como Pinhel, as pessoas estão imbuídas de preocupações diárias, com o trabalho ou a família, nas quais o lazer e a ocupação dos tempos livres ocupam um lugar na agenda quotidiana. Se em relação ao trabalho é necessário assegurar a deslocação a partir da casa, se em relação à família é necessário assegurar o seu abrigo em segurança e conforto, em relação ao lazer e ocupação de tempos livres, alguns setores da população encontram elevadas dificuldades em satisfazer as suas necessidades. Por exemplo os mais idosos procuram locais aprazíveis onde se podem encontrar para uma conversa, jogo de cartas ou passeio com os netos. Os mais jovens carecem de espaços seguros, longe do bulício automóvel e abrigados do sol ou exposição a temperaturas elevadas. Ora, as recomendações propostas no Capítulo 6 visam precisamente alcançar os objetivos traçados no início desta dissertação, dando resposta a todas estas situações. Se por um lado se criam espaços distintos mais destinados à faixa ativa e jovem da

população com equipamentos de exercício físico mais exigente, como a Zona 12, por outro os utentes que não têm estas condições estão também contemplados, com locais de estadia tranquila à sombra das árvores como na Zona 1. Contudo, mais do que criar zonas estanque e segregadas em função da idade, condição social ou performance física dos utentes, as recomendações visam criar elementos de continuidade e harmonia percorrendo todo o parque e que promovam a sua identidade. O parque da Trincheira, com aproximadamente 3 (três) hectares com este conjunto de recomendações poderá ser um local dotado das condições para que a população encontre dentro da cidade, a distâncias vencidas a pé, formas aprazíveis de ocupação dos tempos livres e de descompressão. A natureza através a vegetação, mantendo as árvores existentes e plantando novos elementos, é o elemento apaziguador que permite descomprimir, com benefícios para a saúde e bem-estar das populações. Por outro lado, a integração de equipamentos e infraestruturas de apoio, à atividade física e à economia local, o quiosque, o parque infantil, o parque de merendas ou a ligação à piscina municipal, contribuem para a diversidade funcional do local, reforçando a sua centralidade no contexto da cidade.

A rede de caminhos pedonais, a criação da ciclovia, a uniformização dos pavimentos nas zonas circundantes aos elementos históricos, a preparação dos terrenos naturais através de uma intervenção mínima para colocação de relva natural, por forma a permitir a estancagem dos vários desníveis, as ações de limpeza e manutenção, a consolidação de estruturas de suporte nos desníveis para segurança dos utentes e a criação de uma rota histórico-cultural através da colocação de painéis informativos, asseguram a continuidade e a linguagem identitária que se pretendeu alcançar.

No futuro, espera-se que as boas práticas sugeridas sirvam de inspiração às entidades municipais para que possam agir, informadas e detentoras de um conhecimento prévio aprofundado sobre os principais problemas e potencialidades do Parque da Trincheira. Neste sentido e como se pôde verificar no Capítulo 4 em relação ao sistema de gestão territorial ou no Capítulo 5 nos instrumentos de gestão territorial em vigor em Pinhel, espera-se que de uma análise à escala municipal com o PDMP, insuficiente como se verificou, para tratar de assuntos como o Parque da Trincheira se avance para uma abordagem detalhada à escala do desenho urbano. Aguardam-se pois futuros planos de pormenor capazes de requalificar o Parque da Cidade e garantir a sua continuidade com a malha urbana envolvente. Por outro lado, ainda que não tenham sido objetivos desta dissertação, como trabalhos futuros adequam-se as seguintes ações:

- Necessidade de realizar projetos de arquitetura, por forma a detalhar com precisão as intervenções e melhoramentos em especial de alguns equipamentos propostos para o parque;
- Analisar os impactos económicos, sociais, ambientais e na saúde das populações que o melhoramento e intervenção do parque terão na cidade;

- Conhecer e analisar outros casos de sucesso, de requalificação de parques verdes urbanos em cidades pequenas de envolvente rural, por forma a oferecer uma maior diversidade de conhecimentos aos resultados alcançados nesta dissertação.

# Bibliografia

Alho, A. (2005). Critérios e Indicadores de espaços verdes urbanos. Aplicação do modelo URGE a espaços verdes em Portugal. Lisboa.

Ballester-Olmos, J. F., & Carrasco, A. A. (2001). Normas para la clasificación de los espacios verdes. Valencia: Universidad Politecnica de Valencia.

Barros, M.; Virgílio, H. (2003). Praças: espaços verdes na cidade de Londrina. Geografia, volume 12, nº1. Universidade Estadual de Londrina. Brasil.

Cabral, F.C. e Telles, G.R. (2005). A Árvore em Portugal. Lisboa: Assírio & Alvim.

Calmeiro, L.; Matos, M. (2004). Psicologia: Exercícios e saúde. Lisboa

Cangueiro, J. (2005). A estrutura ecológica e os instrumentos de gestão do território. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

Caporusso, D.; Matias, L. (2008). Áreas verdes urbanas: Avaliação e proposta conceitual. 1º SIMPGEO. Rio Claro, São Paulo.

Carta de Ottawa (1986). Primeira conferência internacional sobre promoção da saúde. Ottawa

Carvalho, J. (2003). Ordenar a Cidade. Coimbra: Quarteto Editora.

Carvalho, J. (2006). Plano de Urbanização de Oliveira de Azeméis. Estudos

Castel-Branco, C., & Soares, A. L. (2007). As árvores da cidade de Lisboa. In J. S. Silva, Floresta e Sociedade Uma História Comum (pp. 289-334). Lisboa: Publico, Comunicação Social, SA.

Castro (2012). Manique - memória descritiva e plantas. Universidade de la Laguna. Espanha

Colin (2010). O novo urbanismo. Florida. EUA

Couch, C., Fraser, C., e Percy, S. (2003). Urban regeneration in Europe. Oxford: Blackwell Science.

Cutrim, K. (2011). As cartas de Atenas e de Veneza: dos diálogos com as políticas de preservação do património cultural de São Luís. III seminário linguagem e identidade: múltiplos olhares. Brasil.

D'Abreu, M. C. (1976). Contribuição para o planeamento dos espaços verdes urbanos e de recreio. Relatório final do curso de Arquitetura Paisagista. Lisboa. Instituto Superior de Agronomia.

Fadigas, L. S. (1993). A natureza na Cidade, uma Perspectiva para a sua Integração no Tecido Urbano. Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

Falcón, A. (2007). Espacios Verdes para una Ciudad Sostenible. Barcelona: GG.

Ferreira, J. C. e Rocha, J. (2010). Rede de Corredores Verdes para a Área Metropolitana de Lisboa: estratégias e oportunidades para a requalificação ambiental. In corredores verdes. Contributo para um ordenamento sustentável regional e local. Instituto Geográfico Português. Lisboa.

Ferreira, J. C.; Silva, C.; Tenedorio, J. A.; Pontes, S.; Encarnação, S and Marques, L. (2004). Coastal Greenways: Interdisciplinarity and Integration Challenges for the Management of Developed Coastal Areas. Journal of Coastal Research, SI 39, Itajaí, SC--Brazil, ISSN 0749-0208.

Ferreira, M. J. (1984). Evolução das Zonas Verdes do Bairro de Olivais Su. / Relatório final de curso de Arquitetura Paisagista. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.

Fonseca, F.; Gonçalves, A.; Rodrigues, O. (2010). Comportamentos e perceções sobre os espaços verdes da cidade de Bragança. Revista Finisterra. Nº 89. Bragança.

Gaspar, J. (1995). O Novo Ordenamento do Território - Geografia e Valores. Universidade de Lisboa. Lisboa

Goitia, F. (2003). Breve história do urbanismo. Editorial Presença.

Gonçalves, N. (2010). Espaços verdes no planeamento urbano sustentável. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Gonçalves, P. (2012). Planeamento urbano saudável. Coimbra.

Gouveia, N. (1999), Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental, Revista Saúde e sociedade, nº8, São Paulo, p. 49-61. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/05.pdf>

Hall, P. Cities of tomorrow: an intellectual history of urban planning and design in the twentieth century. 3rd ed. Oxford, UK?; Malden, MA: Blackwell Publishers, 2002.

HORTA, M., KER, F., FERREIRA, A. (2010), Usos de indicadores na avaliação dos efeitos da expansão urbana sobre a estrutura da paisagem: um estudo de caso, volume 5, nº2, Rio Claro, São Paulo.

Isidro, E. M. (2009). Metodologia de Caracterização e Classificação de jardins Públicos de Interesse Patrimonial. Relatório final de curso de arquitetura paisagista, Lisboa. Instituto Superior de Agronomia.

Jellicoe, G., Jellicoe, S. (1998). The Landscape of Man - Shaping the environment from prehistory to the present day. Londres: Thames and Hudson.

Lamas, J. M. R. G. (2004). Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Lisboa: FCG/FCT.

Lima, V.; Amorim, M. (2011). A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades. Universidade de São Paulo. São Paulo.

Lins, A. (1998). As ferrovias e três utopias urbanas, ou como os pioneiros viam o trem: Uma análise comparativa entre “Cidades Jardins”, “Cidade Linear”, e “Cidade Industrial”, V Seminário de história da cidade e do urbanismo - “cidades: temporalidades em confronto”. Campinas. Brasil.

Loboda, C., de Angelis, B. (2005). Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções, Revista Ambiência, nº1, volume 1, Brasil, p. 125-139

Lopes, E. (2012). Desenho urbano: cidade linear. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

Madureira, H. (2012). Revitalizar a cidade pelo planeamento da estrutura verde. XIII Colóquio Ibérico de Geografia - respuestas de la Geografía Ibérica a la crisis actual. Santiago de Compostela.

Magalhães, M. R. (1992). A evolução do conceito de espaço verde público. Revista AGROS, Nº2. Instituto Superior de Agronomia. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa

Magalhães, M. (1994). Paisagem urbana e interface urbano-rural. In A. Alves, A. Espenica, E. Caldas, F. Cary, et al. Lisboa: Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Magalhães, M. R. (2001). A Arquitectura Paisagista - morfologia e complexidade. Lisboa: Editorial Estampa.

Marques, M.; Gouveia, M.; Leal, I. (2007). Atividade física, Saúde e Qualidade de vida. XIV Jornadas pedagógicas da ASPEA: Ambiente - Saúde - Qualidade de Vida. Lisboa.

Marques, T. P. (2009). Sustentabilidade no projeto de arquitetura paisagista: Redundância ou extravagância? Congresso ibero-americano de parques e jardins públicos. A sustentabilidade dos espaços verdes urbanos, comunicações volume I. Póvoa de Lanhoso: Camara Municipal da Póvoa de Lanhoso.

Marta, Ilídio S. (1996). Pinhel Falcão. 2º Edição. Pinhel.

Maya, J. (2002), A participação no Processo de Planeamento. Conceção e Avaliação dos Espaços Verdes Urbanos - aplicação prática aos Espaços Verdes do Bairro de Telheiras. Relatório de Fim de Curso. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.

Montez, C. (2010). Valor dos espaços verdes da cidade. Universidade de Aveiro. Aveiro.

Nogueira, H. (2007 - 2008). Os lugares e a Saúde - a problemática dos territórios promotores de saúde. Cadernos de geografia. Nº 26/27. Coimbra.

Pardal, S. (2002). Planeamento do espaço rústico - As irracionalidades da RAN e da REN. Lisboa: ADISA e CESUR.

Pardal, S. (2004). Estudo sobre o novo diploma para a RAN, REN e disciplina da construção fora dos perímetros urbanos. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.

Pedrosa, A. (2006). A integração da prevenção dos riscos no ordenamento territorial. Colóquio "Paisagens, património e riscos naturais: perspetivas de planeamento comparado". Universidade do Porto. Porto.

Pena, A. (2002). Uma Viagem pelo Património Natural das Aldeias Históricas do Interior Beirão.

Polése, M. (1998). Economia urbana e regional. Coimbra: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.

Queirós, M. (2000). Utilitarismo ou Equidade? Dilemas para o ambiente e ordenamento. Finisterra. XXXV.

Ramos, I.; Bernardo, F.; Saraiva, M.; Teixeira, T. (2009). Paisagem urbana: viver a cidade entre o artificial e o natural. Universidade e Évora. Évora.

Rego, J. S. (1984). Tipologias dos Espaços Exteriores de Lisboa. Relatório de fim de curso de Arquitetura Paisagista. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.

Sá, J. (2013). Espaços verdes em meio urbano: uma abordagem metodológica com base em serviços de ecossistema. Instituto Superior de Lisboa. Lisboa.

Santana, P. (2000). Contribuição da geografia da saúde para o conhecimento das desigualdades em saúde e bem-estar no mundo. Cadernos de geografia. Coimbra.

Santana, P. (2005). Geografias da saúde e do desenvolvimento. Evolução e Tendências em Portugal. Edições Almedina. Coimbra.

Santana, P. (2007). A cidade e a Saúde. Edições Almedina. Coimbra

Saraiva, L. M. (2008). Análise da Segunda fase do Parque dos Poetas e Apresentação de Dois Jardins Temáticos. Relatório de Fim de Curso de Arquitetura Paisagista. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.

Saraiva, M. G. (1989). Estrutura Verde da Região de Lisboa. Esboço para uma quantificação. Sociedade e Território.

Silva, G. (2008), Forma urbana e sustentabilidade: Algumas notas sobre o modelo de cidade compacta. Planeamento, Economia e Ambiente. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Silva, L. (2007), Espaços verdes urbanos: ordenamento, ambiente e implementação, Faculdade de ciências e tecnologia, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Silva, L.; Egler, I. (2003). O estudo da perceção em espaços urbanos preservados. Brasil.

Simões, V. C. (2003), A Função Social dos espaços verdes Públicos Urbanos. Relatório de fim de curso de arquitetura paisagista, Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.

Soares, A. L. (2006). O valor das árvores: árvores e floresta urbana de Lisboa. Tese de doutoramento em arquitetura paisagista. Lisboa. Instituto Superior de Agronomia.

Souza, A. (2010). Ordenamento territorial: uma análise do macrozoneamento de Ipirá. UNEB, Brasil.

Stigsdotter, U. (2004). Urban green spaces: promoting health through city planning. Swedish University of Agricultural Sciences. Suécia.

Telles, G. (1994). Paisagem Global. In A. Alves, A. Espenica, E. Caldas, F. Cary, et al., Paisagem. Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Telles, G. (1997). Plano Verde de Lisboa. Lisboa: Colibri.

Tomé R. & Catry P. (coordenadores) (2008). Atlas da Fauna do Vale do Côa. Município de Pinhel. Pinhel.

Virgílio, Abel S. (2011). Pinhel - O Coração tem Memória. Pinhel. Câmara Municipal de Pinhel e Autor.

## Webgrafia

Carta do Novo Urbanismo disponível em

[<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/262>] e em

[[https://www.cnu.org/sites/default/files/cnu charter\\_portuguese.pdf](https://www.cnu.org/sites/default/files/cnu charter_portuguese.pdf) ]

Determinantes sociais da saúde disponível em

[<http://www.enfermagemesquemmatizada.com.br/determinantes-sociais-da-saude/>]

Informação sobre a cidade de Pinhel, disponível em

[<http://www.memoriaportuguesa.pt/pinhel>] e em

[<https://concelhodepinhel.jimdo.com/alguns-subsídios-para-a-história-de-pinhel/século-xv/>]

Informação sobre Carneiro de Gusmão disponível em

[<http://aguadegusmao.blogspot.pt/2016/>]

Informação sobre espreguiçadeiras disponível em [<http://www.sograma.pt/relva/>]

Informação sobre mobiliário urbano disponível em

[<http://www.bricantel.pt/produtos/mobiliario-urbano/vedacoes>]

Informação sobre o pavimento utilizado - Betuminoso colorido, disponível em

[<http://www.neoasfalto.com/index.php?id=24>]

Informação sobre o Plano Diretor Municipal de Pinhel, disponível em

[[http://www.dgterritorio.pt/sistemas\\_de\\_informacao/snit/igt\\_em\\_vigor\\_snit\\_/acesso\\_simples/](http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/igt_em_vigor_snit_/acesso_simples/)] e em [<http://cm-pinhel.pt/municipio/>]

Informação sobre o tipo de relva utilizado - relva em tapete e escalracho, disponível em

[<http://www.sograma.pt/relva/>]

Legislação consultada em [<http://www.pgdlisboa.pt/home.php>]

Lei de Bases do Ambiente disponível em

[[http://www.estg.ipg.pt/legislacao\\_ambiente/ficheiros/LBA%20Lei%20n.%C2%BA%2011-87%20de%207%20de%20Abril.pdf](http://www.estg.ipg.pt/legislacao_ambiente/ficheiros/LBA%20Lei%20n.%C2%BA%2011-87%20de%207%20de%20Abril.pdf)]

Relatório Brundtland disponível em [<http://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/nosso-futuro-em-comum-conheca-o-relatorio-de-brundtland/>]